

2013

RELATÓRIO  
CONTAS





zona C5

zona C9

zona C6

zona C8

zona C7

ERMESINHA	
706	707
707	708
708	709

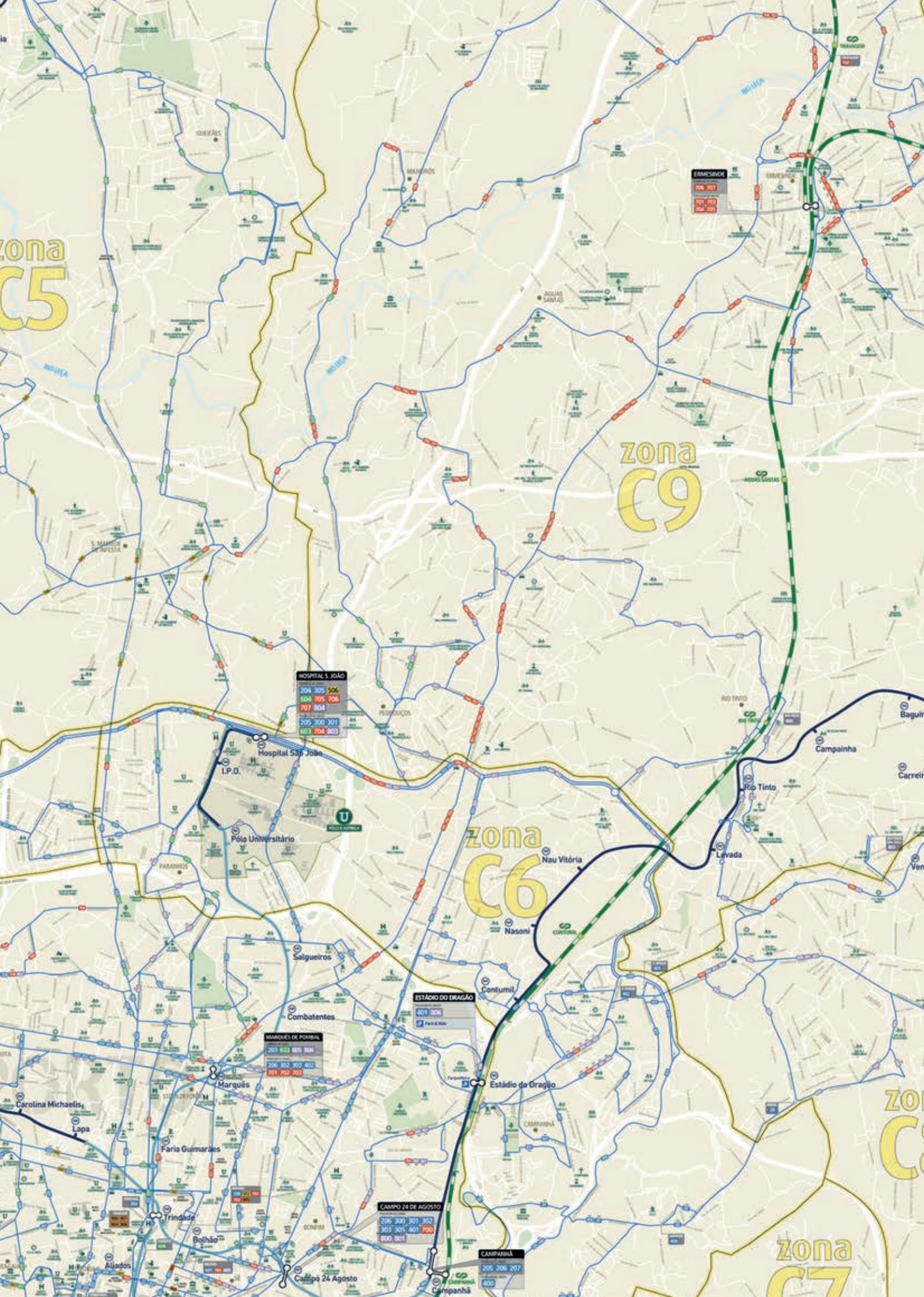
HOSPITAL S. JOÃO		
204	305	506
604	705	706
707	804	
305	700	301
603	704	803

MANGUE DE POBÓIA			
203	603	805	806
308	303	303	801
901	702	703	

CAMPO 24 DE AGOSTO			
206	300	301	302
303	305	401	700
800	801		

CAMPANHÃ		
205	206	207
400		

ESTÁDIO DO DRAGÃO	
401	806
Park & Ride	



# RELATÓRIO DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

<b>7</b>	<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>
<b>9</b>	<b>2. O ANO DE 2013</b>
<b>9</b>	2.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA
<b>10</b>	2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
<b>11</b>	2.3 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE
	2.3.1 Indicadores
	2.3.2 Procura e Receita
	2.3.3 Oferta
<b>21</b>	<b>3. RELATÓRIO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>
<b>22</b>	3.1 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO– QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
<b>26</b>	3.2 RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES
	3.2.1 Serviço Social
	3.2.2 A Satisfação do Cliente
	3.2.3 A Comunicação e a Informação
	3.2.4 Novos Projetos
<b>30</b>	3.3 Responsabilidade perante a comunidade
	3.3.1 Frota
	3.3.2 Participar na vida da comunidade
	3.3.3 Promover a segurança nos transportes
	3.3.4 Museu do Carro Eléctrico
	3.3.5 Associações e Parcerias
<b>38</b>	3.4 Responsabilidade Ambiental
<b>42</b>	3.5 Responsabilidade Social perante os trabalhadores
	3.5.1 Recursos Humanos
	3.5.2 Desenvolvimento Profissional
	3.5.3 Benefícios Sociais
	3.5.4 Segurança e Saúde dos Trabalhadores
	3.5.5 Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais

**49 4. GOVERNO DA SOCIEDADE**

- 50 4.1 MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA
- 50 4.2 MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
- 57 4.3 REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
- 63 4.4 OBJETIVOS DE GESTÃO E GRAUS DE CUMPRIMENTO
- 67 4.5 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS
- 68 4.6 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS
- 69 4.7 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES
- 72 4.8 RECOMENDAÇÕES
- 76 4.9 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ATIVIDADE
- 77 4.10 SISTEMA DE CONTROLO
- 77 4.11 CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA
- 77 4.12 PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
- 77 4.13 PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE
- 78 4.14 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO
- 80 4.15 QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS
- 82 4.16 GRELHA REFERENTE ÀS PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

**87 5. RELATÓRIO DE GESTÃO**

- 87 5.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
- 88 5.2 BALANÇO DO ANO
- 88 5.3 INVESTIMENTO
- 88 5.4 FINANCIAMENTO
- 92 5.5 RESULTADOS DO EXERCÍCIO
- 94 5.6 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL
- 95 5.7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 95 5.8 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

**97 6. PERSPETIVAS PARA 2014**

**101 7. CONTAS DO EXERCÍCIO 2013**

**161 8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**165 9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**183 10. OUTRAS INFORMAÇÕES**

- 184 10.1 PAINEL DE INDICADORES DE ATIVIDADE
- 193 10.2 ÍNDICE GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)



N10

zona  
C4

zona  
C5

zona  
3

zona  
2

zona  
1

STA. CRUZ  
DO BISPO

Parque Meia

Esposade

Araújo

LIÇA DO BAIXO

guardas

Fonte do Cuco

Cândido dos Reis

Vasco da Gama

Estádio do Mar

Senhora da Hora

Sete Bicas

Capelo

Matosinhos Sul

Câmara Matosinhos

Pedro Hispano

Parque Real

Viso

Ramalde

Francos

CASA DA MÚSICA

Casa da Música

Carolina Michaelis

LORDILO  
DO OURO

MASSARELOS

402 027 000

402 027 000

# RELATÓRIO DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

---



HOSPITAL S. JOÃO  
204 305 503  
604 705 706  
707 804  
205 300 301  
603 704 803

Hospital São João

L.P.O.

Polo Universitário

COMBATEANTES

ESTÁDIO DO DRAGÃO  
401 000  
Park & Ride

FARMÁCIAS DE POPULAR  
703 603 805 806  
706 303 303 403  
703 703 703

Marguês

CARRÃO ZA 18-660000  
706 300 301 302  
303 305 401 700  
800 801

Trindade

Boilhão

CAMPANHA

zona  
C9

zona  
C6

zona  
C8

zona



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

No exercício de 2013 merecem referência separada os aspetos mais imediatos da gestão corrente da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) e aqueles outros relacionados com as questões estratégicas decorrentes da reestruturação, fusão com a Metro do Porto e com o aprofundamento da abertura à iniciativa privada. Em matéria de gestão corrente, destacam-se os bons resultados obtidos ao nível do desempenho operacional. Verificou-se um aumento das receitas de 0,3%, dos 45 para os 45,2 M€, a par de uma redução de custos de aproximadamente 500 mil euros, para os 54,6 M€, menos 0,9% do que no ano anterior, resultando numa taxa de cobertura dos gastos operacionais pela receita subiu de 82 para 83%. Em 2013, a STCP obteve um EBITDA positivo de 5,8 M€ e um resultado operacional de – 6,4 M€, uma significativa melhoria, de 36,8%, face aos – 10,1 M€ relativos a 2012.

Saliente-se que a melhoria do desempenho operacional da empresa se verificou num quadro de retração da procura e de conseqüente diminuição do número de passageiros - um total de 78,7 milhões em 2013, menos 7,5% do que em 2012. Esta circunstância revela o esforço e o empenho de toda uma equipa na melhoria dos resultados.

O decréscimo do volume global de passageiros, por sua vez, resulta da descontinuação da generalidade da bilhética monomodal, favorecendo por isso a mobilidade e a intermodalidade disponibilizadas aos clientes, e da política de racionalização da oferta, nomeadamente através da melhoria de horários e frequências destinadas a eliminar redundâncias e ao incremento da rentabilização dos recursos disponíveis.

Em 2013, a STCP estabilizou a sua rede em 72 linhas, servindo 51 freguesias em 6 concelhos, ao longo de 480 quilómetros e perto de 2.500 paragens. A frota de 474 autocarros transportou, em média e por dia útil, mais de 265 mil passageiros.

Merece ainda referência o desempenho da rede de Carro Eléctrico da STCP, composta por 3 linhas e servindo uma pequena parte do centro histórico e da marginal do Douro. Os eléctricos da STCP transportaram cerca de 390 mil clientes, mais 25 mil do que no ano anterior, numa melhoria de 6,9%. Um resultado que evidencia o contributo do Carro Eléctrico, uma imagem de marca do Porto, na valorização e no crescente dinamismo turístico que a cidade tem vindo a conhecer.

Em matéria ambiental, sublinhe-se a poupança de 3,8 milhões de euros em gasóleo, por via de uma maior utilização da frota movida a gás natural, tendo ainda sido evitadas, no exercício, a emissão de 527 toneladas de CO<sub>2</sub>.

A STCP encontra-se preparada para os desafios do desenvolvimento e da sustentabilidade, empreendendo em conjunto com a Metro do Porto a progressiva fusão formal de alguns serviços. A fusão de outras áreas e o redimensionamento do efetivo encontram-se temporalmente prejudicados pela incerteza quanto ao modelo de organização da mobilidade na Área Metropolitana do Porto. Não obstante, em 2013 foi prosseguida uma política de desenvolvimento de valores culturais comuns e foram elaborados os estudos inerentes à abertura à iniciativa privada e a preparação das peças concursais para o concurso de concessão da operação a ocorrer durante o ano de 2014.

Num trabalho de todos e em conjunto com a Metro do Porto, a STCP preparou, está preparada, para ainda com maior eficiência servir a AMP.

João Velez Carvalho





# O ANO DE 2013

## 2.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

- > É uma Sociedade Anónima de capital 100% público
- > É a maior empresa de transportes públicos coletivos de passageiros da Área Metropolitana do Porto, com 78,7 milhões de passageiros transportados<sup>1</sup> no ano
- > Serve cerca de 900 mil habitantes de 51 freguesias e seis concelhos: Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Porto
- > Em 31 de dezembro a STCP tinha:
  - › Uma rede constituída por 72 linhas
    - 61 na rede diurna e noturna - 58 de Autocarro e 3 de Carro Elétrico
    - 11 na rede da madrugada em Autocarro
  - › Uma extensão de rede de 480 quilómetros com 2.461 paragens
    - 478 quilómetros de Rede de Autocarro
    - 9 quilómetros de Rede de Carro Elétrico
  - › Uma frota de 474 Autocarros e 6 Carros Elétricos
  - › Um efetivo de 1.231 trabalhadores, dos quais 70% motoristas de serviço público e guarda-freios, para um efetivo médio de 1.245 trabalhadores
- > Em 2013 a STCP:
  - › Percorreu 22,6 milhões de quilómetros<sup>1</sup>
  - › Transportou em média, por dia útil, 265 mil passageiros<sup>1</sup>
  - › Gerou um Volume de Negócios de 49,5 milhões de euros
  - › Obteve um EBITDA<sup>2</sup> positivo de 5,8 milhões de euros e um Resultado Operacional negativo de 6,4 milhões de euros
  - › Ao serviço da STCP correspondeu uma poupança de cerca de 11.500 toneladas de CO<sub>2</sub> devido à tipologia da frota (54% de autocarros a gás natural) e às viaturas ligeiras que retira da cidade

1. Dados expurgados dos efeitos dos contratos de exploração (produção subcontratada) e inexistentes a 31.12. 2013.

2. Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, provisões, imparidades, ajustamentos, componente financeira do leasing operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

## 2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

DATA	EVENTO
<b>janeiro</b>	Aumento médio de tarifas de 0,9%. Descontinuidade do tarifário monomodal da STCP, com exceção das assinaturas rede geral e do agente único
<b>fevereiro</b>	Início da operação da linha 700 “Bolhão - Campo”
<b>fevereiro</b>	Operação especial de fiscalização com apoio da PSP
<b>abril</b>	65º Aniversário da inauguração da primeira carreira de autocarros da STCP
<b>abril</b>	Assinatura de memorando de entendimento com sindicatos e comissão de trabalhadores
<b>maio</b>	XXIII Desfile de carros elétricos históricos e celebração do dia Internacional dos Museus, no Museu do Carro Elétrico
<b>maio</b>	Início de programa de ginástica laboral para pessoal tripulante
<b>maio e junho</b>	Realização de serviços especiais: Queima das Fitas, Optimus Primavera Sound, Serralves em Festa e S. João
<b>junho</b>	Introdução da identificação da zona andante de cada paragem e de alerta de fim de zona na informação audiovisual, no interior dos autocarros
<b>junho</b>	Bilhete “PORTO PREMIUM 3 EM 1”, novo produto turístico integrado criado pelos parceiros Carristur, STCP e Metro do Porto, que permite viajar nos elétricos, funicular e circuitos turísticos da Carristur
<b>junho</b>	Assembleia Geral Anual da STCP, S.A.
<b>setembro</b>	STCP e METRO juntos pelo crescimento do transporte, integrando o movimento global lançado na Semana da Mobilidade pela UITP (Union Internationale des Transports Publics) caracterizado por uma campanha mundial a favor da mobilidade sustentável
<b>outubro</b>	Auditoria de acompanhamento do segundo triénio das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho
<b>dezembro</b>	Festa de Natal conjunta com a Metro do Porto e cerimónia de homenagem aos colaboradores da STCP que completaram 25 anos de serviço

## 2.3 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

### 2.3.1 Indicadores

Principais Indicadores de Atividade [1]	unid	2010	2011	2012	2013	13/12	
						Abs	%
<b>Procura</b>							
<b>Modo Autocarro</b>							
Passageiros	10^3	95.516	94.978	84.700	78.288	-6.412	-7,6%
Passageiros km	10^3	332.276	330.110	307.061	284.278	-22.783	-7,4%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,48	3,48	3,63	3,63	0,01	0,2%
<b>Modo Carro Elétrico</b>							
Passageiros	10^3	390	429	362	387	25	6,9%
Passageiros km	10^3	722	883	582	605	22	3,8%
Percurso Médio por Passageiro	km	1,85	2,06	1,61	1,56	-0,05	-2,9%
<b>Total STCP</b>							
Passageiros	10^3	95.906	95.407	85.062	78.675	-6.387	-7,5%
Passageiros km	10^3	332.998	330.993	307.643	284.882	-22.761	-7,4%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,47	3,47	3,62	3,62	0,00	0,1%
<b>Oferta</b>							
<b>Modo Autocarro</b>							
Veículos km	10^3	25.724	24.507	22.711	22.539	-172	-0,8%
Lugares km	10^3	2.296.833	2.225.859	2.075.308	2.049.536	-25.772	-1,2%
Horas	10^3	1.613	1.555	1.452	1.430	-22	-1,5%
Velocidade Média	km/h	15,9	15,8	15,6	15,8	0,12	0,8%
Taxa de Ocupação	%	14,5%	14,8%	14,8%	13,9%	-0,9 pp	-6,3%
<b>Modo Carro Elétrico</b>							
Veículos km	10^3	108	110	115	116	0,4	0,3%
Lugares km	10^3	4.538	4.602	4.846	4.863	16	0,3%
Horas	10^3	14	15	16	16	0	1,9%
Velocidade Média	km/h	7,6	7,1	7,4	7,3	-0,11	-1,5%
Taxa de Ocupação	%	15,9%	19,2%	12,0%	12,4%	0,4 pp	3,5%
<b>Total STCP</b>							
Veículos km	10^3	25.832	24.617	22.826	22.655	-171	-0,8%
Lugares km	10^3	2.301.371	2.230.460	2.080.154	2.054.399	-25.755	-1,2%
Horas	10^3	1.627	1.570	1.468	1.446	-22	-1,5%
Velocidade Média	km/h	15,9	15,7	15,6	15,7	0,11	0,7%
Taxa de Ocupação	%	14,5%	14,8%	14,8%	13,9%	-0,9 pp	-6,2%
<b>Desempenho Operacional [1]</b>							
<b>Receita [2]</b>							
Receita / Passageiro	10^3 €	<b>42.672</b>	<b>44.162</b>	<b>45.010</b>	<b>45.166</b>	<b>156</b>	<b>0,3%</b>
Receita / Passageiro	cent. €	44,5	46,3	52,9	57,4	4,5	8,5%
Receita / Passageiro km	cent. €	12,8	13,3	14,6	15,9	1,2	8,4%
Receita / Lugar km	cent. €	1,85	1,98	2,16	2,20	0,03	1,6%
<b>Gastos Operacionais [3]</b>							
Gasto Operacional / Passageiro	10^3 €	<b>64.981</b>	<b>59.181</b>	<b>55.058</b>	<b>54.581</b>	<b>-476</b>	<b>-0,9%</b>
Gasto Operacional / Passageiro	cent. €	67,8	62,0	64,7	69,4	4,6	7,2%
Gasto Operacional / Passageiro km	cent. €	19,5	17,9	17,9	19,2	1,3	7,1%
Gasto Operacional / Lugar km	cent. €	2,82	2,65	2,65	2,66	0,01	0,4%
<b>Taxa de Cobertura</b>	<b>%</b>	<b>66%</b>	<b>75%</b>	<b>82%</b>	<b>83%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>

[1] Dados expurgados dos efeitos dos contratos de exploração (produção subcontratada) e inexistentes a 31.12.2013.

[2] Receita de tarifário inclui compensação de tarifário andante, valores sem IVA.

[3] Gastos Operacionais sem depreciações, provisões, imparidades, ajustamentos, componente financeira do leasing operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

## 2.3.2 Procura e Receita

### Procura

A STCP transportou 78,7 milhões de passageiros em 2013, menos 7,5% (-6,4 milhões) do que no ano anterior.

Considerando a procura proveniente da produção contratada, residual em 2013 e inexistente no final do

ano, no montante de 1,7 milhões de passageiros, a procura global da STCP atingiu os 80,4 milhões de passageiros, em 2013.

A informação sobre a procura, cuja evolução é a indicada no quadro seguinte, salvo quando expressamente mencionado exclui a produção contratada:

Procura	unid	2010	2011	2012	2013	13/12	
						Abs	%
<b>Total STCP</b>							
Passageiros	10 <sup>3</sup>	95.906	95.407	85.062	78.675	-6.387	-7,5%
Passageiros km	10 <sup>3</sup>	332.998	330.993	307.643	284.882	-22.761	-7,4%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,47	3,47	3,62	3,62	0,00	0,1%
<b>Produção Autocarro contratada</b>							
Passageiros	10 <sup>3</sup>	13.315	12.982	8.699	1.746	-6.953	-80%
Passageiros km	10 <sup>3</sup>	55.669	53.616	40.769	9.198	-31.571	-77%
Percurso Médio por Passageiro	km	4,18	4,13	4,69	5,27	0,58	12%
<b>Total STCP com produção contratada</b>							
Passageiros	10 <sup>3</sup>	109.220	108.389	93.761	80.421	-13.340	-14%
Passageiros km	10 <sup>3</sup>	388.666	384.609	348.413	294.081	-54.332	-16%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,56	3,55	3,72	3,66	-0,06	-1,6%

Principais justificações para a diminuição anual de 7,5% da procura:

- > Nos termos do Despacho Normativo nº 1/2012, de 27 de janeiro, seriam descontinuadas as assinaturas vigentes e demais títulos monomodais, com exceção do Agente Único, a partir de 1 de janeiro 2013. No entanto, o Despacho Normativo nº 24-B/2012, de 19 de dezembro, suspendeu aquela medida no que respeita às assinaturas STCP nas modalidades Rede Geral. A integração global na rede intermodal Andante veio permitir uma maior transferência de passageiros entre os diferentes modos de transporte, contribuindo assim para um aumento generalizado das condições de mobilidade, situação essa que afetou negativamente a procura da STCP;
- > De referir ainda que ao longo de 2013 foi prosseguida uma política de racionalização da oferta, com ajustamentos adicionais de horários e frequências, para rentabilização dos recursos disponíveis;

> Acrescente-se a difícil conjuntura económica registada na AMP, com elevado índice de desemprego, que para além de contribuir para a redução de deslocações, poderá potenciar também a fraude.

O carro elétrico, assumindo claramente uma vertente turística, registou um aumento de passageiros de 6,9% (+25 mil passageiros), representando 0,5% da procura total em 2013.

### Passageiros por Tarifário e Título de Transporte

A 1 de janeiro entrou em vigor, nos termos do Despacho Normativo nº 24-B/2012, o novo tarifário refletindo um aumento médio ponderado de 0,9%.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos passageiros por tipologia de tarifário de título de transporte:

O tarifário intermodal andante foi utilizado por 82% dos passageiros no ano, o que representa cerca de 65 milhões de validações, mais 51% do que no ano anterior.

As assinaturas foram utilizadas por cerca de 79% dos passageiros, registando contudo uma redução de 8,1%, -5,5 milhões de passageiros, relativamente a 2012.

O Agente Único, título de venda a bordo, registou um decréscimo de 3,8%, menos 113 mil títulos.

Passageiros	unid	2010	2011	2012	2013	13/12	
						Abs	%
<b>Tarifário</b>							
Tarifário Intermodal	10 <sup>3</sup>	35.865	39.707	42.843	64.873	22.030	51%
Tarifário Monomodal	10 <sup>3</sup>	60.040	55.700	42.219	13.802	-28.417	-67%
% Tarifário Intermodal	%	37%	42%	50%	82%	32 p.p	64%
<b>Título</b>							
Assinaturas	10 <sup>3</sup>	77.096	77.352	67.756	62.280	-5.476	-8,1%
Títulos Ocasionais [1]	10 <sup>3</sup>	14.561	14.239	14.377	13.579	-798	-5,6%
Agente Único	10 <sup>3</sup>	4.249	3.817	2.929	2.817	-113	-3,8%
<b>Passageiros</b>	10 <sup>3</sup>	95.906	95.407	85.062	78.675	-6.387	-7,5%

[1] inclui diários e especiais.

### Receita do Serviço de Transporte

A receita em 2013 atingiu os 45,2 milhões de euros, registando um aumento de 156 mil euros, + 0,3%, face a 2012.

Incluindo a receita proveniente da produção contratada, no montante aproximado de 1 M€, ou seja residual em 2013, a receita da STCP atingiu os 46,2 milhões de euros.

De notar que no final do ano, já não havia qualquer produção contratada.

A informação sobre a receita, cuja evolução é indicada nos quadros seguintes, salvo quando expressamente mencionado exclui a produção contratada:

Receita [1]	unid	2010	2011	2012	2013	13/12	
						Abs	%
Total STCP	10 <sup>3</sup> €	42.672	44.162	45.010	45.166	156	0,3%
Produção Autocarro contratada	10 <sup>3</sup> €	6.494	6.455	4.882	1.036	-3.846	-79%
Total STCP com produção contratada	10 <sup>3</sup> €	49.166	50.617	49.892	46.202	-3.690	-7,4%

[1] Sem IVA. Inclui compensação tarifária.

Apesar da procura em 2013 ter apresentado uma variação de -7,5%, a receita registou um ligeiro aumento de 0,3%, explicado pelo aumento tarifário que ocorreu no início de 2013, mas sobretudo pelo incremento da utilização do tarifário intermodal por parte dos clientes em detrimento do tarifário monomodal.

**Receita por Tarifário e Título de Transporte**

Receita [1]	unid	2010	2011	2012	2013	13/12	
						Abs	%
<b>Tarifário</b>							
Tarifário Intermodal	10 <sup>3</sup> €	15.775	18.380	21.493	35.382	13.888	65%
Tarifário Monomodal	10 <sup>3</sup> €	26.897	25.782	23.517	9.785	-13.733	-58%
% Tarifário Intermodal	10 <sup>3</sup> €	37%	42%	48%	78%	31 p.p	64%
<b>Título</b>							
Assinaturas	10 <sup>3</sup> €	26.133	27.336	27.699	28.386	687	2,5%
Títulos Ocasionais [2]	10 <sup>3</sup> €	10.597	11.094	12.351	11.998	-353	-2,9%
Agente Único	10 <sup>3</sup> €	5.942	5.733	4.961	4.783	-178	-3,6%
<b>Receita [1]</b>		42.672	44.162	45.010	45.166	156	0,3%

[1] Sem Iva, incluindo compensações relativas ao tarifário social Andante.

[2] Inclui diários e especiais.

A quebra de procura nas assinaturas registou uma variação de menos 8,1%, no entanto no que respeita à receita, registou-se um acréscimo neste grupo de títulos de transporte de 2,5% (cerca de 687 mil euros). As assinaturas representaram cerca de 63% da receita total, o agente único 11% e os restantes 26% respeitaram aos títulos ocasionais.

A receita intermodal atingiu os 78% do total no ano, cerca de mais 31 p.p. do que em 2012.

O carro elétrico, de carácter turístico, registou um aumento de receita de 27%, representando 1,3% da receita total em 2013.

**Rede de Vendas**

No final de 2013 existiam 783 locais para carregamento dos títulos de transporte.

**Fiscalização dos Títulos de Transporte**

Em 2013 a taxa de fiscalização de viagens foi de 3,97%, registando um aumento de 0,12 pontos percentuais face a 2012. A taxa de fiscalização de passageiros atingiu em 2013 1,56%, mais 0,26 pontos percentuais do que em 2012. A taxa de fraude reduziu de 0,61% em 2012 para 0,49% em 2013 e o número de autos emitidos no ano foi de 6.139, menos 17% do que no ano anterior.

**Sensibilização antifraude**

Em 2013 a STCP lançou um conjunto de ações pedagógicas e preventivas, com vista à redução da fraude, consistindo na melhoria da informação sobre zonamentos e tarifários no interior dos autocarros e na campanha “Fiscalização Anunciada”. Esta campanha decorreu ao longo do ano através do anúncio de ações de fiscalização em várias linhas e em diferentes datas, por meios eletrónicos e nos meios de comunicação social. Para além das ações de fiscalização anunciadas, foram mantidas as ações de fiscalização de programação normal, sem aviso prévio.



Serve cerca de 900 mil habitantes de 51 freguesias e seis concelhos: Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Porto



### 2.3.3 Oferta

A oferta da STCP atingiu 22,7 milhões de veículos km em 2013, apresentando uma redução de 171 mil veículos km face a 2012, i.e. menos 0,8%.

Considerando a produção contratada, residual em 2013

no montante de 802 mil veículos km, a oferta global da STCP atingiu os 23,5 milhões de veículos km.

A informação sobre a oferta, cuja evolução é indicada no quadro seguinte, exclui a produção contratada, salvo quando o contrário for expressamente mencionado:

Oferta	unid	2010	2011	2012	2013	13/12	
						Abs	%
<b>Total STCP</b>							
Veículos km	10 <sup>^3</sup>	25.832	24.617	22.826	22.655	-171	-0,8%
Lugares km	10 <sup>^3</sup>	2.301.371	2.230.460	2.080.154	2.054.399	-25.755	-1,2%
Horas	10 <sup>^3</sup>	1.627	1.570	1.468	1.446	-22	-1,5%
Lotação Média	lugares	89	91	91	91	0	-0,5%
Velocidade Média	km/h	15,9	15,7	15,6	15,7	0,1	0,7%
Taxa de Ocupação	%	14,5%	14,8%	14,8%	13,9%	-0,9 pp	-6,2%
<b>Produção Autocarro contratada</b>							
Veículos km	10 <sup>^3</sup>	4.016	4.046	2.905	802	-2.103	-72%
Lugares km	10 <sup>^3</sup>	305.872	308.409	225.614	64.971	-160.643	-71%
Lotação Média	lugares	76	76	78	81	3	4,3%
Taxa de Ocupação	%	18,2%	17,4%	18,1%	14,2%	-3,9 pp	-22%
<b>Total STCP com produção contratada</b>							
Veículos km	10 <sup>^3</sup>	29.848	28.663	25.731	23.457	-2.274	-8,8%
Lugares km	10 <sup>^3</sup>	2.607.242	2.538.869	2.305.768	2.119.370	-186.398	-8,1%
Lotação Média	lugares	87	89	90	90	1	0,8%
Taxa de Ocupação	%	14,9%	15,1%	15,1%	13,9%	-1,2 pp	-8,2%

A variação da produção, de -0,8%, é justificada pelos ajustamentos nos horários e frequências realizados ao longo do ano de 2013, para rentabilização dos recursos.

No que respeita à produção total, própria mais contratada, é de realçar que a STCP atingiu em 2012, fruto de reestruturações sucessivas da oferta ao longo dos anos, o objetivo fixado no Plano Estratégico dos Transportes de 25,7 milhões de veículo km, tendo partido em 2010 de uma produção de 29,8 milhões de veículos km.

A velocidade média comercial foi em 2013 de 15,7 Km/h, tendo registado uma ligeira melhoria e contrariado assim a tendência decrescente verificada nos últimos anos.

Os lugares km apresentaram uma redução de 1,2% devido à diminuição da oferta em 0,8% e a uma maior racionalização da utilização da frota em função da procura, i.e. redução da afetação de viaturas de maior capacidade, em determinados horários.

A taxa de ocupação foi de 13,9% em 2013, apresentando uma diminuição de 0,9 p.p. em comparação com o ano anterior, resultado da diminuição de 7,4% dos passageiros km e de 1,2% dos lugares km.

Em 2013, o carro elétrico representou 0,5% da oferta total.

<b>Taxa de cumprimento de viagens</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Modo autocarro				
Viagens Planeadas [1]	2.310.219	2.204.480	2.075.274	2.083.561
Viagens Perdidas [2]	26.997	16.169	16.937	50.842
Taxa de cumprimento das viagens	98,8%	99,3%	99,2%	97,6%
Modo carro elétrico [3]				
Viagens Planeadas	44.165	41.785	45.018	42.028
Viagens Perdidas	1.392	1.197	1.395	1.477
Taxa de cumprimento das viagens	96,7%	97,1%	96,9%	96,5%

[1] Fonte: DOP (SAEI)

[2] Fonte: DOP (SICO), Excluindo dias de greve e/ou plenários

[3] Fonte: UCE

### Taxa de cumprimento de viagens da produção interna

A taxa de cumprimento de viagens produzidas em modo autocarro foi de 97,6%, registando uma diminuição de 1,6 p.p. (-33.905 viagens) em comparação com 2012. No modo carro elétrico, a taxa de cumprimento de viagens foi de 96,5%, inferior ao valor registado em 2012 em 0,4 p.p. (-82 viagens).

A perda de viagens deve-se, essencialmente, a trânsito congestionado e ao absentismo. Já no modo carro elétrico, as viagens perdidas por obstrução da via representam 28% do total das viagens perdidas.

### Taxa de Acidentes

Registou-se em 2013 uma taxa de 36 acidentes por cada milhão de quilómetros percorridos, quando em 2012 foi de 37, verificando-se assim uma diminuição de 2%, tendo o total de acidentes no ano, atingido os 813. De realçar que esta taxa atingiu em 2013 o valor mais baixo de que há registo.

A contribuir para estes resultados estarão os seguintes fatores: a formação contínua de motoristas, nomeadamente em condução defensiva e uma frota dotada de melhores condições de condução e segurança.

### Limitação ao Serviço da STCP

A oferta da qualidade do serviço de transporte público da STCP é diariamente condicionada por diversos fatores que impedem a empresa de operar em condições de normalidade:

#### Desvios da rede da STCP

Os desvios da rede STCP são impostos pelas várias obras na via e pelos inúmeros eventos que ocorrem nos concelhos onde a STCP presta serviço.

Em 2013 o número de desvios da rede foi de 266. Apesar da quantidade de desvios ter aumentado 6,4%, a sua duração média diminuiu cerca de 25%, justificando-se pelo facto de 36% dos desvios resultarem de eventos cuja duração média é de um dia. A duração média dos desvios em 2013 foi de 12 dias tendo sido a mais baixa dos últimos anos.

### Evolução dos desvios da rede STCP

<b>Indicadores de Desvios</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Nº de Desvios	278	291	250	266	6,4%
Por Obras	187	204	170	169	-0,6%
Por Eventos	91	87	80	97	21,3%
Duração Média dos Desvios (dias)	21	19	16	12	-25,5%



running on natural gas

STCP

### Estacionamento e Operação Via Livre

O estacionamento irregular afeta diariamente a circulação dos veículos da empresa.

A STCP através da operação Via Livre, resultante de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto,

efetuada conjuntamente com a Polícia Municipal do Porto, desenvolve uma ação de caráter corretivo para facilitar a normal circulação do transporte público e manter as vias desimpedidas, contribuindo para um transporte mais eficaz.

### **Operação Via Livre - Evolução nos últimos quatro anos**

<b>Operação Via Livre</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Medidas corretivas					
Multas	2.527	5.546	3.309	4.433	34,0%
Bloqueamentos			210	286	36,2%
Reboques	83	225	201	284	41,3%
<b>Total</b>	<b>2.610</b>	<b>5.771</b>	<b>3.720</b>	<b>5.003</b>	<b>34,5%</b>

### Corredores Bus

A extensão de corredores BUS representa apenas 5% da cobertura total da rede viária servida pela STCP e localiza-se maioritariamente no Porto.

A extensão de corredores BUS passou para cerca de 23,3 km reduzida a em cerca de 700 metros face ao ano de 2012, isto devido à alteração do perfil de trânsito na Avenida AEP em ambos os sentidos, em que o corredor BUS aí existente foi eliminado.



508 BOAVISTA

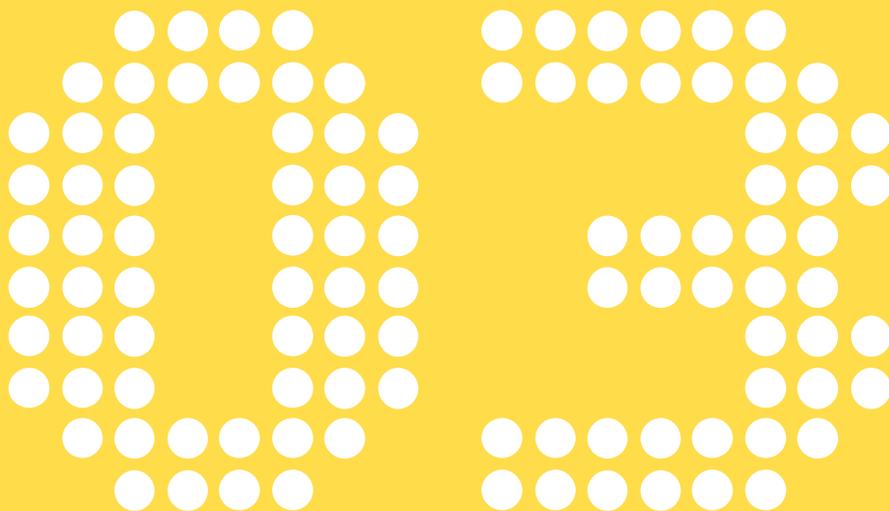
TP

3036

MAN

01-03-PX

running



# Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável

A STCP tem como prática incorporar a temática da Sustentabilidade no seu Relatório e Contas anual. Esta abordagem apresenta consideráveis vantagens, ao permitir que a sustentabilidade obtenha um lugar de destaque no contexto do relato empresarial, conferindo assim aos aspetos sociais e ambientais do desempenho empresarial uma importância acrescida.

A STCP aderiu em setembro de 2010 à Carta de Desenvolvimento Sustentável da UITP (*Union Internationale des Transports Publics*), como *Full Signatory*, compromisso voluntário e mensurável para monitorar e reportar o desempenho de uma organização em termos ambientais, económicos e sociais.

Com esta adesão, a STCP comprometeu-se a seguir uma política que promova a aplicação de práticas eficazes, ética e economicamente sãs no exercício das suas atividades comerciais, que estimulem e desenvolvam boas práticas no setor dos transportes públicos, reportando regularmente as ações implementadas, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Estes compromissos expressam-se na Missão e Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho da Empresa (ponto 4.1).

### 3.1 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO – QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Desde há cinco anos que a STCP possui o seu Sistema de Gestão certificado em simultâneo por três normas:

- > NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade.
- > NP EN ISO 14001:2012 – Sistemas de Gestão Ambiental.
- > OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

O âmbito destas certificações estende-se a todas as instalações e atividades, com exceção das que se relacionam com o Museu do Carro Elétrico.

Ao longo da sua história centenária, a STCP tem sido chamada a assumir as suas responsabilidades perante a comunidade que serve na prestação do serviço de transporte público de passageiros. Com estas certificações demonstra a sua intenção de se posicionar entre as melhores empresas de transporte na promoção dum transporte sustentável do ponto de vista ambiental e da segurança dos seus trabalhadores.

#### Gestão da Qualidade

O ano de 2013 fica marcado por um lado pela manutenção da certificação, e por outro, no reforço da sua aplicação por todos os prestadores de serviço com atividade desenvolvida nas instalações da STCP.



#### Auditoria interna de Certificação e Auditoria anual de Acompanhamento da APCER

Em setembro realizou-se a Auditoria interna ao Sistema Integrado de Gestão da STCP, de acordo com os referenciais da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, que decorreu de acordo com o planeado envolvendo todos os colaboradores, atividades e instalações, incluindo os prestadores de serviço em atividade no interior das instalações. A Equipa Auditora foi composta exclusivamente por auditores internos da bolsa de auditores da STCP.

Em outubro decorreu a 2ª Auditoria de Acompanhamento do 2º triénio das Certificações do Sistema de Gestão da STCP, nas vertentes da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho. A auditoria abrangeu também a atividade da operação em serviço comercial.

Externamente, a STCP continua a contribuir para o panorama normativo nacional do setor dos transportes, através da participação que mantém desde há cerca de uma década, na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização - CT 148 (Transportes, Logística e Serviços), comissão à qual preside pelo quinto ano consecutivo.

A CT 148, enquanto órgão técnico de normalização que visa a elaboração de documentos normativos e a emissão de pareceres normativos, a nível nacional e em cooperação com o organismo europeu de normalização, situa a sua atuação no âmbito do transporte de passageiros, de mercadorias, da logística e dos parques de estacionamento. Nesta Comissão estão representados os principais intervenientes nestas áreas, a nível nacional, operadores de transportes, operadores logísticos, representante dos consumidores, entidades certificadoras, associações de profissionais e empresas ligadas ao sector.

#### Gestão Ambiental

Os aspetos relacionados com a Gestão Ambiental encontram-se desenvolvidos no ponto 3.4.

#### Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

Os aspetos relacionados com a Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho encontram-se desenvolvidos no ponto 3.5.

NÚMERO 2008/CEP.3317  
Number

O Sistema de Gestão da Qualidade de  
*The Quality Management System of*

**STCP, S.A. – SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**  
Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º  
4350-158 PORTO  
PORTUGAL

e dos locais apresentados em anexo  
*and the sites specified in annex*

Implementado no transporte urbano de passageiros na área metropolitana do Porto, cumpre os requisitos da norma  
*implemented in the urban passengers transport in the metropolitan area of Oporto, meets the requirements of the standard*

**NP EN ISO 9001:2008**



*[Signature]*  
José Leitão  
CEO

Emitido em 2013-08-01  
Date of issue  
Válido até 2014-12-25  
Valid until

APCER – Associação Portuguesa de Certificação  
Edifício de Serviços da Expresso, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo  
4450-617 Leça da Palmeira  
www.apcer.pt

NÚMERO 2008/AMB.0405  
Number

O Sistema de Gestão Ambiental da  
*The Environmental Management System of*

**STCP, S.A. – SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**  
Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º  
4350-158 PORTO  
PORTUGAL

e dos locais apresentados em anexo  
*and the sites specified in annex*

Implementado no transporte urbano de passageiros na área metropolitana do Porto, cumpre os requisitos da norma  
*implemented in the urban passengers transport in the metropolitan area of Oporto, meets the requirements of the standard*

**NP EN ISO 14001:2012**



*[Signature]*  
José Leitão  
CEO

Emitido em 2013-08-01  
Date of issue  
Válido até 2014-12-25  
Valid until

APCER – Associação Portuguesa de Certificação  
Edifício de Serviços da Expresso, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo  
4450-617 Leça da Palmeira  
www.apcer.pt

NÚMERO 2008/SST.0203

APCER – Associação Portuguesa de Certificação certifica que o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho da  
*APCER – Associação Portuguesa de Certificação certifies that the Occupational Health and Safety Management System of*

**STCP, S.A. – SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**  
Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º  
4350-158 PORTO  
PORTUGAL

e locais de atividade apresentados em anexo à este certificado  
*and the activities presented in the annex to this certificate*

Implementado no transporte urbano de passageiros na área metropolitana do Porto, cumpre os requisitos da norma  
*implemented in the urban passengers transport in the metropolitan area of Oporto, meets the requirements of the standard*

**OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008**

Occupational Health and Safety Management Systems – Requirements / Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho – Requisitos

Data de emissão 2011-12-26  
*Date of issue*

Válido até 2014-12-25  
*Valid until*

*[Signature]*  
José Leitão  
CEO

Qualquer esclarecimento adicional sobre este certificado pode obter-se consultando a APCER  
*For any further information regarding this certificate, please contact APCER*

APCER – Associação Portuguesa de Certificação  
Edifício de Serviços da Expresso, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo  
4450-617 Leça da Palmeira  
www.apcer.pt









---

## REDE STCP

---

### 3.2 RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES

A responsabilidade da STCP perante os clientes é um dos principais compromissos da Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, concretizando-se em:

- > Acompanhar a evolução da procura e assegurar a oferta adequada;
- > Melhorar o cumprimento do serviço programado, pese embora os constrangimentos externos;
- > Cumprir o dever da informação atempada sobre a rede, horários e tarifários;
- > Acolher com recetividade as sugestões e reclamações,

procedendo à sua análise e ao desenvolvimento das ações viáveis e com interesse;

- > Prestar um serviço competente, com segurança, simpatia e urbanidade, graças a uma adequada política de formação dos recursos humanos;
- > Manter atenção especial aos clientes com mobilidade reduzida, ampliando as suas condições de mobilidade e acesso à informação.

Em 2013 a STCP disponibilizou aos clientes uma Rede de Transportes com 72 linhas de serviço público, 69 em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico, e prestou um serviço 24h00 por dia, nos 365 dias do ano.

### 3.2.1 Serviço Social

Embora a racionalização da produção seja uma das preocupações da empresa, a preservação de uma oferta de cariz social, garantindo assim a mobilidade a zonas e em horários

sem interesse comercial, foi sempre mantido pela STCP.

Apresenta-se uma estimativa da evolução do custo do serviço social:

STCP - Serviço Social	2010	2011	2012	2013
<b>KM Serviço Social (10<sup>^3</sup>) [1]</b>	<b>10.058</b>	<b>9.507</b>	<b>8.315</b>	<b>7.791</b>
% Km Serviço Social	33%	33%	32%	33%
<b>Títulos Sociais Vendidos (10<sup>^3</sup>) [2]</b>	<b>459</b>	<b>418</b>	<b>301</b>	<b>102</b>
% Insuficiência Tarifária	12%	11%	3,7%	0,03%
<b>Estimativa de Custos Serviço Social (10<sup>^3</sup>)</b>				
Custo km Serviço Social (m€)	<b>20.388</b>	<b>18.637</b>	<b>16.886</b>	<b>15.920</b>
Insuficiência Tarifária (m€) [3]	<b>5.904</b>	<b>5.645</b>	<b>1.850</b>	<b>13</b>
<b>Custos Serviço Social (m€)</b>	<b>26.292</b>	<b>24.281</b>	<b>18.736</b>	<b>15.933</b>

[1] considerando a rede da madrugada, o serviço nocturno, o serviço de sábados, domingos e feriados e linhas Z.

[2] considerando as quantidades das assinaturas monomodais: 3ª idade e Reformado e Pensionista, Estudante e Menores.

[3] considerando o diferencial de preço das para as assinaturas monomodais normais, para as assinaturas monomodais 3ª idade e Reformado e Pensionista, Estudante, Menores, reduzido do valor recebido do PAII - Programa de Apoio Integrado a Idosos, no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

### 3.2.2 A Satisfação do Cliente

#### Avaliação da Satisfação do Cliente

O Inquérito de Satisfação ao Cliente não foi concretizado em 2013, tendo sido decidido avançar com essa ação em 2014. A avaliação da satisfação do cliente foi assim efetuada com base nos indicadores das Reclamações e Sugestões.

#### Reclamações de Clientes

Foram registadas 2.429 reclamações (202 média/mês) mais 97% do que no ano anterior. Esta variação justifica-se essencialmente pelas reclamações associadas a incumprimento de horários, que representaram cerca de 70% do total das reclamações. As reclamações são efetuadas maioritariamente, 87% através da Linha Azul da STCP, 5% pelo Livro de Reclamações e as restantes pelos Postos de Venda ou via CTT.

### 3.2.3 A Comunicação e a Informação

#### O Contato Frequente com o Cliente

Assumindo a melhoria contínua do serviço de transporte oferecido como um dos objetivos prioritários da Empresa, a comunicação e auscultação da opinião dos utentes afigura-se como um imperativo constante.

#### Call-Center

A Linha Azul da STCP continua a assumir um papel relevante no esclarecimento de dúvidas dos clientes, tendo em 2013 dado resposta a cerca de 50 mil pedidos de informação, valor semelhante a 2012, na sua quase totalidade via telefone e por correio eletrónico.

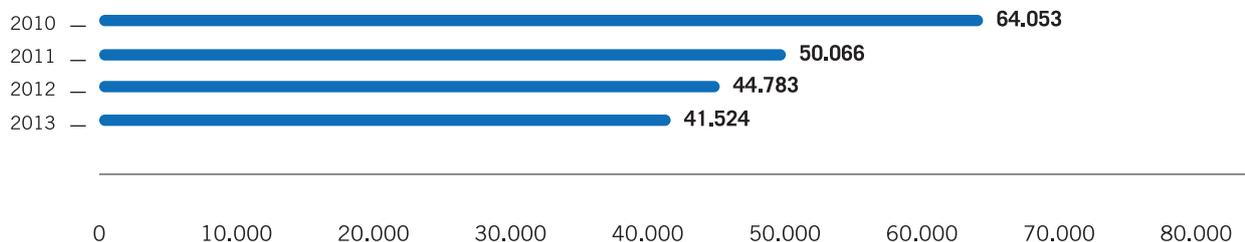
#### Perdidos e Achados

No ano o número de registos de objetos perdidos e achados foi de 3.762, -5% do que em 2012. Destes apenas 1.208 (32%) continham algum elemento de identificação, tendo 994 sido entregues diretamente aos clientes. Todos os restantes foram encaminhados para a Polícia de Segurança Pública.

#### SMSBUS

As mensagens SMSBUS, em número aproximado de 500 mil no ano, registaram uma redução de 8% face a 2012, acompanhando a quebra verificada na procura. A contribuir para esta diminuição estará a disponibilidade de nova aplicação "Move-me" para consulta de horários em tempo real para telemóveis *Android* e *Iphone*, bem como a *widget* SMSBUS para computador, ambas alternativas ao SMSBUS, sem custo para o cliente.

### PEDIDOS SMSBUS - MÉDIA MENSAL



### Informação Dinâmica em Ecrãs - GOBUS

A STCP mantém em funcionamento 7 ecrãs instalados nas 4 principais estações de metro: Campanhã, Trindade, S. Bento e Casa da Música. Estes ecrãs apresentam os horários em tempo real dos autocarros que servem as proximidades de cada estação. O conteúdo da informação é o mesmo do apresentado no PIP e no serviço SMSBUS, indicando adicionalmente os locais de cada paragem e os respetivos códigos, para uma melhor orientação do cliente. Nestes ecrãs são ainda passadas em rodapé mensagens institucionais e comerciais, complementando a rede de meios digitais de informação.

### Displays eletrónicos nos autocarros

A partir de junho os *displays* eletrónicos dos autocarros passaram a emitir informação sobre zonamento Andante durante a própria viagem de autocarro, que passou a ser apresentada em associação à informação “próxima paragem”. Esta inovação resultou de um projeto desenvolvido internamente, que permite aos clientes uma melhor perceção da validade geográfica dos seus títulos de transporte. Os inícios e fins de zona são reforçados com um alerta sonoro. Esta foi mais uma medida que teve por objetivo elucidar os clientes sobre a utilização correta dos títulos Andante, a que

se somou a colocação em todos os autocarros de autocolantes advertindo para o valor das multas.

### Redes Sociais – Facebook

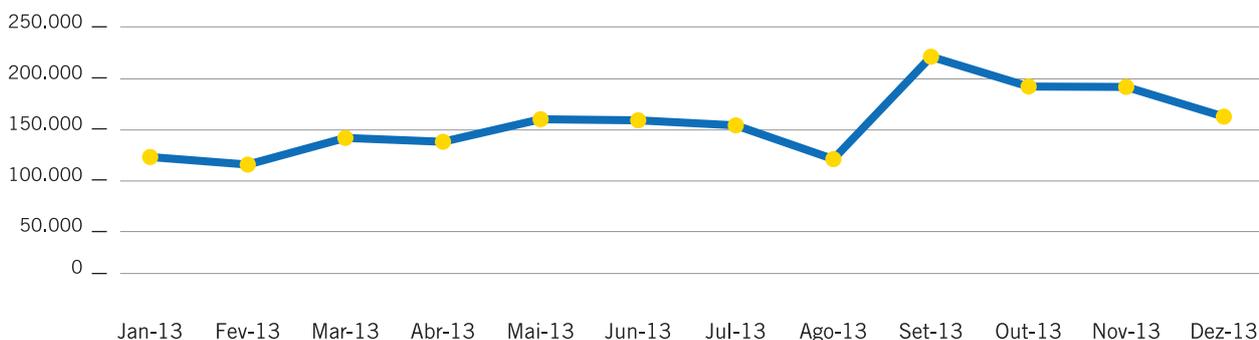
A página *Facebook* da STCP completou o primeiro ano integral de existência no final de 2013. Esta página é monitorizada diariamente, servindo para um esclarecimento rápido e direto dos clientes e interessados pela STCP. Permite adicionalmente dinamizar uma ligação emocional dos clientes com a empresa, através da partilha de conteúdos próprios ou relacionados com as cidades servidas, e a criação de passatempos.

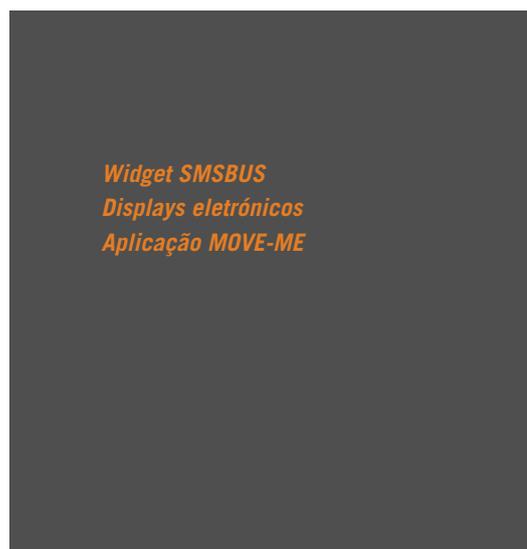
O *Facebook* faz parte dos canais de comunicação digital da empresa e é utilizado de forma integrada com o site e os *displays* eletrónicos dos autocarros. A STCP tem presença em outros media sociais como o *Twitter*, *Vimeo*, *Youtube*, *Slideshare* e *Flickr*, embora com menor expressão.

### Site STCP

Em 2013 completou-se o primeiro ano de existência do novo site, cuja utilização foi amplamente intensificada, como demonstra o total de visitas do ano, de 1,9 milhões, que representa uma média mensal de cerca de 156 mil visitas, mais de 5.200 por dia.

### VISITAS MENSAS AO SITE STCP EM 2013





## Melhorias introduzidas no site STCP

### Ajuda Site

Para apoio aos clientes e utilizadores do *site* foi criada uma área de ajuda à navegação com vídeos exemplificativos nomeadamente sobre “Pesquisa do horário à paragem; Pesquisa das próximas passagens em tempo real”.

### Widget SMSBUS

Foi disponibilizado no site o “*widget* SMSBUS” que permite conhecer os horários dos autocarros em tempo real fazendo uma consulta idêntica à do SMSBUS, mas no computador. Esta nova funcionalidade, já existente no site através da consulta nas páginas das paragens, passou a ter um atalho para o *desktop* e a poder estar permanentemente aberta no computador.

### Aplicação MOVE-ME

A STCP apostou na aplicação MOVE-ME a disponibilização do acesso via internet aos horários e percursos em sistemas móveis. Em 2013 esta ferramenta teve os seguintes resultados, no que respeita à STCP:

## Nº Pedidos de horários nas paragens - apenas STCP

Android	Iphone	Total
485.511	186.463	<b>671.974</b>

## Nº Pedidos de cálculos de rotas com STCP no resultado

Website	Android	iPhone	Total
11.436	14.352	7.010	<b>32.798</b>

A aplicação reúne informação intermodal em tempo real sobre os operadores públicos do Porto, STCP, Metro do Porto e CP Porto e informação sobre a oferta planeada de 13 operadores privados associados da ANTROP, permitindo o acesso a um conjunto diversificado de informação, em que a STCP inclui o acesso às previsões SMSBUS e ao cálculo de percursos com horários em tempo real ou planeados.

A MOVE-ME foi desenvolvida pela OPT, Optimização e Planeamento de Transportes, S.A..

### Mapas das redes de transporte

Em dezembro começaram a ser afixados nas paragens os novos mapas atualizados da rede de cada concelho. Foi também produzida nova versão do mapa da rede em formato desdobrável, que inclui a rede de Metro e CP Urbanos Porto, com vista à sua venda nas Lojas Andante e STCP e locais selecionados.

### 3.2.4 Novos Projetos

#### Projeto MOBIPAG

A STCP acolheu o teste à aplicação denominada MOBIPAG, que permite a compra e validação de bilhetes de transporte através do telemóvel utilizando as tecnologias *Wireless* e GPS, para funcionar e comunicar com o servidor. A aplicação foi desenvolvida para telemóveis *Android* e foi testada em ambiente real, nos transportes da cidade do Porto, por 26 utilizadores, durante 16 dias. Durante o teste a equipa de desenvolvimento manteve contacto com os utilizadores através de um grupo criado para o efeito na rede social *Facebook*, recolhendo em tempo real informações importantes relativas à aplicação e ao conceito de pagamento móvel propriamente dito.

De um modo geral os utilizadores consideraram a solução de pagamento prática e simples, e gostaram do conceito de comprar e validar bilhetes com o telemóvel. A aplicação foi considerada bastante intuitiva e fácil de utilizar e o facto de poderem comprar bilhetes a qualquer hora e em qualquer lugar foi muito valorizado. O acesso a informações adicionais como o saldo de bilhetes, o tempo restante de determinada viagem, o aviso sobre a última paragem até onde poderão viajar, foram também aspetos muito importantes e destacados pelos utilizadores.

O projeto MOBIPAG - Iniciativa Nacional para Pagamentos Móveis - foi coordenado pelo CEDT (Centro de Excelência em Desmaterialização de Transações), tendo a FEUP como parceiro. A OPT foi a empresa escolhida para o desenvolvimento da aplicação-protótipo e pelo teste com clientes STCP.

#### Projeto Future Cities

A STCP disponibilizou os seus autocarros para a instalação de sistemas de comunicações sem fios, no âmbito do projeto "Future Cities"- Cidades do Futuro -, que foi levado a cabo pelo Centro de Competências para as Cidades do Futuro, da Universidade do Porto, com financiamento da Comissão Europeia. A participação da STCP neste projeto tornou possível reali-

zar experiências de campo que permitem ajudar a melhorar diversos serviços urbanos.

O projeto das Cidades do Futuro tem por objetivo transformar o Porto num laboratório vivo à escala urbana, onde investigadores, empresas estabelecidas e startups poderão desenvolver e testar tecnologias, produtos e serviços para cidades inteligentes, com particular ênfase nos sistemas de transporte inteligente e na mobilidade sustentável. Outras cidades que também participam neste projeto são Londres, Estocolmo e Paris.

São também parceiros do projeto o INESC Porto, a Vodafone, Veniam, IBM, Porto Digital, entre outros.

## 3.3 RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE

Dos compromissos que a STCP assume na sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, constam:

- > Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- > Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.

### 3.3.1 Frota

#### Características da Frota

No final de 2013 a frota da STCP era constituída por 474 autocarros, com uma idade média de 11 anos e 6 carros elétricos de serviço público.

## Evolução da frota

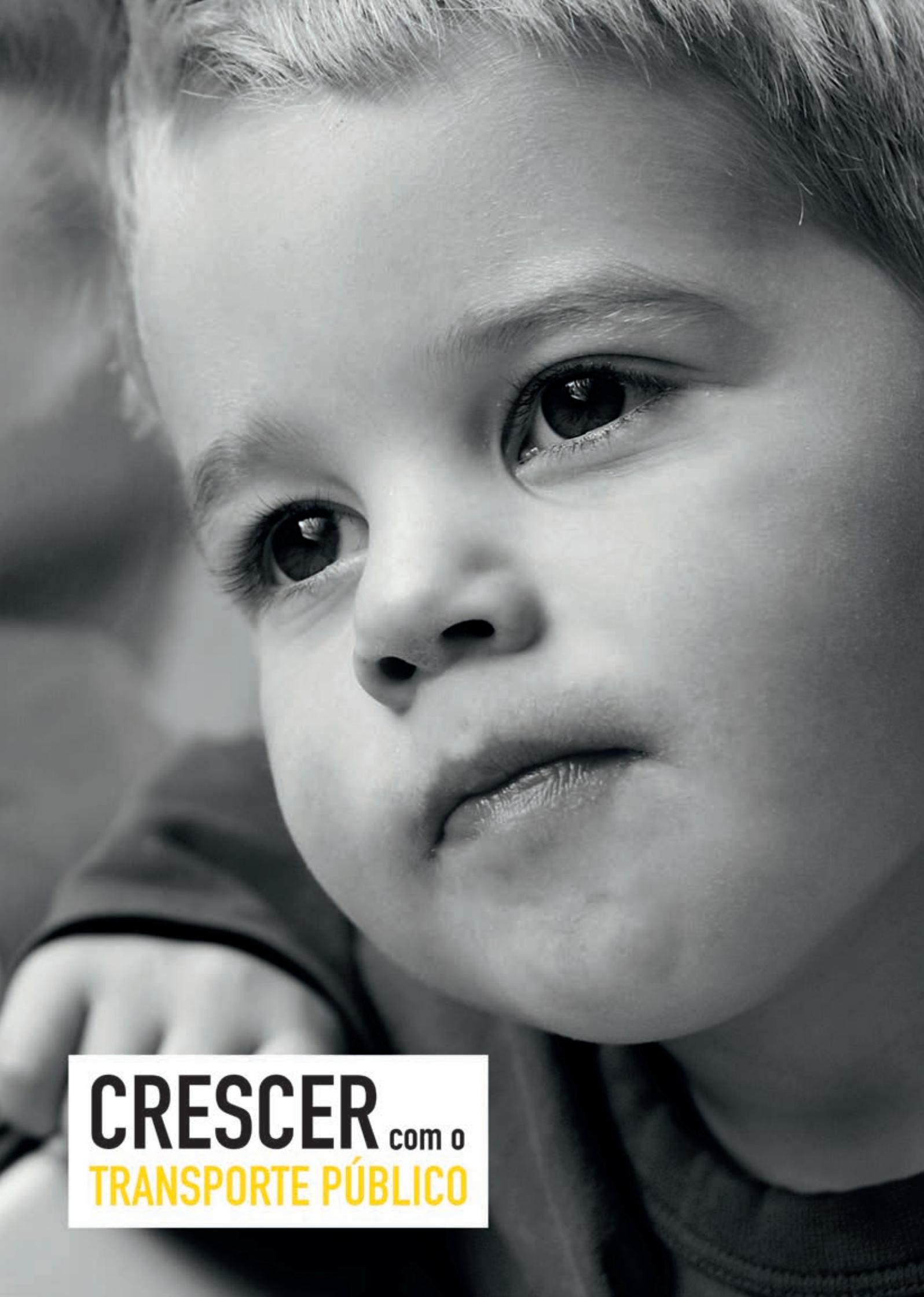
Composição da Frota	2010	2011	2012	2013	Peso 2013
<b>Viaturas a Gasóleo</b>	<b>234</b>	<b>213</b>	<b>221</b>	<b>220</b>	<b>46%</b>
Standard	209	173	173	172	36%
Articulados	20	20	20	20	4%
Minis	5	5	13	13	3%
2 Pisos	0	15	15	15	3%
<b>Viaturas a Gás Natural</b>	<b>255</b>	<b>255</b>	<b>254</b>	<b>254</b>	<b>54%</b>
Standard	225	225	225	225	47%
Articulados	30	30	29	29	6%
<b>Frota Autocarros</b>	<b>489</b>	<b>468</b>	<b>475</b>	<b>474</b>	<b>100%</b>
<b>Frota Carros Elétricos</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	
<b>Total da Frota</b>	<b>494</b>	<b>473</b>	<b>481</b>	<b>480</b>	

Dando cumprimento ao disposto na Portaria n.º 207-A/2013, que aprova o Regulamento de Utilização, Identificação e Instalação de gás de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito em veículos, os autocarros da STCP passaram a ter afixado o dístico de identificação previsto na portaria, a partir de julho.

A frota, cujas características se apresentam no quadro abaixo, tem cerca de 26% das suas viaturas enquadradas nas normas EURO V e EEV.

A taxa de imobilização da frota de autocarros foi de 10,9%, +1,9 p.p. face a 2012, registando-se 11,7 avarias por cada 10.000 km percorridos, mais 4% relativamente ao ano anterior.





**CRESCER** com o  
**TRANSPORTE PÚBLICO**

**CIDADES DE SUCESSO CRESCEM**  
com o **TRANSPORTE PÚBLICO**  
Crescer com o Transporte Público



Redes de Peris  
**STCP**

**UTP**  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



Redes de Peris  
**STCP**

**UTP**  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

**MAIS HORIZONTES**  
com o **TRANSPORTE PÚBLICO**  
Crescer com o Transporte Público

**COMUNIDADES CRESCEM JUNTAS**  
com o **TRANSPORTE PÚBLICO**  
Crescer com o Transporte Público



Redes de Peris  
**STCP**

**UTP**  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



Participar na vida da comunidade



### 3.3.2 Participar na vida da comunidade

#### Colaboração com a comunidade académica

##### Transporte especial Queima das Fitas 2013

Manteve-se a tradicional ligação à comunidade académica da Área Metropolitana do Porto, que conta com mais de 70.000 estudantes e organiza a Queima das Fitas, considerado o maior evento anual da Cidade do Porto. A operação de transporte especial decorreu de 5 a 12 de maio e assegurou mais de 90 mil deslocações aos estudantes, reafirmando-se como uma solução de mobilidade segura, simples e amiga do ambiente e da cidade.

##### Divulgação de espetáculos

Foram estabelecidas parcerias com o Orfeão Académico da Universidade do Porto e com diversas tunas para divulgação de espetáculos por contrapartida de atuações de tunas dentro de autocarros da STCP e passatempos no *Facebook*.

##### Informação para estudantes

A STCP voltou a participar no *Kit Caloiro*, este ano entregue a cerca de 12 mil novos alunos da Universidade do Porto, do Instituto Politécnico do Porto e das instituições do ensino superior privado, contendo informação sobre os transportes públicos.

##### Projeto Universidade Júnior

A STCP colaborou uma vez mais em 2013 na organização do transporte para as deslocações dos estudantes integrados na Universidade Júnior.

##### Projetos e trabalhos académicos

Ao longo do ano, a STCP deu resposta a diversos pedidos, através de fornecimento de dados, imagens ou autorizações para captação de imagens, no âmbito de projetos e trabalhos académicos.

#### Serviços de transporte para grandes eventos

##### Optimus Primavera Sound 2013

O festival Optimus Primavera Sound voltou a contar com um serviço de transporte especial STCP entre os Aliados e o Parque da Cidade, de 30 de maio a 2 de junho, tendo sido transportados mais de 10 mil passageiros. Foram também reforçadas diversas linhas para o Parque da Cidade, local de realização do evento. O tarifário aplicado foi o em vigor na rede da STCP.

No recinto do festival esteve a funcionar um posto de venda Andante, para informações e compra de títulos de transporte e junto às paragens, na Praça Cidade S. Salvador, a STCP assegurou um posto de venda móvel para a aquisição de bilhetes Agente Único.

### Serralves em Festa

Nos dias 8 e 9 de junho, a STCP voltou a apostar em mais um grande evento - Serralves em Festa - com a realização de um vaivém Casa da Música-Serralves e ainda reforço na oferta da linha 203.

### Noite de S. João

Quase a terminar o mês de Junho, na noite de S. João, foi preparada uma operação especial de transporte com prolongamento de serviços e reforços durante toda a noite, em diversas linhas e em complemento ao serviço do metro, tendo sido afetos autocarros de grande capacidade. No total, estiveram em funcionamento 35 linhas durante o período noturno e 21 durante a madrugada, cobrindo os principais eixos da rede, no Porto e concelhos limítrofes.

### Parcerias para divulgação de eventos e atividades culturais

Ao longo do ano foram diversas as parcerias estabelecidas para a divulgação de eventos e espetáculos promovidos por diversas entidades, salientando, por ser inovadora, a facilidade de inserção autónoma de eventos por parte de utilizadores autorizados no site stcp.pt.

### STCP e Metro do Porto juntos pelo crescimento do Transporte Público

A STCP e a Metro do Porto integraram o movimento global “Todos juntos para o crescimento do Transporte Público”, lançado pela UITP (*Union Internationale des Transports Publics*), na Semana da Mobilidade, que aproximou mais de 80 cidades e regiões em 30 países, no apelo conjunto a favor de mais e melhor transporte público como motor do crescimento sustentado, que se traduzem em benefícios e vantagens em termos de crescimento económico, criação de emprego, inclusão social, diminuição da poluição, melhoria da qualidade de vida, segurança, criação de valor, redução da fatura energética, entre outros.

Esta campanha mundial é visível em quase 60 mil autocarros, metros, comboios, estações e paragens nas redes de transporte aderentes, que transportam mais de 85 milhões de passageiros por dia, sendo vista por cerca de 200 milhões de pessoas.

Na Área Metropolitana do Porto foram colocados nos veículos da STCP e Metro do Porto alguns dos temas da campanha, adaptados à realidade local.

Esta primeira campanha conjunta da STCP e da Metro do Porto evidencia o compromisso de ambas as empresas na prestação de um serviço integrado, de qualidade e orientado para os cidadãos como fator decisivo para o crescimento de cidades

mais verdes, dinâmicas, seguras, criadoras de inclusão social e economicamente vibrantes em toda a área servida.

### 3.3.3 Promover a segurança nos transportes

#### Parceria com as forças de segurança

Foi mantida a cooperação com os comandos locais da Polícia de Segurança Pública (PSP) e Polícia Municipal do Porto, através da realização de reuniões regulares tendo em vista a melhoria e segurança do transporte público de passageiros e das condições de circulação rodoviária.

Ao abrigo do protocolo estabelecido em 2010 com a PSP, houve um apoio à Empresa quer em incidentes, quer em situações de fiscalização.

Ao longo do ano foram realizadas diversas ações conjuntas de controlo e fiscalização nas viaturas, em vários pontos da rede da STCP. A PSP prestou também a sua colaboração na operação dos serviços especiais da Queima das Fitas e festival Optimus Primavera Sound, garantindo a segurança dos embarques e dedicando especial atenção aos percursos dos autocarros.

#### 3.3.4 Museu do Carro Elétrico

No ano de 2013 o Museu do Carro Elétrico continuou a desenvolver o seu projeto museológico baseado essencialmente na realização de viagens em carros elétricos históricos, pela cidade do Porto, dada a impossibilidade de visitas à sua exposição permanente desde finais de dezembro de 2012.

Em janeiro de 2013 foi desenvolvido um novo programa de viagens de carro elétrico, direcionado para as escolas, principal público do Museu, com o apoio de guias, que teve a adesão de mais de 10 mil crianças.

Na vertente turística há a salientar o aumento de 15% relativamente a 2012, dos alugueres de carros elétricos. Os principais clientes deste serviço são agências de viagens e/ou promotores de eventos turísticos, que assumem 80% da procura registada, enquanto os restantes alugueres são efetuados diretamente por empresas e particulares.

A loja do Museu do Carro Elétrico, acrescentou novos produtos para venda em 2013, após o lançamento de uma linha de merchandising em março de 2012, destacando-se em particular a miniatura do elétrico *Porto Tram City Tour*, cuja popularidade lhe valeu a atribuição do selo POP - *Porto Official Product* (reconhecimento por parte da Câmara Municipal do Porto atribuído a artigos que fazem alusão a elementos emblemáticos da cidade e que contribuem para sua promoção) pela Câmara Municipal do Porto.

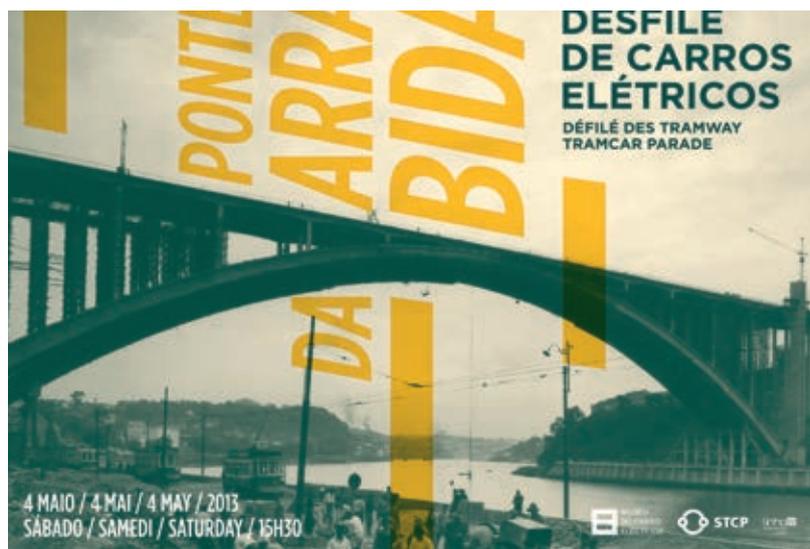


### Eventos em destaque

#### XXIII Desfile Anual de Carros Eléctricos Históricos

A 4 de maio realizou-se o XXIII Desfile Anual de Carros Eléctricos Históricos ao longo da marginal do rio Douro, dando-se destaque nesta edição às comemorações dos 50 anos da inauguração da Ponte da Arrábida. Para tal, o Museu selecionou um conjunto de 11 veículos representativos da época, exemplares da coleção do Museu. O público aderiu com entusiasmo ao evento, destacando-se a presença de inúmeros estrangeiros.

De referir ainda que em 2013 aliaram-se ao evento duas entidades externas: a Linha 22-Mercearia/Café, que realizou uma viagem especial entre Massarelos/Batalha/Carmo com degustação de vinhos a bordo, e a YELLOW TRAM, uma empresa de “merchandising” sobre carros eléctricos, que montou uma loja promocional no interior de um dos carros da coleção na frente do Museu do Carro Eléctrico.



### **Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus**

Para celebrar o dia 18 de maio, Dia Internacional dos Museus, o Museu do Carro Elétrico organizou a atividade “Viagens Improváveis”, permitindo ao público em geral a oportunidade de explorar alguns dos carros elétricos de trabalho e manutenção da via que pertencem à coleção do Museu. Foram assim deslocados para o Infante três veículos (vagão 76 - Pronto Socorro, vagão 48 – Esmerilador de carril, e o vagão 49 – Reparação da linha aérea), que puderam ser explorados e contextualizados, gratuitamente.

A Noite dos Museus foi comemorada com uma viagem organizada a bordo de um carro elétrico da coleção do Museu, animada por um grupo de atores e comentada por um monitor do Museu que, em conjunto contaram “estórias” de passageiros e viajantes que circularam na linha 1, Linha da Marginal. A procura deste programa revelou-se um sucesso, comprovado pela lotação esgotada, o que obrigou a uma nova viagem, também essa com lotação insuficiente para todos os interessados.

### **Viagens com Fado**

O Programa “Viagens com Fado” consistiu na disponibilização, ao público em geral e ao turista em particular, da experiência de viajar ao longo da marginal do rio Douro num dos carros elétricos emblemáticos da coleção do Museu (o carro elétrico n.º 288), ouvindo fado e degustando Vinho do Porto. O programa realizou-se durante dois fins de semana, o da Páscoa e o do feriado do 25 de Abril.

### **Rotas dos Museus recebem o Prémio da Associação Portuguesa de Museologia - APOM, 2013**

O projeto “Rota dos Museus” dinamizado pela Câmara Municipal do Porto através do Pelouro do Conhecimento e Coesão Social, que conta com a participação do Museu do Carro Elétrico, foi premiado na categoria Parcerias, pela Associação Portuguesa de Museologia, no passado mês de dezembro. A participação do Museu do Carro Elétrico consistiu num programa com 9 rotas distintas, proporcionando cada rota a visita a três museus diferentes de uma mesma temática, num total de 27 museus.

O Museu do Carro Elétrico integrou ainda em 2013 um grupo de trabalho dedicado exclusivamente à relação do Turismo com os museus da cidade no âmbito do projeto de investigação “Museus da Cidade do Porto – Desafios para a construção de territórios”, do qual o Museu do Carro Elétrico é um participante ativo desde 2011.

### **3.3.5 Associações e Parcerias**

A STCP é membro da UITP – *Union Internationale des Transports Publics*

e da

CT 148 – Comissão Técnica Portuguesa de Normalização em Transportes, Logística e Serviços

A STCP é associada de seguintes entidades:

AEP – Associação Empresarial de Portugal

Associação Comercial do Porto

ADEPORTO – Agência de Energia do Porto

APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural

CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos

ISQ – Instituto Soldadura e Qualidade

ATC Porto Tours – Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na região

INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos-de-Ferro

Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto

Associação “Amigos do Coliseu do Porto”

Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto

Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Fundação de Serralves

IEP - Instituto Eletrotécnico Português

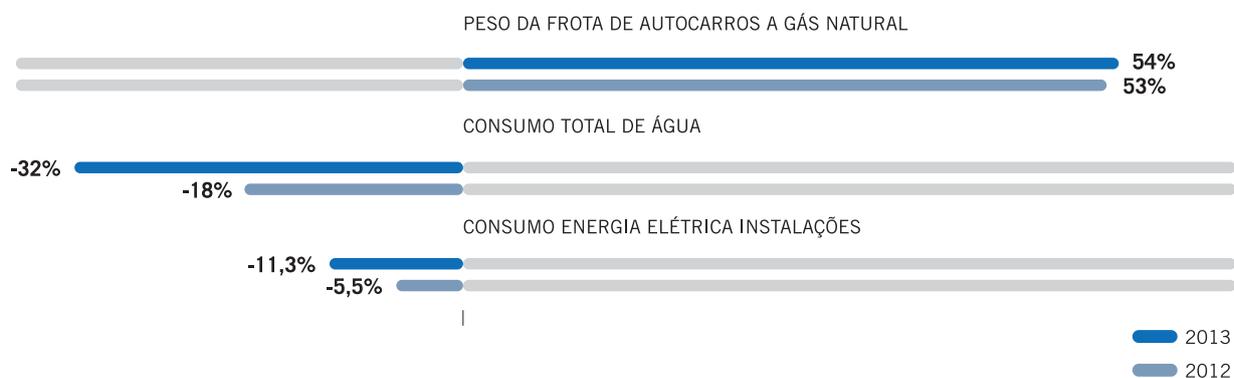
### 3.4 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

“Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais”, é um dos compromissos da Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, da Empresa.

Na atividade de transporte coletivo rodoviário, a STCP assume um papel considerável na qualidade ambiental do espaço urbano onde atua. O compromisso de contribuir para um futuro melhor, leva a empresa a apostar na melhoria contínua, procurando sempre as soluções tecnológicas mais eficientes e geradoras de menos impactos nocivos, concorrendo deste modo para a sustentabilidade social e ambiental.

Em 2013 foi revalidada, pela APCER, a Certificação Ambiental da STCP.

#### ALGUNS INDICADORES – EVOLUÇÃO 2012 - 2013



Em 2013 a STCP consolidou a sua comunicação com as Entidades Reguladoras, de acordo com o normativo legal que regula a sua atividade em termos de impacto ambiental.

Assim, no tocante à monitorização de fontes de emissão (chaminés), após reuniões de trabalho com a CCDRN, foi dado cumprimento ao enquadramento legal que superintende esta matéria, atestada por esta entidade através de ofícios emanados.

No que respeita a gases fluorados com efeito de estufa foi carregada a informação, através de link próprio concebido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com o apoio técnico da APA, respeitante aos equipamentos fixos com 3kg de pressão ou mais, localizados nas diferentes instalações da STCP, em conformidade com o Decreto-Lei 56/2011 de 21 de abril.

Relativamente aos equipamentos elétricos de alta tensão foram igualmente registados os gases fluorados SF6 contidos nos módulos de arrefecimento deste tipo de equipamentos. Foi também monitorizada a informação respeitante aos gases que se encontram dentro dos aparelhos de ar condicionado que equipam as viaturas de serviço público.

#### Formação e Sensibilização

Ao longo de 2013 foi prosseguida a sensibilização sobre a correta segregação de resíduos em ambiente oficial, onde decorre a normal atividade de manutenção das viaturas de serviço público, quer aos colaboradores da empresa, quer aos prestadores de serviços.

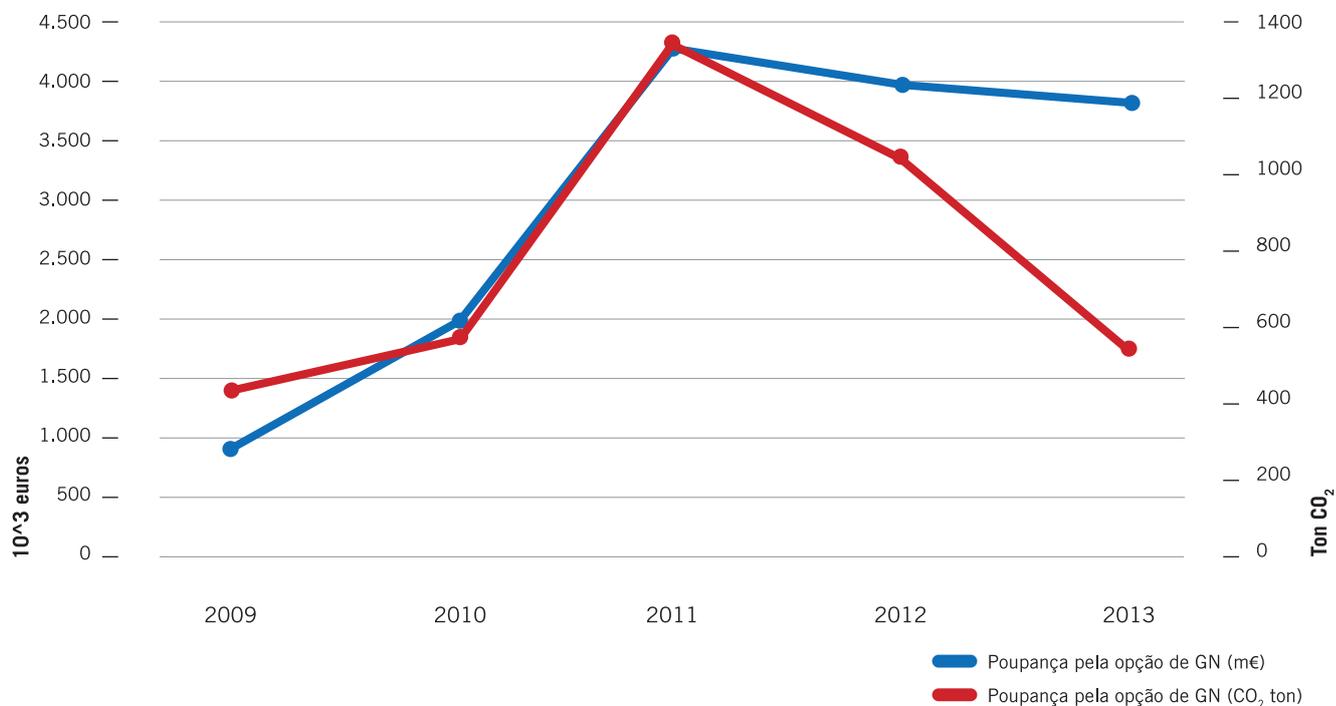
Por outro lado, dois colaboradores da STCP participaram na ação de formação sobre recolha de resíduos hospitalares.

#### Frota

A STCP poupou em 2013 cerca de 3,8 milhões de euros em combustível e evitou a emissão de 527 toneladas de CO<sub>2</sub>, com a utilização da frota a gás natural quando equiparado com a mesma solução a gasóleo.

Desde 2001, ano de início da utilização das viaturas a gás natural, a poupança devida à diversificação energética – utilização de gás em vez de gasóleo – foi de cerca de 25,8 milhões de euros e de 6.225 toneladas emissões de CO<sub>2</sub>.

### POUPANÇA COM A UTILIZAÇÃO DO GÁS NATURAL



### Emissões de Poluentes Atmosféricos

O total de emissões de CO<sub>2</sub> pela frota STCP em 2013 reduziu em 1,3% e devido à diminuição dos quilómetros face a

2012. O CO<sub>2</sub> por quilómetro percorrido reduziu em cerca 0,2%, situando-se em 1,40 Kg.

### Emissões de CO<sub>2</sub>

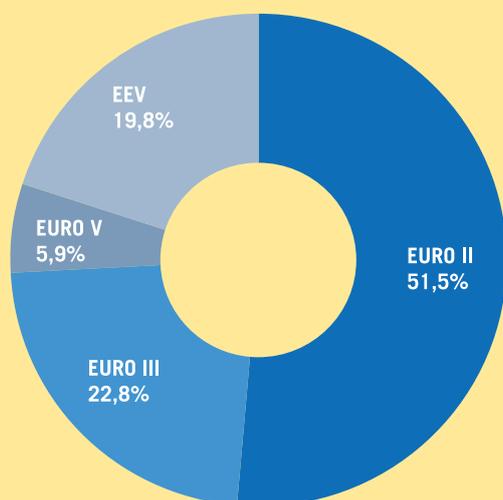
	2010	2011	2012	2013	13/12
Consumo de gasóleo (litros)	6.154.613	5.838.263	5.357.625	4.758.484	-11,2%
Consumo de gás natural (m <sup>3</sup> ) [1]	10.184.235	9.844.229	9.484.226	10.066.228	6,1%
<b>Emissões de CO<sub>2</sub> (t) - gasóleo</b>	<b>16.174</b>	<b>15.343</b>	<b>14.080</b>	<b>12.505</b>	<b>-11,2%</b>
<b>Emissões de CO<sub>2</sub> (t) - gás natural</b>	<b>20.032</b>	<b>19.664</b>	<b>18.655</b>	<b>19.800</b>	<b>6,1%</b>
<b>Total de emissões de CO<sub>2</sub></b>	<b>36.207</b>	<b>35.007</b>	<b>32.735</b>	<b>32.306</b>	<b>-1,3%</b>
<b>Emissões de CO<sub>2</sub> /Km percorrido (Kg)</b>	<b>1,37</b>	<b>1,39</b>	<b>1,40</b>	<b>1,40</b>	<b>-0,2%</b>

[1] Fonte: Valores obtidos através do Medidor no Ponto de Entrega da Estação de Francos.

A frota da STCP é composta por veículos que cumprem as normas EURO II (51,5%), EURO III (22,8%), EURO V (5,9%) e EEV (19,8%). Ou seja, cerca de 26% da frota cumpre já as normas mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia. Estas normas impõem limites

às emissões de óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), hidrocarbonetos não queimados (HC) e partículas (PT), que são emissões intrínsecas à tecnologia dos motores. Estas emissões são medidas em g/kWh, estando por isso diretamente ligadas ao trabalho solicitado ao motor e à eficiência da combustão do mesmo.

### DISTRIBUIÇÃO DA FROTA STCP EM 2013 POR NORMAS EURO:



### Energia

Foi aprovado pela Direção Geral de Energia o Relatório Anual de 2012 referente à execução do Plano de Racionalização do Consumo de Energia aprovado de acordo com despacho de 12-09-2013 dessa Direção Geral e nos termos do Art.º 20º da Portaria nº 228/90, de 27 de março.

Nos últimos anos o consumo de energia apresenta a seguinte evolução:

Em 2013 verificou-se uma redução de 11,3% (-506.674 kWh) do consumo de energia nas instalações fixas da STCP face a 2012, o que se traduz num perfil de consumo mais eficiente dos recursos energéticos.

As Toneladas Equivalentes de Petróleo totais (TEP) apresentaram uma redução de 1,3% face a 2012.

Consumo de energia	2010	2011	2012	2013	13/12
Eletricidade CE (kWh)	297.652	323.693	369.670	406.806	10,0%
kWh/100km	271	288	310	341	9,9%
<b>Tep</b>	<b>86</b>	<b>94</b>	<b>107</b>	<b>118</b>	<b>10,0%</b>
Eletricidade Inst. Fixas (kWh)	4.940.201	4.724.391	4.465.817	3.959.143	-11,3%
<b>Tep</b>	<b>1.433</b>	<b>1.370</b>	<b>1.295</b>	<b>1.148</b>	<b>-11,3%</b>
Gasóleo Litros	6.154.613	5.838.263	5.357.625	4.758.484	-11,2%
litros/100km	52,78	54,90	55,02	54,13	-1,6%
<b>Tep</b>	<b>5.370</b>	<b>5.094</b>	<b>4.675</b>	<b>4.152</b>	<b>-11,2%</b>
Gás Natural [1] Metros cúbicos	10.184.235	9.844.229	9.484.226	10.066.228	6,1%
m³/100km	68,61	67,66	69,68	70,45	1,1%
<b>Tep</b>	<b>8.351</b>	<b>8.072</b>	<b>7.777</b>	<b>8.254</b>	<b>6,1%</b>
<b>Total Tep</b>	<b>15.240</b>	<b>14.631</b>	<b>13.854</b>	<b>13.673</b>	<b>-1,3%</b>

Tep - toneladas equivalentes de petróleo

Cálculo efectuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de março

[1] Fonte: Valores obtidos através do Medidor no Ponto de Entrega da Estação de Francos.

## Água

Ocorreu uma diminuição significativa do consumo de água em 2013, correspondendo a menos 10.625 m<sup>3</sup> em comparação com 2012, ou seja menos 32%. Esta redução deve-se especialmente à redução de 40% do consumo de água de captação, conseguida pela deteção de

situações de fugas e a melhores práticas de consumo. Quanto à água da rede, a tendência de redução manteve-se com uma diminuição de 6% da quantidade consumida, quando comparada com 2012.

### Evolução dos consumos de água nos últimos anos

Água	2010	2011	2012	2013	13/12
Consumo total de água (m <sup>3</sup> )	39.574	40.094	33.037	22.412	-32%
Consumo água da rede (m <sup>3</sup> )	13.042	12.136	7.722	7.270	-6%
Consumo água captações (m <sup>3</sup> )	26.532	27.958	25.315	15.142	-40%

## Gestão de Resíduos

A STCP efetua a recolha seletiva de resíduos e o seu encaminhamento para o destino mais adequado, privilegiando, sempre que possível, a respetiva valorização.

Em 2013 verificou-se uma diminuição dos resíduos perigosos relativamente ao ano anterior, acompanhada de uma evolução positiva dos não perigosos. A melhor prática na segregação de resíduos, no tocante aos resíduos perigosos,

tem um impacto ambiental muito maior que os banais ou não perigosos.

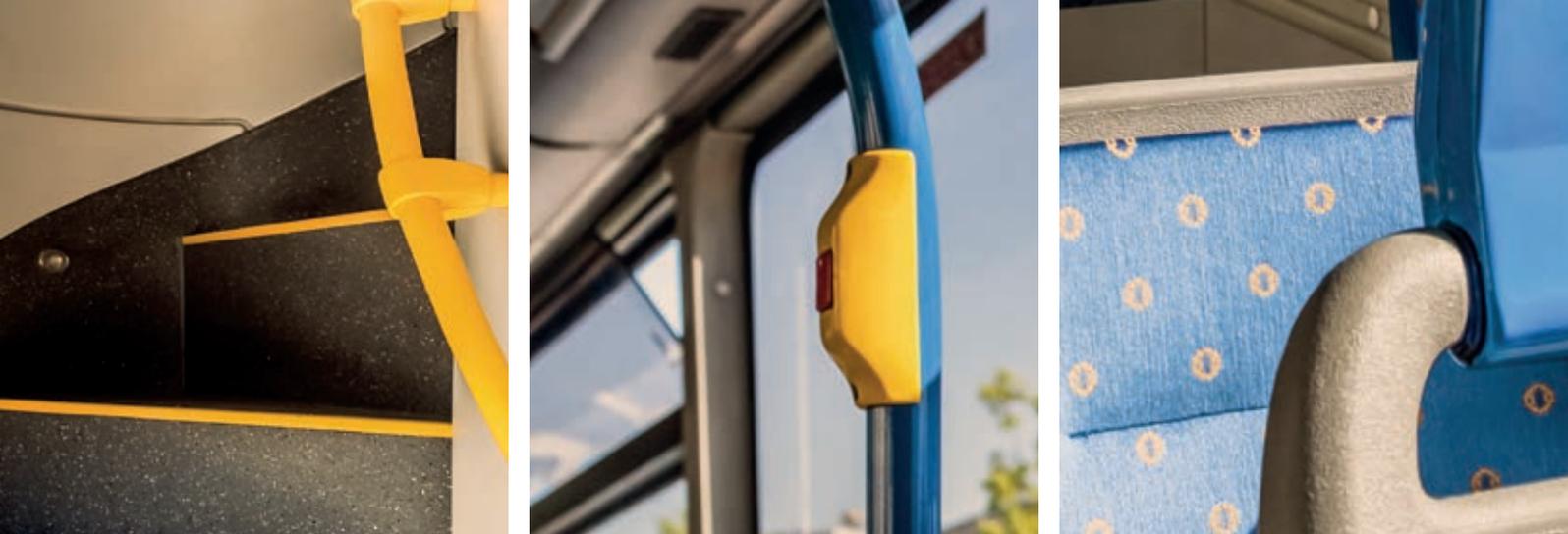
O acréscimo dos resíduos não perigosos resulta da boa arumação dos espaços oficiais e da concentração de áreas de trabalho de acordo com as necessidades de manutenção nos últimos anos.

### Resíduos mais significativos (evolução 2010-2013)

Resíduos industriais perigosos	2010	2011	2012	2013	13/12
Óleos Usados (litros)	18.200	17.400	11.837	14.650	24%
Baterias Usadas (un)	185	209	160	167	4%
Lâmpadas Fluorescentes (Kg)	253	293	251	271	8%

Resíduos industriais não perigosos	2010	2011	2012	2013	13/12
Madeira (kg)	9.960	6.360	4.760	3.920	-18%
Resíduos industriais banais (kg)	14.160	13.020	24.060	35.720	48%
Resíduos metálicos (kg)	202.740	58.780	68.261	27.041	-60%

Outros resíduos	2010	2011	2012	2013	13/12
Papel e cartão (kg)	12.600	12.105	14.490	5.250	-64%
Resíduos de demolição e construção (kg)	67.580	55.300	1.280	48.760	3709%
Resíduos hospitalares Gr. III e IV	71,8	64,9	61,8	59,5	-4%



### 3.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL PERANTE OS TRABALHADORES

A Empresa assume o compromisso na sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, de “garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde”.

#### 3.5.1 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2013 a STCP contava com 1.231 trabalhadores, tendo reduzido 31 efetivos (-2,5%) relativamente a igual data de 2012. No ano, 20 das 31 saídas foram por motivo de reforma. Não se registaram quaisquer entradas.

O efetivo médio da Empresa em 2013 foi de 1.245 trabalhadores.

O pessoal tripulante, motoristas e guarda-freios, representava no final do ano 70% dos trabalhadores.

Cerca de 91% dos trabalhadores têm contrato laboral sem termo.

Efetivo a 31 Dezembro [1]	2010	2011	2012	2013	2013/2012	
					var. abs	var. %
Total	1.496	1.318	1.262	1.231	-31	-2,5%
Pessoal Tripulante [2]	988	891	886	860	-26	-2,9%
% Pessoal Tripulante	66%	68%	70%	70%	0	0%

[1] Sem órgãos sociais e trabalhadores requisitados.

[2] Motoristas + guarda freios.

#### Taxa de Absentismo

Taxa de Absentismo	2010	2011	2012	2013	2013/2012	
					var. abs	var. %
Total da Empresa	7,2%	6,8%	7,0%	6,7%	-0,3 pp	-4,3%
Pessoal Tripulante	7,5%	6,9%	7,8%	7,2%	-0,6 pp	-7,9%

Em 2013 a taxa de absentismo da Empresa foi de 6,7%, obtendo-se o valor mais baixo dos últimos quatro anos, e uma redução de 0,3 p.p. face a 2012.

A taxa de absentismo do pessoal tripulante atingiu 7,2% em

2013, apresentando uma diminuição de 0,6 p.p. face ao ano anterior.

No ano verificaram-se 24 ocorrências de paralisação, das quais 2 foram devidas à realização de plenários.

Trabalho Suplementar	2010	2011	2012	2013	2013/2012	
					var. abs	var. %
Total (horas)	79.188	81.189	99.594	101.882	2.288	2%
Pessoal Tripulante (horas)	77.642	80.700	98.109	99.123	1.014	1%
Total (custo €)	596.714	583.490	589.436	587.243	-2.193	-0,4%
Pessoal Tripulante (custo €)	579.386	579.370	578.971	568.273	-10.698	-2%

Ótica do pagamento: trabalho pago no ano.

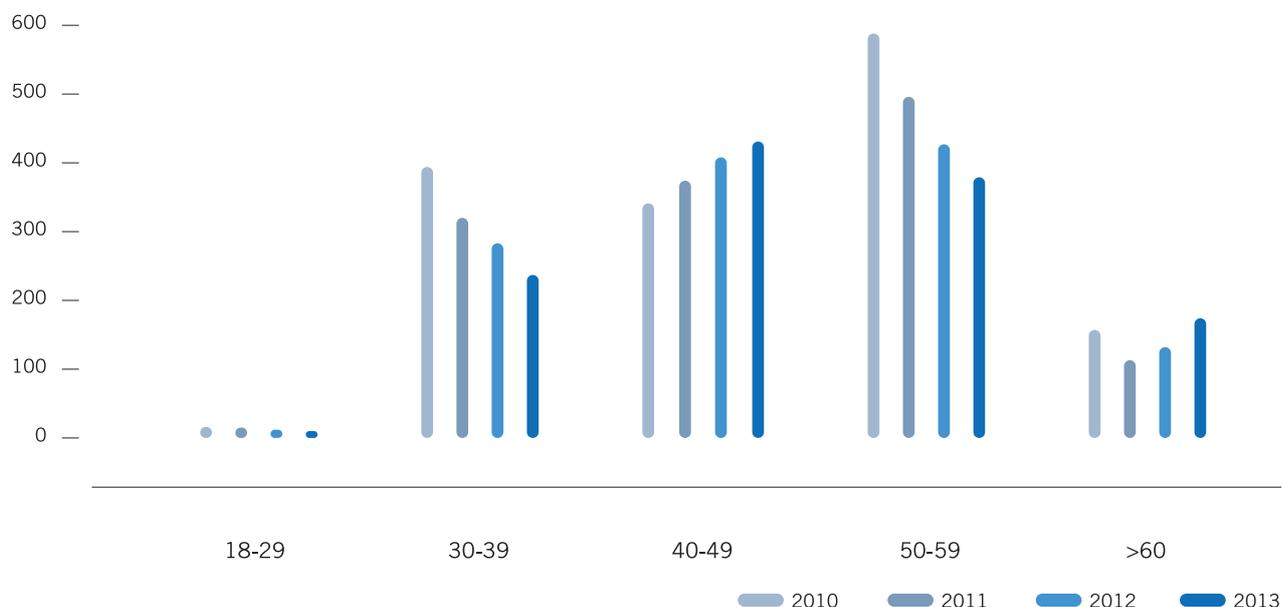
### Trabalho Suplementar

O número de horas de trabalho suplementar aumentou cerca de 2% (+2,3 mil horas) concentrando-se na sua quase totalidade (97,3%) no pessoal tripulante.

O custo com o trabalho suplementar reduziu 0,4% face ao ano anterior.

A antiguidade média dos trabalhadores da STCP é de 22,2 anos e a idade média destes é de 48,3 anos, encontrando-se 20% na faixa etária inferior a 40 anos.

### ESTRUTURA ETÁRIA TRABALHADORES



O nível de escolaridade dos trabalhadores tem aumentado gradualmente nos últimos anos. Em 2013 cerca de 24,4% dos trabalhadores tinham como habilitações o ensino secundário quando em 2011 esse escalão representava 20%. Em contrapartida, a percentagem de trabalhadores com o ensino básico diminuiu de 73,4% em 2011 para 68,7% em 2013. A percentagem de trabalhadores com ensino superior manteve-se nos 7%.

As mulheres representam cerca de 7% da força de trabalho, das quais cerca de 28% são pessoal tripulante. As restantes ocupam funções em áreas técnicas e administrativas. Salienta-se que 42% dos cargos de direção são ocupados por mulheres.

A distribuição do efetivo por género feminino e masculino, em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

**Efetivo em 31 de dezembro de 2013**

Cargo	Total	M	H	% por cargo		% por M-H	
				% M	% H	% M	% H
Dirigentes	12	5	7	42%	58%	6%	1%
Pessoal Tripulante	860	24	836	3%	97%	28%	73%
Outros	359	58	301	16%	84%	67%	26%
<b>Total</b>	<b>1.231</b>	<b>87</b>	<b>1.144</b>	<b>7%</b>	<b>93%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

M - Mulheres H - Homens

No que concerne ao Princípio da Igualdade do Género e conforme o estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 19/2012, de 23 de fevereiro, a STCP elaborou, em maio de 2012, um diagnóstico da situação de homens e mulheres, tendo por base Indicadores para a Igualdade. A empresa ainda não tem implementado o plano para a igualdade determinado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro.

A STCP reporta informação ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT no âmbito da monitorização das medidas do IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013 – Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2011, de 18 de janeiro.

A STCP pratica uma política de recursos humanos baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação, promovendo a valorização do capital humano e implementando sistemas para garantir

o bem-estar dos seus trabalhadores.

Relativamente ao rácio de remuneração mulher/homem, na STCP ele é igual a 1, uma vez que para toda e qualquer categoria profissional não existe diferenciação em função do género.

É praticada a livre associação de trabalhadores, sendo que cerca de 84% dos trabalhadores da empresa estão filiados em sindicatos.

Os princípios e as boas regras de procedimento nas relações interpessoais no interior da empresa estão consagrados no Código de Ética e de Conduta, editado no final de 2008.

Em 2009 foi aprovado o “Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, em conformidade com as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

As normas, códigos e regulamentos em vigor na empresa encontram-se disponíveis na intranet para consulta de todos os trabalhadores.

**Evolução dos Indicadores de Produtividade**

<b>Produtividade [1]</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Viaturas km (10 <sup>3</sup> ) / efetivo médio	17	17	18	18
Lugares km (10 <sup>3</sup> ) / efetivo médio	1.522	1.600	1.733	1.650
Passageiros (10 <sup>3</sup> ) / efetivo médio	63	66	66	63
Passageiros km (10 <sup>3</sup> ) / efetivo médio	220	230	239	229

[1] sem produção contratada

### 3.5.2 Desenvolvimento Profissional

#### Formação

Em 2013 foram realizadas 12.022 horas de formação envolvendo 402 trabalhadores. As horas de formação do pessoal tripulante representaram 71% das horas totais de formação, correspondendo a 8.548 horas.

#### Prémios

No ano de 2013 não foram atribuídos quaisquer prémios de acordo com a Lei do Orçamento de Estado.

#### Louvor

Foi feito um louvor público ao motorista de serviço público, António Mário Carvalho Moutinho, que em condições climáticas adversas demonstrou um elevado grau de profissionalismo.

#### Avaliação de Desempenho

Foi efetuada a Avaliação de Desempenho, conforme o estabelecido na empresa.

#### Festa de Natal conjunta com a Metro do Porto e Cerimónia dos 25 anos ao serviço da Empresa

No dia 13 de dezembro teve lugar nas Instalações de Francos da STCP mais uma festa de Natal conjunta com a Metro do Porto, a que se juntou a Cerimónia de homenagem aos trabalhadores que cumprem os 25 anos na empresa. Este ano foram apenas 2 os homenageados.

#### Promoção de Estágios

Em 2013, foram acolhidos 23 estagiários, 6 dos quais no âmbito do programa Estágios Profissionais, apoiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP e 17 estágios curriculares, referentes a vários níveis de ensino (secundário / profissional e superior).

#### STCP aderiu ao Out Of Office Day

À semelhança de várias empresas de transportes do setor empresarial do Estado, a STCP associou-se pela primeira vez em 2013 à iniciativa Out Of Office Day, que aconteceu no dia 7 de março. A iniciativa Out Of Office Day tem como finalidade:

- > Melhorar a qualidade de vida e ambiente familiar dos colaboradores;
- > Reduzir os custos operacionais nas empresas;

- > Aumentar a produtividade na empresa;
- > Diminuir o impacto ambiental.

### 3.5.3 Benefícios Sociais

#### Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A STCP tem uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, adotando medidas concretas das quais se destaca o apoio logístico e financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP. Trata-se de uma estrutura dirigida por trabalhadores da empresa que, de forma voluntária, organizam diversas atividades, desportivas e culturais dedicadas a todos os trabalhadores e respetivas famílias. Destas atividades são de salientar a festa de Natal e a colónia de férias no verão dedicadas aos filhos de todos os trabalhadores.

A STCP atribui aos trabalhadores com filhos em infantários e com idade inferior a 6 anos, uma comparticipação fixa.

Na assistência medicamentosa a empresa assegura o pagamento da parte não comparticipada. No posto clínico próprio há assistência de medicina curativa.

É disponibilizado um refeitório nas instalações da empresa em Francos com serviço de refeições, pelo custo do fornecimento, dispendo ainda em todas as instalações, de máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas. Em 2013 foram instalados em cinco salas de motoristas, aparelhos de micro-ondas, para utilização comum.

#### Programa de ginástica laboral - FISIOBUS

A STCP iniciou em 2013 um programa de ginástica laboral, que compreende exercícios físicos específicos para Motoristas, designado por FISIOBUS. O programa está a ser executado numa parceria com a Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto (Área Técnico-Científica de Fisioterapia). Sendo o trabalho de Motorista uma atividade repetitiva, levando a lesões nos músculos, ligamentos e articulações, o programa FISIOBUS surgiu como uma forma de diminuir os riscos de lesões, através de exercícios físicos específicos, desenhados por uma equipa de Fisioterapeutas, e direcionados para os principais problemas encontrados, decorrentes de uma análise aos questionários realizados aleatoriamente a cerca de 200 motoristas.

#### Fundo de Pensões

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definido que prevê a atribuição de complementos

de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula dada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007). Os encargos com o complemento de reforma estão cobertos por um Fundo de Pensões constituído em 1998, situação única entre as empresas de transporte do sector público. De acordo com o Relatório Atuarial do BPI Pensões, que foi elaborado em conformidade com as novas regras previstas no artigo 75º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, (Nota 29 do Relatório), o valor do fundo em 31 de dezembro de 2013 era de 1.586.115,00 euros, não tendo sido necessário efetuar qualquer reforço do fundo em 2013 e não sendo expectável qualquer reforço para 2014.

### 3.5.4 Segurança e Saúde dos Trabalhadores

#### Saúde dos Trabalhadores

O Posto Clínico da STCP, situado nas Instalações de Francos, manteve um elevado nível de prestação de cuidados de saúde tendo sido efetuadas 2.588 consultas de clínica geral e 1.320 consultas de especialidade (75% relativas a estomatologia), para além dos cuidados de enfermagem também prestados no posto de enfermagem localizado nas Instalações da Via Norte.

Foram realizadas 1.930 consultas pela Medicina do Trabalho e 280 consultas de especialidade de apoio à medicina do

trabalho. Foram ainda efetuados 1.973 exames sensoriais, visuais e auditivos que se alargaram a todos os trabalhadores, passando a estar incluídos no protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.

114 trabalhadores realizaram o rastreio visual.

O Controlo de Alcoolemia, integrado na Medicina do Trabalho, realizou 5.425 testes surpresa, tendo-se verificado um teste positivo.

#### Formação e Sensibilização relacionadas com Segurança

Ao longo de 2013 foram realizadas as seguintes ações de formação e sensibilização envolvendo o tema Segurança, nas quais participaram 287 trabalhadores: Condução económica defensiva; Formação contínua de motoristas; O novo código da estrada; Primeiros Socorros; Segurança e saúde no trabalho; Segurança na indústria; Trabalhos em altura – usos de arnês; Juntos na prevenção dos riscos profissionais.

#### Segurança dos Trabalhadores

Ao longo de 2013 foram efetuadas 43 inspeções de Higiene de Segurança no Trabalho às instalações, postos de trabalho e equipamentos.

#### Indicadores de Acidentes de Trabalho

Conforme se pode evidenciar no quadro abaixo, os indicadores de acidentes de trabalho, registaram todos uma melhoria significativa face aos últimos anos e em particular, relativamente a 2012:

Indicadores de Acidentes de Trabalho		2010	2011	2012	2013	13/12
Taxa de Frequência (Tf)	= (Nº de acidentes de trabalho com baixa / Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	= 49,8	39,9	34,7	30,0	-13%
Taxa de Gravidade (Tg)	= (Nº de dias perdidos / Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	= 1.565,0	1.195,8	1.004,8	704,6	-30%
Taxa de Incidência (TiT)	= (Nº Acidentes Totais / Nº total de trabalhadores) x 1.000	= 100,5	78,3	75,2	60,1	-20%



### **3.5.5 Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais**

A *intranet*, instrumento estruturante da comunicação interna da STCP, acessível a todos os colaboradores, divulga as notícias e informação diária corrente e disponibiliza a consulta a bases de dados, a manuais e a funcionalidades relevantes para os colaboradores, como a marcação de férias, a consulta do recibo de vencimento, ou escala do serviço diário do pessoal tripulante.

Complementarmente, a STCP edita uma Folha Informativa mensal, que sucintamente indica os principais acontecimentos e estatísticas relevantes sobre a atividade da empresa no respetivo mês.

### **Memorando de entendimento com sindicatos e comissão de trabalhadores**

Entre o Conselho de Administração da STCP e as Organizações Representativas dos Trabalhadores foi celebrado, no dia 4 de abril, um Memorando de Entendimento. Nos termos do documento assinado, as partes declaram-se comprometidas a conjugar esforços para intensificar o Diálogo Social, considerando ser esta a melhor forma de defender os interesses dos cidadãos da Área Metropolitana do Porto e dos trabalhadores da STCP.





# Governo da Sociedade

Deste capítulo consta toda a informação relevante sobre o governo societário da STCP do exercício de 2013, informação elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado (RJSPE).

Para cumprimento do artigo 13-B do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, revogado pelo Decreto-Lei referido no parágrafo anterior, a STCP fez publicar pelo Aviso n.º 10584/2013, no Diário da República, 2.ª série, N.º 164, de 27 de agosto de 2013, as informações constantes das alíneas a) a h) do n.º 1, do referido artigo, respeitante à estrutura do seu Conselho de Administração, à identidade dos administradores, seus principais elementos curriculares e qualificações e cargos ocupados noutras empresas; as remunerações totais, fixas e variáveis, auferidas por cada um dos administradores em cada ano, bem como as remunerações auferidas pelos restantes órgãos sociais.

Neste capítulo dá-se cumprimento às orientações legais recebidas através do ofício n.º 832, de 14 de fevereiro de 2014, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

## 4.1 MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessorariamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

Como principal operador de serviço público da Área Metropolitana do Porto, a STCP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

### > Missão

Prestar um serviço de transporte público urbano de passageiros na AMP, em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.

### > Visão

Ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do sector dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.

### > Valores

Os seguintes valores definem a postura da STCP perante a sociedade em geral, perante os Clientes, perante o Acionista, perante os parceiros e os fornecedores e, igualmente, nas relações com todos os que nela trabalham ou com ela cooperam:

Legalidade, Responsabilidade, Rigor, Transparência e Isenção, Cooperação, Qualidade, Serviço Público, Consciência Social, Modernidade, Segurança e Preocupação Ambiental.

### > Política

No âmbito da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho a STCP pretende:

- > Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro,

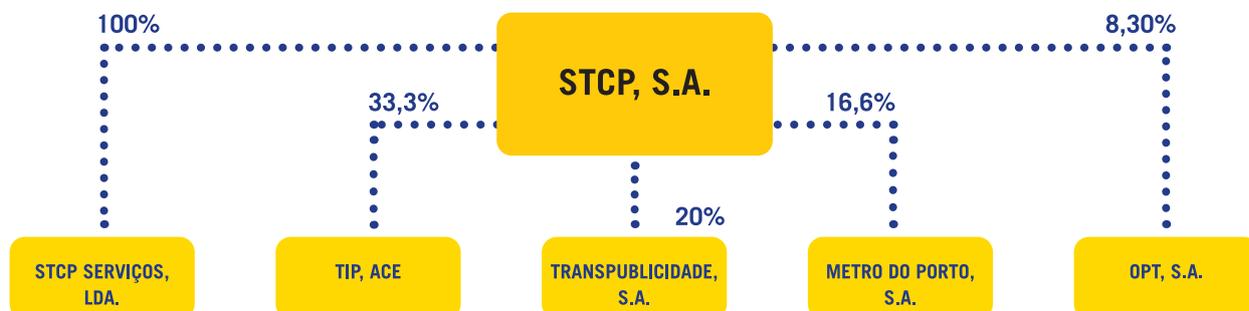
moderno e eco eficiente.

- > Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.
- > Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- > Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde.
- > Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais.
- > Desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes.
- > Assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.

## 4.2 MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Estado Português é o acionista único da STCP, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável setorial, ou seja, ao Ministério das Finanças em articulação com o Ministério da Economia.

### A STCP, S.A. tem as seguintes participações sociais:



Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas, SROC, de acordo com o definido nos estatutos da Empresa.

### Órgãos Sociais

#### Mandato 2012 - 2014

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
	<b>Conselho de Administração</b>	
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10-08-2012
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29-06-2012
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcelos Navio	29-06-2012
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10-08-2012

#### Mandato 2009 -2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>	
Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira (*)	06-04-2009
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06-04-2009
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06-04-2009
	<b>Conselho Fiscal</b>	
Presidente	Pedro Romano Martinez	06-04-2009
Vogal Efectivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06-04-2009
Vogal Efectivo	Maria Manuela Marques Lima (**)	06-04-2009
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06-04-2009
	<b>Revisor Oficial de Contas</b>	
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	09-09-2009

(\*) Apresentou renúncia ao cargo a 14 outubro de 2013

(\*\*) Apresentou pedido de cessação do cargo a partir de 1 dezembro de 2013

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da STCP:

- > Vogal Executivo: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira
- > Vogal Executivo: Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da STCP:

- > Presidente Não Executivo: Dr. João Velez Carvalho
- > Vogal Não Executivo: Dr. António José Lopes

Dois dos quatro membros do Conselho de Administração da empresa têm funções executivas e os dois restantes, funções não executivas e nenhum auferir qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

Os restantes Órgãos Sociais foram eleitos no Mandato 2009-2011 e mantiveram-se em funções.

A Comissão de Fixação de Remunerações foi abolida na reunião da Assembleia Geral da STCP de 18 de junho de 2013.

#### 4.2.1 Funções e Responsabilidades

##### Assembleia-Geral

Competências da Assembleia-Geral da sociedade definidas no Artigo 8º dos seus Estatutos:

- 1 - A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.
- 2 - Compete, em especial, à Assembleia-Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.
- b) Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia-

- General, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;
- e) Deliberar sobre os projetos de expansão das linhas exploradas pela empresa;
- f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de Investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;
- g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.

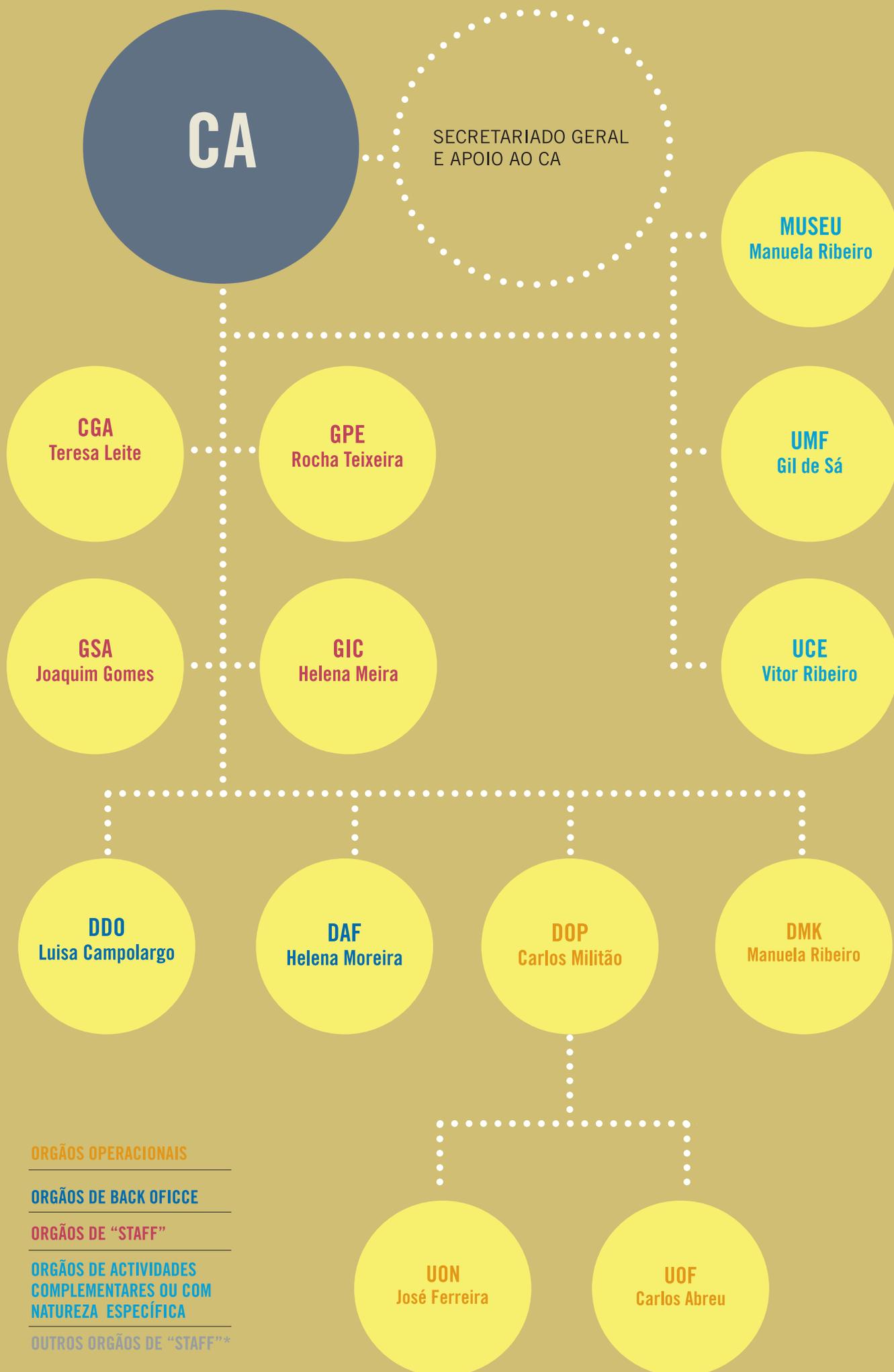
##### Conselho de Administração

Competências do Conselho de Administração nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da sociedade:

1 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- b) Elaborar o relatório anual;
- c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;
- d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;
- f) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia-geral.

2 - O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros.



ORGÃOS OPERACIONAIS

ORGÃOS DE BACK OFFICCE

ORGÃOS DE "STAFF"

ORGÃOS DE ACTIVIDADES  
COMPLEMENTARES OU COM  
NATUREZA ESPECÍFICA

OUTROS ORGÃOS DE "STAFF"\*



### **Atribuições específicas de cada membro do Conselho de Administração:**

#### **Presidente Não Executivo – Dr. João Velez Carvalho**

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelas decisões estratégicas relativas a Recursos Humanos.

#### **Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Departamento de Marketing, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Gabinete de Informática e Comunicações, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Projetos e Estratégia.

Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

#### **Vogal Executivo – Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Departamento de Desenvolvimento Organizacional, Gabinete de Segurança e Ambiente, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu.

Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A..

#### **Vogal Não Executivo – Dr. António José Lopes**

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelo acompanhamento do Controlo de Gestão Planeamento e decisões de carácter estratégico. Representante para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

#### **Conselho Fiscal**

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

1 – A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.

2 – O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.

#### 4.2.2 *Curricula Vitae* dos Membros do Conselho de Administração

##### **Presidente Não Executivo – Dr. João Velez Carvalho**

**Data de Nascimento:** 17 de abril de 1947

##### **Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970).

Pós-Graduação na Universidade de Paris XII com o Certificat d'Aptitude a l'Administration des Entreprises (diplome d'Etat) (1972).

Master of Business Administration (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (1994).

Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008).

Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2013).

##### **Atividade Profissional:**

Desde julho de 2012, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A..

Desde 1975: Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto (área científica de Gestão Estratégica/Professor Adjunto do quadro). Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte (2009/2011).

Após 2006: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

2003 – 2006: Administrador da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., com os pelouros de Recursos Humanos, Operações, Manutenção e do Museu do Carro Elétrico; Administrador do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE (2006).

2000 – 2003: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

1999 – 2000: Consultor para as áreas do ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos urbanos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo AEP) e LawGibb, S.A., desenvolvimento de projeto de realocação industrial com a Roland Berger&Partners e consultor da RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A..

1989-1998: Administrador Delegado da SET – Serviços e Tecnologias, S.A. (Grupo RAR); Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, SA; Administrador da NUTRIGER, SGPS,

S.A.; Administrador da CLIMAESPACO – Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.; Diretor da RAR – Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL; Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.; Presidente do Conselho Fiscal da Imperial – Produtos Alimentares, S.A..

1975 – 1989: Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN – Materiais de Desenho de Mário Lino, Lda.; Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.; Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A..

##### **Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira**

**Data de Nascimento:** 19 de setembro de 1980

##### **Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto (2003).

Programa de Gestão Avançada, Escola de Gestão do Porto - EGP (2010).

##### **Atividade Profissional:**

De setembro 2009 a junho 2012 - Controller na Mota-Engil SGPS,SA.

De janeiro 2007 a agosto de 2009 – Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, a.s.; Administrador da Mota-Engil Engineering, a.s.; Gerente da M-Invest Slovakia Mierova, s.r.o; Gerente da M-Invest Sovania Trnavska, s.r.o.; Gerente da M-Invest Slovakia, s.r.o.; membro do Conselho Fiscal da Bergamon, a.s.; Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia.

De janeiro 2006 a dezembro de 2006 – Controller na Mota-Engil Central Europe, SA.

De julho 2004 a dezembro de 2005 – Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola.

De julho 2003 a junho de 2004 – Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA..

**Vogal Executivo - Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio****Data de Nascimento:** 15 de janeiro de 1967**Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Informática de Gestão pela Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (1988-1994).

Pós-graduação em Finanças pela Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (1998-2000).

**Atividade Profissional:**

(desde 2012) Administrador da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA.

(desde 2012) Administrador da OPT-Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

(desde 2012) Administrador da TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA.

(2010-2012) Gestor Técnico Comercial na Unidade de Desenvolvimento Imobiliário da EP-Estradas de Portugal, SA.

(2009-2010) Técnico de Planeamento e Desenvolvimento de Novos Negócios na Delegação Regional do Porto da EP-Estradas de Portugal, SA.

(2004-2008) Chefe da Divisão Administrativa e Financeira na Direção de Estradas do Porto do IEP – Instituto das Estradas de Portugal.

(2002-2004) Diretor da Divisão Administrativa e Financeira na Direção de Estradas do Porto do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(2000-2002) Organização, controlo administrativo e financeiro de processos de empreitadas e apoio técnico a utilizadores de informática na Direção de Estradas do Porto do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(1997-2000) Apoio técnico ao Sistema de Informação Contabilístico e Sistema de Informação de Empreitadas na Direção de Estradas do Porto da JAE - Junta Autónoma de Estradas e ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(1995-1997) Apoio técnico ao Sistema de Informação Contabilístico na Direção de Estradas de Viana do Castelo da JAE - Junta Autónoma de Estradas.

(1995) Consultor de apoio a utilizadores de informática na COMPTA RH – Organização e Gestão de Recursos Humanos, SA.

**Outras Atividades:**

(desde 2012) 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral da ADEPORTO – Agência de Energia do Porto.

(2011-2013) 1.º Secretário da Mesa da Assembleia da Junta

de Freguesia do Bonfim.

(2009-2011) Membro da Assembleia da Junta de Freguesia do Bonfim.

(2011-2012) Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ESV - Expansión Sin Vello - Estética, SA.

(2007-2010) Presidente do Conselho Fiscal da Casa do Pessoal da EP – Estradas de Portugal, EPE.

**Vogal Não Executivo - Dr. António José Lopes****Data de Nascimento:** 23 de novembro de 1957**Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, em 1982.

Pós-Graduação em Gestão para Executivos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa em 1998/1999.

**Atividade Profissional:**

Desde julho de 2012, Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva da Metro do Porto, SA.

2010 – Diretor Geral da Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração.

1998 – 2010: Diretor Central de Compras e Aprovisionamentos e Sistemas de Informação - Vista Alegre Atlantis S.A.

1997 – 1998: Diretor Geral - Empresa Continental Importadora, S.A.

1990 – 1997: Diretor Administrativo e Financeiro - EC-Material Eléctrico, Grupo General Electric, passando em janeiro de 2006 a GE PowerControlsPortugal.

1986 – 1989: Chefia dos Serviços de Controlo de Gestão - Empresa Electro-Cerâmica, Grupo Vista Alegre.

1985 – 1986: Subdireção Financeira - STCP (Serviços de Transportes Coletivos do Porto).

## 4.3 REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SÓCIAIS

### 4.3.1 Estatuto Remuneratório

#### Mandato 2012/2014

##### Conselho de Administração

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 29 de junho de 2012, fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março:

> Vogais Executivos: Valor líquido: 3.662,56 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.465,02 €.

A estes valores líquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea c) da Lei nº 55-A/2010, pelo que os valores serão: Vogais Executivos: Valor líquido: 3.131,49 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.252,60 €.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas.

> Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei do OE/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira -PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 10 de agosto de 2012 fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março:

> Presidente não executivo: Valor líquido de 1.144,55 €. Vogal Não executivo: Valor líquido de 915,64 €.

Porém, refere que os membros agora eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores líquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do

artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea q) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

> Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Foi deliberado na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 18 de junho de 2013, sobre política de remunerações dos Órgãos Sociais da STCP, ponto quinto, o seguinte:

> Em cumprimento do preceituado no artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, declara-se que durante a vigência do PAEF, não haverá lugar a atribuição de prémios de gestão. O pagamento do subsídio de férias será efetuado nos moldes que vierem a ser definidos no orçamento rectificativo e o subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da RCM nº 16/2012.

Na supracitada Assembleia-Geral da STCP, ponto oitavo, foi ainda deliberado que “Os membros executivos do Conselho de Administração auferem as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios”:

> Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;

> O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no nº 3 do artigo 33º da EGP;

> Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 32º da EGP.

Não é permitida:

> A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria nº 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no nº 1 do artigo 39º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro;

- > A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º do EGP;
- > O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º do EGP.

### **Mandato 2009/2011**

Fixado pela Ata nº 1 de 29 de junho de 2009 da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP.

### **Mesa da Assembleia-Geral**

Presidente – Senha de Presença no valor de € 615,98 euros (seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos).

Vice-Presidente – Senha de Presença no valor de € 466,56 euros (quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos).

Secretário – Senha de Presença no valor de € 334,14 euros (trezentos e trinta e quatro euros e catorze cêntimos).

### **Conselho Fiscal**

Presidente:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração paga 14 vezes por ano.

Vogais:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração paga 14 vezes por ano.

No ano de 2013, para efeitos de cálculo, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, teve por base o estatuto remuneratório do Presidente do Conselho de Administração Executivo, fixado pela RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro (€ 6.409,48), após as reduções remuneratórias impostas pela Lei nº 12-A/2012 de 30 de junho e Lei do OE/2013, pelo que a base de incidência foi de € 5.480,11).

### **Revisor Oficial de Contas**

Por deliberação unânime por escrito tomada pelo acionista Estado em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

Em 2013 foi aplicada a redução remuneratória com base na Lei OE/2013.

### 4.3.2 Remunerações e outras regalias

#### Mesa da Assembleia-Geral

Mandato (Início - Fim) <sup>(3)</sup>	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) <sup>(1)</sup>	Remuneração Anual (€)		
				Bruta <sup>(2)</sup>	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2009-2011	Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira <sup>(4)</sup>	616	616	0	616
2009-2011	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	467	467	0	467
2009-2011	Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	334	334	0	334

(1) - Valor da Senha de presença fixada

(2) - Antes das reduções remuneratórias

(3) - Eleitos para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se em funções

(4) - Apresentou renúncia ao cargo com efeitos a partir de 14 de outubro de 2013

#### Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2012-2014	Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	DUE <sup>(1)</sup>	10-ago-12
2012-2014	Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	DUE <sup>(2)</sup>	29-jun-12
2012-2014	Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	DUE <sup>(2)</sup>	29-jun-12
2012-2014	Vogal Não Executivo	António José Lopes	DUE <sup>(1)</sup>	10-ago-12

(1) - Deliberação Social Unânime por Escrito de 10 de agosto de 2012

(2) - Deliberação Social Unânime por Escrito de 29 de junho de 2012

Nome	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação
João Velez Carvalho <sup>(1)</sup>	Sim	C	1.145	0
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	C	3.663	1.465
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	C	3.663	1.465
António José Lopes <sup>(1)</sup>	Sim	C	916	0

(1) - Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

Nome	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa *	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
João Velez Carvalho <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	68.856	0	3.443	6.462	58.952
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	68.856	0	3.443	6.462	58.952
António José Lopes <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0

(1) - Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

\* Inclui: remuneração + despesas de representação

## Benefícios Sociais (€)

Nome	Sub. Refeição	Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
		Identificar	Valor			
João Velez Carvalho <sup>(1)</sup>	0			0	0	203
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	1.680	Segurança social	15.243	0	0	175
Alfredo César Vasconcellos Navio	1.681	CGA	12.887	0	0	175
António José Lopes <sup>(1)</sup>	0			0	0	175

(1) - Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

## Gastos com Comunicações Móveis (€)

Nome	Plafond Mensal	Valor	Observações
	Definido	Anual	
João Velez Carvalho <sup>(1)</sup>		0	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	80	499	
Alfredo César Vasconcellos Navio	80	780	Foi debitado o valor excedido do plafond mensal atribuído
António José Lopes <sup>(1)</sup>		0	

(1) - Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

## Encargos com Viaturas

Nome	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano	Ano	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
					Início	Termo			
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	Sim	38.513	ALD	2009	2014	48	851	10.215
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	Sim	44.332	ALD	2010	2014	48	913	10.951

ALD-Contrato de Aluguer de Veículo Automóvel sem Condutor

Nome	Plafond mensal definido combustível e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	366	1.681	75	0		
Alfredo César Vasconcellos Navio	366	2.682	360	574		

> À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa – os membros do Conselho de Administração não têm cartão de crédito atribuído.

> O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal – não se efetuou reembolsos de despesas neste âmbito.

**Conselho Fiscal**

<b>Mandato (Início - Fim) (2)</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Designação</b>		<b>Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)(€)</b>
			<b>Doc (1)</b>	<b>Data</b>	
2009-2011	Presidente	Pedro Romano Martinez	AG	06-04-2009	1.096
2009-2011	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	AG	06-04-2009	822
2009-2011	Vogal Executivo	Maria Manuela Marques Lima (3)	AG	06-04-2009	822

(1) - Assembleia Geral realizada em 6 de abril de 2009 (ata nº 45, ponto 7)

(2) - Eleitos para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se em funções

(3) - Apresentou pedido de cessação do cargo, com efeitos a 1 de dezembro de 2013

<b>Nome</b>	<b>Remuneração Anual (€)</b>		
	<b>Bruta (a)</b>	<b>Reduções (Lei OE)</b>	<b>Bruta após Reduções</b>
Pedro Romano Martinez	15.344	0	15.344
Ana Alexandra Filipe Freitas	11.508	0	11.508
Maria Manuela Marques Lima	11.371	0	11.371

(a) Remuneração calculada com base no vencimento do Presidente do Conselho de Administração Executivo, após redução remuneratória prevista na Lei 12-A/2012 e Lei OE/2013.

**Revisor Oficial de Contas**

<b>Mandato (Início - Fim) (2)</b>	<b>Cargo</b>	<b>Identificação SROC/ROC</b>		<b>Designação</b>		<b>Remuneração (€)</b>		<b>Nº de Mandatos exercidos na sociedade</b>
		<b>Nome</b>	<b>Número</b>	<b>Doc (1)</b>	<b>Data</b>	<b>Limite Fixado</b>	<b>Contratada</b>	
2009-2011	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C.	53	DUE	09-09-2009	—	1.300	2

(1) - Deliberação Unânime por Escrito tomada pelo acionista Estado em 9 de setembro de 2009

(2) - Eleito para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se em funções

<b>Nome</b>	<b>Remuneração Anual (€)</b>		
	<b>Bruta</b>	<b>Reduções (Lei OE)</b>	<b>Bruta após Reduções</b>
António Magalhães e Carlos Santos , S.R.O.C.	15.600,00	1.560,00	14.040,00

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão de contas consolidadas, o valor de 4.189€, após a aplicação da Lei nº 66-B/2012, por não existir órgão de fiscalização nem ROC nas demais empresas do Grupo além da STCP, S.A..



## 4.4 OBJETIVOS DE GESTÃO E GRAUS DE CUMPRIMENTO

Os objetivos estratégicos para o mandato 2012-2014, no contexto do Plano Estratégico dos Transportes - PET, a que se vieram a acrescentar as orientações e medidas das Deliberações Sociais Unanimes por Escrito de 29 de junho e de 10 de agosto de 2012, dos Ofícios Circulares da DGTF nº 7986 de 8 de outubro e nº 8116 de 15 de outubro de 2012, do Despacho Normativo n.º 24-B/2012, dos Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e do Emprego de 19 de dezembro, do Orçamento de Estado para 2013 e das Grandes Opções do Plano para 2013, estabelecem:

1. Integração dos Conselhos de Administração da STCP e da Metro do Porto, S.A.;
2. Reestruturação da Empresa, através do redimensionamento do efetivo e da reorganização dos serviços;
3. Fusão com a empresa Metro do Porto, S.A.;
4. Preparação do contrato de subconcessão da STCP;
5. Plano de redução de custos, em paralelo com a reorganização dos serviços e o redimensionamento do efetivo;

que a empresa consubstanciou através do Plano de Atividades e Orçamento 2013, Plano de Reestruturação de 30 de outubro de 2012 e Plano de Investimentos e Alienação de Ativos 2013, remetidos às Tutelas na sua versão final em 6 de novembro de 2012 e Contrato de Gestão.

Assim, apresenta-se de forma quantificada as metas atingidas, dos objetivos de gestão de acordo com o previsto no artigo 38º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, constantes nos documentos supracitados:

### Objetivos do Contrato de Gestão 2012/2014

Em 2012 foi enviada para as Tutelas a proposta de indicadores a incluir nos contratos de gestão 2012-2014, a celebrar com os administradores, os quais não foram ainda aprovados. Esses indicadores e metas eram os seguintes para 2013:

Indicadores	Unid.	Peso %	2013	
			Objetivo	Real
Volume de Negócios	10 <sup>^3</sup> €	10%	49.649	49.541
Gastos Operacionais	10 <sup>^3</sup> €	10%	58.302	58.684
EBITDAR	10 <sup>^3</sup> €	5%	5.544	5.510
Gastos Operacionais por pass. km	€	5%	0,208	0,200
Taxa de Cobertura	%	5%	85,2%	84,4%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	5%	60	54
Taxa de Ocupação	%	5%	13,5%	13,9%
Velocidade Comercial	km/h	5%	15,26	15,76
Índice de Qualidade da Oferta	%	5%	98,5%	93,8%
Emissão de Poluentes	(g CO <sub>2</sub> /P.km)	5%	91,0	113,6
Lançamento do Concurso O&M	%	15%	100%	60%
Reestruturação	%	15%	65%	50%
Fusão MP/STCP	%	10%	55%	40%

- O cumprimento dos indicadores relativos aos Gastos Operacionais, EBITDAR e Taxa de Cobertura foi prejudicado:
  - pelo facto de os objetivos assentarem na não reposição dos subsídios de férias
  - por não ter sido reconhecido em 2012 o custo com o direito a subsídio de férias adquirido nesse ano, o mesmo ter acrescido aos Gastos de 2013. Estes efeitos são agravados pela não concretização do plano de redução de efetivos.
- O índice de qualidade de oferta foi penalizado devido ao aumento de reclamações.
- Procedeu-se à alteração de metodologia de cálculo do objetivo de emissão de poluentes e onde está referido 91,0 deverá ser considerado 115,1.
- O concurso de operação e manutenção encontra-se em estudo na tutela, integrado no processo mais geral da abertura à iniciativa privada dos sistemas de transportes de Lisboa e do Porto, o que não permitiu o seu lançamento em 2013.
- No que respeita à reestruturação/fusão a mesma só será realizável a 100% quando estiver definida pela Tutela quais as funções e responsabilidades a imputar à empresa/entidade resultante da referida reestruturação/fusão.

## Plano de Atividades e Orçamento 2013:

### Plano Redução de Custos (PRC)

No âmbito do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício-circular nº 7896 de 8 de Outubro de 2012, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2013, destaca-se o cumprimento integral de todas as metas impostas para redução dos gastos operacionais em 2013 em comparação com 2010. O somatório das rubricas Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com Pessoal deduzidos das Indemnizações por Cessação de Contrato de Trabalho (ICCT) atingiram em 2013 o montante de 57,6 milhões de euros, tendo uma redução de 21,2% face a 2010, cujo montante foi cerca de 73 milhões de euros.

O peso dos Gastos no Volume de Negócios foi reduzido em 22% de 2010 para 2013.

### Plano Redução de Custos (PRC)

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2013/10		Δ 2013/10 Objectivo	Cumprimento [S/N]
						Abs.	%		
CMVMC (m€) [1]	1.575	1.421	1.545	1.260	1.341	-80	-5,6%		
FSE (m€)[2]	31.603	32.611	32.622	31.021	24.847	-7.765	-23,8%		
Deslocações/Estadas (m€)	21	16	9	2	2	-13	-85,4%	-50%	S
Ajudas de custo (m€)	9	3	2	0	0	-2	-91,3%	-50%	S
Comunicações (m€)	431	441	425	361	197	-244	-55,3%	-50%	S
Gastos com o pessoal (m€) [A]	40.731	39.999	36.934	30.954	31.638	-8.361	-20,9%		
ICCT (m€) [B]	2.193	954	2.872	1.820	211				
[3]= [A] - [B]	38.538	39.045	34.062	29.134	31.427	-7.618	-19,5%		
<b>Total [4]= [1] + [2] + [3]</b>	<b>71.716</b>	<b>73.077</b>	<b>68.229</b>	<b>61.415</b>	<b>57.615</b>	<b>-15.462</b>	<b>-21,2%</b>	<b>-15%</b>	<b>S</b>
Volume de Negócios (VN) (m€)	51.523	52.745	54.214	53.429	49.541	-3.205	-6,1%		
Peso dos Gastos [4] no VN (%)	139%	139%	126%	115%	116%				

Volume de Negócios = Vendas e Serviços Prestados + Outros Rendimentos e Ganhos

**Redução do número e efetivos e de cargos dirigentes**

<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Número de RH sem órgãos sociais [1]	1.513	1.438	1.287	1.245
Número de cargos dirigentes sem O.S. [1]	19	16	13	13
Número de órgãos sociais [1]	12	12	11	11
Gastos totais com pessoal (€) [2]	40.019.746	36.952.003	30.971.933	31.656.362
Gastos com órgãos sociais (€) [3]	584.682	504.049	329.330	223.940
Gastos com dirigentes (€)	1.433.301	1.287.293	784.342	850.869
Gastos com RH sem O.S. e sem dirigentes (€)	37.047.400	32.288.693	28.038.423	30.370.330
Rescisões / Indemnizações (€)	954.363	2.871.968	1.819.838	211.223

[1] - Médio da empresa

[2] - Total da conta 63 e remuneração da SROC que está contabilizada na conta 6221

[3] - Inclui remuneração da SROC que está contabilizada na conta 6221

Da aplicação do artigo 63º da Lei nº 66-B/2012 (OE), ao efetivo em 31 de dezembro de 2013, constata-se que as metas são largamente ultrapassadas no que respeita à redução do pessoal dirigente, já no que respeita à totalidade dos recursos humanos, situam-se ligeiramente abaixo, atingindo a redução de 2,5% face a 2012 e cerca de 17,7% face a 1 de janeiro de 2011.

De realçar que a STCP desde há vários anos vem procedendo à redução do seu efetivo, que diminuiu em mais de 50% (1.550 trabalhadores), nos últimos 15 anos.

**Gestão do Risco Financeiro**

Nos termos do Despacho nº 101/2009 do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho nº 155/2011 do Ministro de Estado e das Finanças, de 28 de abril:

<b>Anos</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Encargos Financeiros (€)	9.215.057	8.318.389	14.437.861	20.951.696	21.350.025
Taxa Média de Financiamento (%)	3,20%	3,01%	3,90%	4,75%	4,48%

<b>Passivo Remunerado (€)</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Var. absol.</b>	<b>Var. %</b>
Passivo não corrente	357.850.103	215.150.861	-142.699.242	-39,9%
Financiamento obtidos	237.825.729	113.460.608	-124.365.121	-52,3%
Passivo corrente	143.747.409	298.794.704	155.047.295	107,9%
Financiamento obtidos	132.838.863	282.474.435	149.635.572	112,6%
Total Passivo Remunerado	370.664.592	395.935.043	25.270.451	6,8%

A STCP terminou o ano de 2013 com uma dívida remunerada total de 395,9 milhões de euros, registando um aumento de 6,8% face 31 de dezembro de 2012.

O limite de endividamento de 4% para 2013 definido no Despacho nº 155/2011 do Ministro de Estado e das Finanças, de 28 de abril, foi excedido, essencialmente em resultado do *Termination Agreement* do swap do BNP Paribas e do pagamento do subsídio de férias decorrente do Acórdão nº187/2013 do Tribunal Constitucional. Excluindo estes dois efeitos, excepcionais e não orçamentados, o aumento do endividamento seria de cerca de 4%.

### Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Conforme previsto no artigo 124º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, à STCP foi aplicado o regime de exceção de acordo com o Despacho nº 2429/13-Secretaria de Estado do Tesouro, de 19.12.2013.

Não se registaram aplicações financeiras.

### Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a Fornecedores e Dívidas Vencidas

Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definido no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição:

PMP (dias)	2013				2012				Var. (%) 4ºT 2013/4ºT 2012
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo	47	52	53	54	49	46	47	46	18%

No final do 4º trimestre de 2013 o PMP foi de 54 dias, quando em igual período de 2012, era de 46 dias, registando assim um aumento de 18%, face ao ano anterior.

O PMP é calculado pelo rácio dívida a fornecedores e credores diversos e aquisições de bens e serviços.

Sendo o PMP influenciado por um lado, pelo montante em

dívida a fornecedores e credores diversos e aquisições de bens e serviços, registou-se em 2013 face a 2012, uma diminuição dos valores em dívida em 8%, enquanto as aquisições de bens e serviços tiveram uma redução de 22%. Em consequência o PMP aumentou em cerca de 8 dias.

Dívidas Vencidas (euros)	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	263.968	17.328	66.004	311.846	31.373
Aquisições de Capital	16.594				
<b>Total</b>	<b>280.562</b>	<b>17.328</b>	<b>66.004</b>	<b>311.846</b>	<b>31.373</b>

As dívidas vencidas, de acordo com o Artigo 1º do DL 65-A/2011, ascendem a 426,6 mil euros. No entanto cerca de 369 m€ (86%) destas dívidas respeitam a transações entre empresas participadas da STCP, nomeadamente entre a TIP (77%), a Metro do Porto (9%) e a STCP Serviços

(1%). Estas entidades são simultaneamente devedoras e credoras da STCP.

O montante restante refere-se a faturas em conferência e a regularização de faturas.

## 4.5 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

A STCP rege-se pelos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, retificados pela Declaração nº 101/94, complementados e clarificados no que se refere às linhas por si exploradas em modo de troleicarro ou carro elétrico pelo Decreto-Lei nº 379/98, de 27 de novembro e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Pelo facto de o Estado ser o acionista único da Sociedade, a empresa está sujeita, naquilo que lhe é aplicável, aos princípios e regras do sector público empresarial, publicado no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), à Lei nº 12-A/2010, Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e Acórdão do Tribunal Constitucional nº 187/2013 de 22 de abril. A STCP cumpre ainda o estabelecido no Despacho nº 14.277/2008 de 23 de maio, relativo aos deveres especiais de informação, reportando regularmente à Direção Geral de Tesouro e Finanças e à Inspeção Geral de Finanças, através dos Sistemas de Recolha de informação Económica e Financeira (SIRIEF), os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das atas das Assembleias Gerais (AG).

A empresa calcula o prazo médio de pagamentos a fornecedores em conformidade cumpre com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), alterado pelo Despacho nº 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 6 de abril e o Decreto-Lei nº 65 - A/2011, de 17 de maio (Programa Pagar a Tempo e Horas – reporte de dívidas vencidas).

Dentro do enquadramento legislativo do SEE, são ainda de referir os seguintes instrumentos legais: o Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro, a RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, que estabelece os critérios de vencimento dos gestores públicos e a Lei nº 59/2013 de 23 de agosto, que estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória.

A RCM nº 8/2011, 25 de janeiro – acordo ortográfico – determinou a aplicação do acordo ortográfico a partir de 01 de

janeiro de 2012 ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direção, superintendência e tutela do Governo.

Como empresa do sector do transporte público rodoviário de passageiros, está sujeita, entre outros, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

- > Decreto nº 37272, de 31 de dezembro de 1948, Regulamento de Transportes em Automóveis e alterações posteriormente introduzidas.
- > Decreto-Lei nº 3/2001, de 10 de janeiro, Regime jurídico de acesso à atividade de transportes rodoviários de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares.
- > Lei nº 72/2013 de 3 de setembro - décima terceira alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei nº 114/94, de 3 de maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei nº 44/2005, de 23 de fevereiro.
- > Lei nº 28/2006, de 4 de julho, Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros.
- > RCM nº 45/2011 que aprova o Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o horizonte 2011-2015.

Está, ainda, abrangida por diplomas diversos sobre regimes específicos:

- > Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, Código da Contratação Pública, para as aquisições de bens, serviços e empreitadas, com as alterações a que entretanto foi sujeito.
- > Em matéria laboral a empresa rege-se, basicamente, pelos Acordos de Empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais, pelas Ordenações emanadas do Conselho de Administração e pelos Avisos internos da Empresa. Subsidiariamente aplicam-se nestas matérias as normas constantes do Código do Trabalho, Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, e respetiva regulamentação.

Em tudo o mais, a empresa obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor.

A empresa respeita o seu Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, com a respetiva matriz de processos e os correspondentes procedimentos e procedimentos internos, rege-se pelo Código de Ética e de Conduta e cumpre o Plano de Prevenções de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

## 4.6 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

### Aquisição de bens e serviços a entidades relacionadas

Entidade	Descrição	Montante (*)
<b>TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE</b>		<b>1.361.390,84</b>
	Comissão de venda do tarifário monomodal e intermodal	1.111.475,00
	Fee de validação do tarifário monomodal	95.813,08
	Aquisição Título Andante Tour	127.806,00
	Contrato de fornecimento assinaturas anuais a colaboradores e familiares da STCP	26.296,76
<b>METRO DO PORTO, SA</b>		<b>61.992,00</b>
	Contrato de prestação de serviços jurídicos	44.280,00
	Protocolo Interface Casa Musica - Ocupação lugares estacionamento	17.712,00
<b>OPT-Optimização e Planeament de Transportes, S.A.</b>		<b>164.906,06</b>
	Manutenção de softwares	95.718,56
	Produção e alterações a softwares	50.737,50
	Desenvolvimento de protótipo de pagamentos móveis- Mobipag	18.450,00

(\*) Valores em euros e com IVA incluído

### Venda de bens e serviços a entidades relacionadas

Entidade	Descrição	Montante (*)
<b>Metro do Porto, S.A.</b>		<b>285.465,30</b>
	Arrendamento e cedência de instalações e serviços conexos	233.603,10
	Outras prestações de serviços e débitos diversos	51.862,20
<b>TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE</b>		<b>39.694.056,39</b>
	Receita do tarifário monomodal STCP, intermodal e quota parte título Euro	39.303.674,67
	Prestação de serviços de conferência da receita intermodal	162.819,24
	Arrendamento e cedência de instalações e serviços conexos	114.379,99
	Comissão de vendas do tarifário intermodal nos postos STCP	30.464,58
	Cedência de trabalhadores e despesas associadas	38.311,67
	Débito de remunerações de órgãos sociais	15.159,75
	Outras prestações de serviços e débitos diversos	29.246,49

(\*) Valores em euros e com IVA incluído

## 4.7 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

### 4.7.1 Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e Serviços

De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, as aquisições de bens e serviços são efetuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excepcionalmente, por questões técnicas específicas sempre devidamente fundamentadas, poderá haver recurso ao ajuste direto. Também de acordo com os referidos procedimentos e sempre que a Lei o determine procede-se à abertura de concursos públicos. A STCP tem em vigor desde 2010 o Regulamento para Fornecedores, onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à empre-

sa, ao nível das condições de segurança e higiene no trabalho. O processo de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores está definido em procedimento interno, mediante a utilização de critérios que permitam, de forma objetiva aferir o cumprimento dos compromissos propostos.

Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na matriz de processos integrada no Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho.

### 4.7.2 Universo de transações fora das condições de mercado

Não ocorreram situações neste âmbito.

### 4.7.3 Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

5% FSE 2013 = 24.850.569,13 \* 5% 1.242.528,46 €

Nome	Localidade	Morada	Montante (*)
Man Truck & Bus Portugal, Sociedade - Unipessoal, S.A.	Algés	Alameda Fernão Lopes, 16 9º Piso	6.639.215,99
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Lisboa	Rua Tomás da Fonseca, Torre C	6.732.171,10
Galp Gás Natural, S.A.	Lisboa	Rua Tomás da Fonseca, Torre C	5.473.188,32
Banco BPI, S.A.	Porto	Rua Tenente Valadim	1.538.898,56
Valpi Bus - Alberto Pinto e Filhos, Transp. Rodoviários S.A.	Paredes	Av. Joaquim Ribeiro da Mota, 256	1.452.097,00
TIP-Transportes Intermodais Porto, Ace	Porto	Avº Fernão de Magalhães 1862-9º	1.362.006,34
<b>Total</b>			<b>23.197.577,31</b>

(\*) Valores em euros e com IVA incluído

### 4.7.4 Contratação Pública

Em 2013 foram lançados os concursos públicos: nº 1/2013 – Concurso Público Internacional para o Fornecimento contínuo de Gás Natural para a Frota da STCP e Manutenção do Equipamento da Estação de Enchimento e nº CO/2013/158 – Concurso Público com Publicitação Internacional para Contratação de Apólices e Serviços de Seguro.

Não ocorreram quaisquer atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€.

### 4.7.5 Racionalização da política de aprovisionamentos

No âmbito das Grandes Opções do Plano para 2013, previstas na Lei n.º 66-A/2012 de 31 de dezembro, no que respeita a:

> Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) – a STCP aderiu ao SNCP em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E.. Em 2013, não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste Sistema.

> Parque de Veículos do Estado – durante o ano de 2013 a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos.

Verificou-se o abate de um veículo, reduzindo 2% ao total da frota não afeta ao serviço público, sendo de 55 veículos em 31 de dezembro, incluindo camiões grua, carro torre e furgões.

#### 4.7.6 Publicidade Institucional

Nos termos do nº 10 da RCM nº 47/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho, apresenta-se informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional no ano de 2013, de acordo com o Anexo 1 ao Despacho nº 1246/2011 do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, publicada na 2ª série do Diário da República

de 14 de janeiro, tendo as respetivas normas e especificações técnicas sido definidas através da Portaria da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e Administração Pública nº 1297/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho.

O Relatório e Contas da Empresa não foi incluído neste âmbito, de acordo com a definição de publicidade institucional incluída no ponto 2 da RCM nº 47/2010, de 25 de junho.

#### Síntese das ações de publicidade institucional desenvolvidas em 2013

##### 1) Montantes anuais gastos em Publicidade, discriminados por trimestres

(valores em euros, sem IVA)

1T2013	2T2013	3T2013	4T2013	2013
0	40	2.500	2.258	4.799

##### Notas

Considerado o protocolo com a FAP, como em 2012, no valor de 2.500 euros.

Considerado anúncio conjunto no Jornal de Notícias com a Metro do Porto, no valor de 1.500 euros.

Considerado o valor de publicações obrigatórias por lei.

##### 2) No ano de 2013 não houve nenhuma ação de valor superior a 15 mil euros.

##### 3) Montante anual global por órgão de comunicação social

(valores em euros, sem IVA)

Boletim de Cotações Euronext	115
Jornal de Notícias	684
<b>Total por Órgão de Comunicação Social</b>	<b>799</b>



## 4.8 RECOMENDAÇÕES

### 4.8.1 Recomendações do Acionista

Da reunião da Assembleia Geral da STCP realizada no dia 18 de junho foi deliberado pelo acionista a recomendação “ao Conselho de Administração da STCP que diligencie no sentido”:

- i) de dar cumprimento aos objetivos de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro;
- ii) do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

Ponto i) não foi atingido – ver ponto 4.4 Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a Fornecedores e Dívidas Vencidas.

Ponto ii) foi dado cumprimento – ver ponto 4.4 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

### 4.8.2 Recomendações do Tribunal de Contas

Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como as medidas tomadas na adoção do respetivo resultado. Em 2013, na sequência da solicitação do Tribunal de Contas, foi efetuado novo ponto de situação sobre as medidas adotadas pela STCP relativamente às Recomendações do Tribunal de Contas resultantes da Auditoria à STCP sobre Transportes Públicos Urbanos na Cidade do Porto - Relatório n.º 23/2009-2ª Secção - que seguidamente se apresentam:

1. *Diligencie junto do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE para que o zonamento tarifário intermodal da área metropolitana do Porto seja simplificado, tornando-o mais facilmente perceptível pelos utilizadores da rede de transportes públicos.*

Conforme referido na nossa carta de 31 de março de 2010, o sistema tarifário intermodal atualmente em vigor (favos/zonas), foi desenvolvido por uma empresa consultora, especialista em transportes públicos, com o apoio dos vários operadores envolvidos. O estudo considerou o benchmarking dos vários sistemas existentes em várias cidades de diferentes países. Na sua grande maioria os sistemas tarifários tendem a ser concêntricos, no centro da principal cidade e por essa razão muito mais penalizadores para os utilizadores das zonas mais periféricas, por um lado porque nas zonas periféricas a oferta de serviços de transporte tende a ser menor do que

nas das zonas centrais e, por outro lado, mais penalizadores financeiramente uma vez que deslocções em zonas mais distantes implicam maior distância percorrida.

Em setembro de 2011 foi celebrado um Protocolo outorgado entre a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto – AMTP, a ANTROP, a CP, a Metro do Porto, a STCP e o TIP, patrocinado pela Secretaria de Estado dos Transportes, com o objetivo de contribuir para a universalidade de um tarifário único, comum a todos os operadores de transporte público da Área Metropolitana do Porto. No âmbito deste protocolo já foram registadas novas adesões de operadores privados ao sistema tarifário andante, contribuindo assim para o seu alargamento e atratividade, quer em termos geográficos, quer em termos de oferta de serviço.

Relativamente à questão do Zonamento Andante, as medidas de contenção de custos impostas às empresas do sector, originou que as verbas previstas pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE para estudos e desenvolvimento fossem alocadas a necessidades mais permanentes, pelo que este tema se encontra em fase de estudo e avaliação interna no âmbito do TIP.

Importará ainda realçar, que a STCP tem vindo a empreender esforços com vista à melhoria da informação a prestar aos clientes, no sentido de contribuir para uma melhor clarificação do sistema tarifário andante, através da informação disponibilizada no site da STCP, acessível através do endereço eletrónico: <http://www.stcp.pt/pt/viajar/tarifas>

2. *Promova a conceção de um modelo de comunicação empresarial comum e partilhado com as restantes empresas operadoras que integram o sistema de intermodalidade da área metropolitana do Porto, no que respeita ao serviço intermodal por elas prestado.*

São as empresas de transportes, que por sua iniciativa ou conjuntamente com os diversos *stakeholders*, unem esforços no sentido do desenvolvimento de atividades que promovam a comunicação conjunta e divulguem o transporte público junto dos clientes.

Neste âmbito são de destacar as seguintes iniciativas:

#### **Campanha de Mudança para Andante**

O Despacho normativo conjunto nº1/2012 do Ministério da Economia e das Finanças, de 20 de janeiro de 2012, impôs a descontinuidade do tarifário monomodal STCP, à exceção da tarifa de bordo, em janeiro de 2013. Na sequência do referido despacho, foram tomadas as seguintes medidas que se substanciaram:

- > ao longo de todo o ano, os clientes foram sensibilizados para a necessidade da mudança para o sistema intermodal Andante, até 31 de dezembro de 2012;
- > durante os meses de novembro e dezembro de 2012, a STCP desenvolveu uma campanha intensiva de comunicação, para a qual contou com a colaboração do TIP, com o objetivo de promover a adesão ao Andante.

No entanto, o Despacho normativo nº24-B/2012 dos Ministérios do Estado e das Finanças e da Economia e do Emprego, publicado no Diário da República, 2.ª série - N.º 245, de 19 de dezembro de 2012, veio permitir a manutenção do tarifário monomodal STCP, nas modalidades Rede Geral.

**Mapas das redes de transporte** - A STCP emitiu, em agosto de 2012, uma nova edição do mapa das redes de transportes, onde estão incluídos os serviços da Metro do Porto e CP-Porto. Está prevista para breve a edição segmentada daquele mapa que será afixada nos abrigos das paragens de autocarros.

**Itinerarium.net** - A STCP renovou o site itinerarium.net, relançando-o em dezembro de 2012, com várias melhorias, nomeadamente a nível da informação intermodal. Informação dinâmica em ecrãs – GoBus - Mantêm-se em funcionamento nas quatro principais estações de metro (Trindade, Casa da Música, S. Bento e Campanhã) os ecrãs com informação dos horários dos autocarros em tempo real, cujo projeto foi lançado em 2010.

**Pasta do Caloiro** - Tem sido dada continuidade à iniciativa de receção aos novos alunos da Universidade do Porto e do Instituto Politécnico do Porto, efetuada pelos três operadores públicos (STCP, CP-Porto e Metro do Porto) conjuntamente com o TIP – Transportes Intermodais do Porto. Esta iniciativa consiste na oferta de um kit constituído por um cartão Andante 24 Z3 carregado e um caderno com informação sobre a acessibilidade em transportes públicos às Universidades e Politécnicos, bem como a mais locais de interesse na cidade do Porto. Em 2012 foi elaborado um folheto com informação comum dos operadores acima referidos.

**Universidade Júnior** - A STCP continua a participar na colaboração da gestão do transporte deste evento. A mobilidade intermodal tem sido dinamizada junto dos jovens participantes nesta iniciativa, através de um trabalho conjunto com a Metro do Porto e o TIP, e venda de títulos intermodais.

**Projeto Civitas ELAN** - A STCP participou no desenvolvimento de um conjunto de ferramentas tecnológicas de informação intermodal no âmbito do Projeto Civitas Elan, cujos parceiros, na cidade do Porto foram: a Câmara Municipal do Porto (gestora do projeto), a Faculdade de Engenharia e a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, a Metro do Porto, a ANTRON, a OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e a Universidade Fernando Pessoa. Ao abrigo deste projeto, foram desenvolvidas as seguintes ferramentas tecnológicas: O site móvel MOVE-ME.mobi

**Infoboard** - São ecrãs com informação em tempo real dos serviços de vários operadores.

Ainda no âmbito do Projeto Civitas a STCP colaborou, durante o período 2011-2012 com a Loja da Mobilidade da Câmara Municipal do Porto, situada no interface do Hospital de S. João, fornecendo informação de toda a rede da STCP.

3. *Compartilhe, sempre que adequado e exequível, com as restantes empresas públicas que integram o sistema de intermodalidade da área metropolitana do Porto, a definição do planeamento do serviço prestado, potenciando a respetiva complementaridade.*

A STCP continua a proceder à reestruturação da sua rede de transportes tendo como pressuposto o princípio da complementaridade com a rede da Metro do Porto.

À medida que o metro expandiu a sua rede, como foi o caso mais recente, em 2011, com a inauguração da Linha Laranja (do Dragão a Fânzeres) a STCP efetuou ajustamentos na sua oferta, quer em termos de alteração de percursos, quer em termos de horários, quer em termos de localização de paragens, no sentido de fomentar a intermodalidade.

Também o Plano Estratégico dos Transportes (RCM nº 45/2011, publicada no D.R. 1ª série nº 216, de 10 de novembro de 2011) define como objetivo a complementaridade entre as redes da STCP e Metro do Porto. No capítulo 4.5.4.3 — Metro do Porto e STCP, está referido: “As redes da Metro do Porto, STCP e outros operadores de transportes públicos deverão ser complementares e não concorrentes.”

Apesar da reformulação de oferta realizada em 2007, a rede da STCP mantém uma parte da sua oferta concorrente com outros operadores e à Metro do Porto.

Está já em curso um grupo de trabalho para a reformulação da rede de transportes do Porto, em articulação com a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, que cumpra os seguintes objetivos:

Complementaridade entre Metro do Porto, STCP e outros operadores;

Dimensionamento da rede em função dos atuais e futuros fluxos origem/destino; Reestruturação do modelo de exploração da Metro do Porto, adequando a oferta ao nível de procura existente e potencial;

Aumento de velocidade comercial da STCP;

Não concorrência entre operadores nas ligações suburbanas; Adoção das melhores práticas internacionais, adequando a oferta, nos segmentos e períodos de baixa procura, ao modo de transporte mais eficiente para dar uma resposta adequada às necessidades de mobilidade das populações.

Por despacho nº 13.370/2011, de 22 de setembro, do SEOPTC, foi criado o Grupo de Trabalho, sob a Coordenação do Dr. Pedro Almeida Gonçalves, integrando no Porto a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP), a STCP, a Metro do Porto, a CP e a Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Pesados de Passageiros (ANTROP), constituído com o objetivo de apresentar uma proposta de revisão da rede de transportes públicos na Área Metropolitana do Porto, para canalizar procura para o sistema Metro e para eliminar redundâncias da STCP com os Operadores Rodoviários Privados fora da zona de exclusivo da cidade do Porto.

Dos trabalhos resultou um relatório final, entregue em 30 de novembro de 2011, com propostas que foram aprovadas pela Tutela em janeiro de 2012.

No cumprimento das decisões tomadas a STCP, concretizou:

- > No início de 2012 definiu a oferta de linhas do concelho de Gaia em que se verificava sobreposição de percursos com outro operador, tendo reduzido frequências e apresentada proposta de articulação de horários.
- > Desde 1 de julho de 2012, foram rescindidos os contratos de operação das linhas 10, 55, 68, 69 e 70 com a Empresa de Transportes Gondomarense, em Gondomar, e da linha 64 com a Pacense, em Valongo, passando o serviço a ser assegurado pelos respetivos operadores.
- > Gorou-se entretanto o processo relativo ao concelho da Maia por indisponibilidade parcial de concessões da empresa A. Maia Transportes (Linhas 706 e 707).
- > No concelho de V.N. Gaia em virtude do operador Sequeira, Lucas, & Venturas não estar interessado em assegurar o serviço da linha ZF por sua conta e risco, não foi possível suspender a sua operação por parte da STCP.
- > No concelho de Matosinhos o processo está atrasado em virtude da proposta apresentada pela empresa RESEN-

DE não respeitar pressupostos essenciais que haviam sido acordados.

- > A STCP rescindiu o Acordo de Cooperação para a linha 94, outorgado com a Valpi em 1994, com efeitos a 1 de janeiro de 2013. Da rescisão do Acordo de Cooperação, as partes tentaram ainda encontrar uma solução mais consensual. Neste sentido, a STCP e a Valpi subscreveram um acordo de compromisso nos termos do qual a título excepcional, transitório e sem quaisquer outros efeitos que os ali expressamente acordados, mantinham a operação da linha 94 entre o dia 1 e o dia 31 de janeiro de 2013 sem alteração. Com início reportado a 1 de fevereiro e termo a 31 de dezembro de 2013, renovável por períodos de 6 meses, a STCP e a Valpi acordaram em celebrar um Acordo de Cooperação, ao abrigo do artigo 124 do Regulamento de Transportes em Automóvel, com o conhecimento da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto para a operação da linha 94 cuja exploração passou a ser efetuada pela STCP com a numeração 700 e pela Valpi com a numeração V94. O risco comercial é assumido por cada uma das empresas no âmbito da sua própria exploração.

Importa evidenciar que a STCP, fruto das reestruturações da oferta que tem efetuado, atingiu em 2012 os 25,7 milhões de veículos/km percorridos.

4. *Insista, junto das Autarquias Locais apropriadas, para que sejam reduzidas as barreiras arquitetónicas de acesso a paragens e interfaces e de serem incrementadas as condições de conforto dos abrigos por elas concessionados.*

Em 2011, por iniciativa da Câmara Municipal do Porto, foi efetuada uma reorganização das paragens de autocarro no interface do Hospital de S. João, em articulação com os vários operadores e o Hospital de S. João.

Em 2012, a STCP participou com a Metro do Porto, no projeto de reorganização e melhoria da informação intermodal e sinalética no interface da Casa da Música. Adicionalmente, e com a coordenação da Câmara Municipal do Porto, a STCP procedeu à alteração de linhas de serviço público naquele interface a fim de ser possível que outros operadores de transporte internacional de passageiros pudessem passar a utilizá-lo, articulando o seu serviço com o da Metro do Porto e da STCP.

No quadro macroeconómico em que o país se encontra, e

em particular as empresas públicas de transportes e as autarquias, foram emanadas orientações no sentido de serem restringidos os investimentos ao estritamente necessário.

Assim, nestes últimos anos, tem existido uma forte limitação à incrementação das medidas preconizadas nesta recomendação.

A STCP analisa continuamente as condições de espera nas paragens, procurando junto das autarquias, melhorar as referidas condições. Ressalva-se que algumas das sugestões de melhoria que a STCP apresenta proveem, das sugestões apresentadas pelos seus clientes.

O projeto - Protótipo de Paragem para Invisuais – referido na nossa carta de 31 de março de 2010, encontra-se suspenso devido a medidas de contenção de custos.

*5. Intente esforço no sentido de serem fomentados investimentos na construção e melhoria das interfaces que servem a Empresa.*

Conforme já referido na resposta à recomendação anterior, a STCP tem sido alvo de fortes medidas de contenção e de contração de despesa e investimento, o que não têm permitido à empresa, a realização de investimentos na construção e melhoria dos interfaces que servem a Empresa.

No entanto, no âmbito do Grupo de Trabalho, acima referido, criado pelo Despacho nº 13.371/2011, do Ministério da Economia e do Emprego, com o objetivo da apresentação de uma proposta de revisão das redes de transportes públicos na AMTP, a STCP também apresentou à Tutela, no final de 2011, proposta de definição de Interfaces à entrada da cidade do Porto, onde as linhas de autocarros vindas do exterior deveriam rebater com a Metro, a STCP e se possível CP-Porto, tendo sido obtida, a concordância superior.

Até à presente data os referidos interfaces não foram implementados, pelo que a STCP em conjunto com a Metro do Porto, entendeu efetuar uma revisão ao trabalho dos interfaces. Nesse sentido, as empresas reforçaram o seu interesse e empenhamento junto das autoridades competentes, na implementação dos interfaces já planeados.

*6. Diligencie para que o número de serviços não realizados pela Empresa se reduza significativamente, aumentando, conseqüentemente, a taxa de cumprimento da regularidade prevista.*

A STCP, com o intuito de melhorar a taxa de cumprimento dos serviços prestados aos clientes da empresa, procedeu

em 2012 à admissão de 20 novos motoristas, em regime de contrato de trabalho a tempo integral e a termo.

*7. Mantenha o empenho no sentido de o Acordo de Empresa de 2007 ser subscrito pela generalidade das associações sindicais representativas dos trabalhadores da Empresa.*

Nos últimos anos têm decorrido negociações entre a empresa e as Organizações Representativas dos Trabalhadores, com vista à assinatura de um Acordo de Empresa único, o que até à data ainda não foi alcançado. Salienta-se que, o atual Conselho de Administração da STCP e as Organizações Representativas dos Trabalhadores estão em fase de negociações, com vista à obtenção do referido acordo.

*8. Apenas recorra a situações de trabalho temporário no estrito cumprimento da lei aplicável e quando outra solução menos desfavorável para o trabalhador não houver.*

A STCP não recorre a trabalho temporário.

*9. Pondere sobre a possibilidade de desenvolver o sistema SAEIP – Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros – no sentido de contribuir para disponibilizar mais e melhor informação aos passageiros.*

A STCP desde há alguns anos a esta parte tem vindo a efetuar um esforço acentuado na integração dos seus sistemas de informação analisando e desenvolvendo as suas potencialidades, quer através dos seus recursos técnicos internos quer com apoio de parcerias externas, com vista à melhoria, diversificação e aumento da informação a prestar aos clientes.

No que respeita à informação aos passageiros são de salientar os seguintes projetos:

Painéis de Informação ao Público (PIP) - O projeto PIP consiste na colocação de ecrãs com horários das linhas de autocarros em tempo real, localizados na via pública, junto a paragens. Desde 2010 foram instalados mais 18 painéis, em paragens identificadas com grande movimento de passageiros e linhas de autocarros. Atualmente encontram-se instalados 47 PIP, distribuídos pelos seis concelhos do grande Porto, servidos pela STCP – Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia.

Novo site STCP - Passou a estar disponível, desde dezembro de 2012, no novo site da STCP, até aí só disponível no

telemóvel através do serviço SMSBUS, a consulta dos horários em tempo real, através de diversas funcionalidades:

- a. Pesquisa de horários – através da seleção de uma paragem e das próximas passagens em <http://www.stcp.pt/pt/viajar/horarios/>
- b. Consulta de informação sobre paragens – em qualquer ponto do site, sempre que se seleciona uma paragem (em mapa, numa caixa de pesquisa ou na lista de linhas), e entrando na página de detalhe da paragem, pode-se pedir as próximas passagens. Exemplo em: <http://www.stcp.pt/pt/viajar/paragens/?t=detalhe&paragem=JM1>
- c. Está em desenvolvimento um aplicativo que simula a utilização do SMSBUS no computador, sem necessidade de entrar no site STCP.

Informação Dinâmica em Ecrãs – projeto designado por GOBUS - Em agosto de 2010 entraram em funcionamento sete ecrãs instalados nas quatro principais estações de metro: Campanhã, Trindade, S. Bento e Casa da Música. Estes ecrãs apresentam os horários em tempo real dos autocarros que servem as proximidades de cada estação.

A informação apresentada nestes ecrãs é a mesma que é apresentada nos PIP e no serviço SMSBUS, indicando adicionalmente os locais de cada paragem e os respetivos códigos, para uma melhor orientação ao cliente.

Infoboard - Consiste na disponibilização de informação dos horários das viaturas - em tempo real (da STCP e Metro) e horários planeados (dos operadores privados) - em ecrãs, que apresenta esquematicamente os serviços de vários operadores, onde se inclui a STCP. Este serviço encontra-se implementado no Hospital de S. João (na sala de espera dos utentes) e no Aeroporto do Porto.

Informação sobre zonamento intermodal dos títulos ocasionais – projeto em curso.

Está a ser preparado o projeto de informação intermodal sobre o zonamento intermodal a partir de cada uma das paragens. Têm como objetivo a sua afixação em todas as paragens de autocarros e interligação com o aviso sonoro e escrito, a partir da viatura, aquando da passagem desta na paragem, alertando para a mudança de zona, o que permitirá aos clientes saber sempre se possuem título válido para a zona em que se encontram.

Informação à Paragem - A STCP tem apostado na informação nas paragens, desenvolvida com recurso a tecnologia nacional, como os mapas à paragem, os Spider Maps (mapas de

área) e os horários à paragem. Estes têm permitido apresentar aos clientes os horários a praticar em cada paragem ao longo dos diferentes períodos do ano, que se encontram também disponíveis no novo site da empresa. Neste suporte, também é apresentada informação sobre os zonamentos e, brevemente, sobre a validade dos títulos ocasionais a partir de cada paragem e em cada linha, de forma simples e rápida.

Projeto experimental de TV e Wi Fi no interior de autocarros - Desde final de 2010 e até final de 2012 esteve a decorrer um projeto experimental de TV e wi fi no interior de 11 autocarros da linha 207 da STCP, com considerável sucesso junto dos clientes. O projeto, designado por SITMe, teve por base um equipamento desenvolvido por um consórcio entre a Xarevison, o INESC TEC e a Universidade do Porto.

Este projeto, com a utilização da georreferenciação das viaturas via SAE, permitiu a emissão de conteúdos selecionados.

#### 10. *Sistematize e divulgue a compilação da generalidade dos direitos e das obrigações dos clientes da Empresa.*

A STCP continua a afixar no interior das suas viaturas, nos seus postos de venda de títulos de transporte e no seu site as “Condições de Utilização de Transportes Coletivos”.

Nas referidas “Condições de Utilização de Transportes Coletivos”, encontram-se coligidos os principais direitos e obrigações dos clientes dos transportes coletivos de passageiros em modo de autocarro e elétrico. Informação acessível no site da STCP através do endereço eletrónico: <http://www.stcp.pt/pt/viajar/tarifas/condicoes-de-utilizacao/>

## 4.9 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ATIVIDADE

### Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Principais riscos identificados:

- > Inexistência de contratualização de Serviço Público
- > Aumento do regime concorrencial nas linhas
- > Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público pela STCP, na cidade do Porto
- > Inexistência de solução para o reequilíbrio económico-financeiro
- > Instabilidade dos mercados financeiros

- > Instabilidade dos mercados petrolíferos aos quais estão indexados os principais consumos da empresa

A gestão de riscos tem como objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

A gestão de riscos está implementada na STCP de uma forma transversal, específica consoante o tipo de risco, através da sua política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, cabendo a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

#### 4.10 SISTEMA DE CONTROLO

Em dezembro de 2008 a empresa obteve a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho (SIG-QAS), que em 2013 foi renovada na sequência da auditoria efetuada pela APCER, para a renovação das 3 Certificações.

Está definido e amplamente divulgado o seu Manual de Processos, Procedimentos e Procedimentos Internos, revisto sempre que se considera necessário.

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno adequado à sua dimensão e complexidade: anualmente são fixados objetivos globais que são mensalmente avaliados em sede de informação de gestão mensal, objeto de reflexão pelo Conselho de Administração. Periodicamente são elaborados relatórios de controlo de execução orçamento.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da empresa e emite os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores.

A função administração é supervisionada pela Tutela, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração. O controlo financeiro da Empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças (IGF), por determinação do Ministro de Estado e das Finanças.

#### 4.11 CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um Código de Ética e de Conduta próprio, que se encontra amplamente divulgado no site da empresa para consulta generalizada e na Intranet para consulta dos trabalhadores.

Este Código é um instrumento fundamental na definição normativa a ser respeitada a todos os níveis da organização constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a STCP.

#### 4.12 PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

A STCP, consciente de que a corrupção é um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições deu cumprimento, em dezembro de 2009, à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção com a elaboração do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

O Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da STCP foi remetido àquele Conselho, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e aos trabalhadores da empresa através da publicação na intranet da empresa.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi revisto, em junho de 2012.

#### 4.13 PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE (Artigos 51º e 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro)

Os membros dos órgãos da administração da Empresa abstiveram-se de intervir nas decisões que envolveram os seus próprios interesses.

No início do mandato, os membros do Conselho de Administração declararam ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças, não deterem participações patrimoniais na empresa, bem como quaisquer relações relevantes que mantinham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

## 4.14 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A STCP deu cumprimento à divulgação da informação, conforme previsto no artigo 53º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro:

### Informação divulgada no site SEE (www.dgjf.pt) em 31 de dezembro de 2013:

Informação no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha Síntese da Empresa	X			
<b>Identificação da Empresa</b>				
Missão, objetivos, políticas, obrigações de serv. público e modelo de financ.	X			
<b>Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação Órgãos Sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remuneração auferidas e demais regalias	X			
<b>Regulamentos e Transações</b>				
Regulamentos internos e externos	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Outras transações	X			
<b>Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

### Informação divulgada no portal da Empresa (www.stcp.pt) em 31 de dezembro de 2013:

Informação no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Informação financeira histórica e atual da empresa	X			
Organigrama	X			
<b>Órgãos Sociais e Modelo de Governo:</b>				
Identificação Órgãos Sociais	X			
Elementos curriculares de todos os membros dos órgãos sociais	X			
Identificação áreas responsabilidade do CA	X			
Remuneração dos órgãos sociais e outros benefícios	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Regulamentos internos e externos	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
<b>Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	X			
Código de Ética e de Conduta	X			
Relatório e Contas	X			



## 4.15 QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento:</b>					Foram propostos objetivos de gestão, ainda não aprovados (ver ponto 4.4. do RC 2013)
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	X			Taxa média de financiamento de 4,48%	All-in médio ponderado anual (ver ponto 4.4 do RC 2013)
<b>Límites de Crescimento do Endividamento</b>		X		<b>Varição absoluta de 25,3 M€</b> (+6,8%) em 2013 face a 2012	(ver ponto 4.4 do RC 2013)
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>		X		Varição do PMP a fornecedores em 2013 face a 2012 (+8 dias)	(ver ponto 4.4 do RC 2013)
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	X			Total de "Arrears" em 31 de dezembro de 2013 de <b>426.550,68 €</b>	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1º do DL 65-A/2011 (ver ponto 4.4 do RC 2013)
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas:</b>					Indicar medidas adotadas
"Recomenda-se ao Conselho de Administração da STCP que diligencie no sentido:					(ver ponto 4.8.1 do RC 2013)
i) de dar cumprimento aos objetivos de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro		X			(ver ponto 4.4 do RC 2013)
ii) do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado"	X				Regime de exceção-Despacho nº 2429/13-Secretaria de Estado do Tesouro, de 19.12.2013 (ver ponto 4.4 do RC 2013)
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	X				(ver pontos 4.3.1 e 4.3.2. do RC)
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	X			Total da redução remuneratória em 2013 foi de <b>14.483,34 €</b>	(ver pontos 4.3.1 e 4.3.2. do RC)
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			Total da Redução em 2013 foi de <b>6.885,62€</b>	(ver pontos 4.3.1 e 4.3.2. do RC)
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 66-B/2012			X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			Total da redução remuneratória em 2013 foi de <b>268.631,58 €</b>	(ver pontos 4.4 e 4.5 do RC)
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art. 35º da Lei 66-B/2012	X				Embora a STCP tenha suspenso a aplicação do sistema de evolução profissional publicado em BTE , bem como a aplicação da progressão de diuturnidades, desde 1 de Janeiro de 2011, por efeito da aplicação das Leis do O.E. para 2011,2012 e 2013, não é possível quantificar essa redução remuneratória dada a complexidade da sua valorização (ver pontos 4.4 e 4.5 do RC 2013)
<b>Artigo 32º do Estatuto de Gestor Público</b>					
Utilização de cartões de crédito	X				Os membros do CA não têm cartão de crédito atribuído (ver ponto 4.3.2 do RC 2013)
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				No se efetuou reembolso de despesas neste âmbito (ver ponto 4.3.2 do RC 2013)
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				(ver ponto 4.7.4 do RC 2013)
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>					
Recomendação 1	X			Relatório nº 23/2009-2ª Secção - Auditoria à STCP sobre Transportes Públicos Urbanos na Cidade do Porto	(ver ponto 4.8.2 do RC 2013)
Recomendação 2	X				
Recomendação 3	X				
Recomendação 4	X				
Recomendação 5	X				
Recomendação 6	X				
Recomendação 7	X				
Recomendação 8	X				
Recomendação 9	X				
Recomendação 10	X				
<b>Parque Automóvel</b>	X			Variação de -2% em 2013 do nº total de veículos utilizados pela empresa face a 2012	(ver ponto 4.7.5 do RC 2013)
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64º da Lei nº 66-B/2012)</b>	X			Redução de 20% em 2013 dos Gastos Operacionais, face a 2010	(ver ponto 4.4 do RC 2013)
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 63º da Lei nº 66-B/2012)</b>		X		Var. de 2,5% face a 31.12.2012 e 18% face a 1.01.2011	(ver pontos 4.4 e 3.5 do RC 2013)
Nº de trabalhadores		X			
Nº de cargos dirigentes	X			Var. de 8% face a 31.12.2012 e 35% face a 1.01.2011	(ver ponto 4.4 do RC 2013)
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124º da Lei 66-B/2012)</b>	X				Regime de exceção-Despacho nº 2429/13-Secretaria de Estado do Tesouro, de 19.12.2013 (ver ponto 4.4 do RC 2013)

## 4.16 GRELHA REFERENTE ÀS PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Páginas do Relatório	Observações
		SIM	Não	SIM	Não		
I	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		3-4	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		4-7	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		7	
II	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital	X		X		7	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		7	
3.	Acordos parassociais.	X		X		8	
III	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		8-9	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		9-10	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		10	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		10	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		10	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		10-11	
IV	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
A.	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		11	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		12	Não aplicável
B.	<b>Administração e Supervisão</b>						
1.	Modelo de governo adotado	X		X		12	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		12	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		12-13	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		13-14	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		14-17	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X		17	Não aplicável
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		17-19	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Páginas do Relatório	Observações
		SIM	Não	SIM	Não		
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		20-21	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X		X		21	Não existente
<b>C. Fiscalização</b>							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		22	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		22	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		22-25	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		26	
<b>D. Revisor Oficial de Contas</b>							
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		26-27	
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X		27	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		27	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		27	
<b>E. Auditor Externo</b>							
1.	Identificação.	X		X		27	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação.	X		X		27	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		27	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		28	Não aplicável
<b>V. Organização Interna</b>							
<b>A. Estatutos e Comunicações</b>							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		28	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		28	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		28-29	
<b>B. Controlo interno e gestão de riscos</b>							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		29	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		30	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		30	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		30	Não existente
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		30	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		30-31	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		31	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		31	
<b>C. Regulamentos e Códigos</b>							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		31-33	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		33	
<b>D. Sítio de Internet</b>							
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		34	
<b>VI Remunerações</b>							
<b>A. Competência para a Determinação</b>							

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	Não		
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		34	
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>						
	Composição.	X		X		35	Extinta na reunião da Assembleia Geral da STCP, de 18 de junho 2013.
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		35	Estatuto do Gestor Público – DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, RCM nº 16/2012 e RCM nº 36, de 26 de março.
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		35-36	Estatuto do Gestor Público – DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, RCM nº 16/2012 e RCM nº 36 de 26 de março.
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		36	Estatuto do Gestor Público – DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, RCM nº 16/2012 e RCM nº 36, de 26 de março.
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		36	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		36	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		36	
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		37	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		37	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		37	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X		X		37	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		37-38	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		38	
<b>VII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		38-39	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		39-40	
<b>VIII</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		40	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		40-41	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X		X		41-44	Capítulo da Sustentabilidade
<b>IX</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		44	
2.	Outras informações	X		X		44	Não existente





3129



movido a gás natural

DUZ



# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 5.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2013 continuaram visíveis os efeitos da crise financeira iniciada em 2008. O Banco Mundial situou o crescimento da economia global em 2013 em 2,4%.

Na Zona Euro, após a dupla recessão que durou cerca de um ano e meio, 2013 apresentou melhorias mas a um ritmo lento, quase impercetível. A taxa de desemprego manteve-se elevada, nos 12,1% no final de 2013, atingindo particularmente o segmento jovem. O PIB caiu 0,4% em 2013 o que representa uma recuperação fraca face à queda registada no ano anterior, -0,7%.

O preço do petróleo (Brent) por barril esteve praticamente estável ao longo de 2013, diminuindo 0,3%, para 110,8 dólares, face ao preço verificado no final de 2012.

Em 2013, o euro valorizou 4,5% face ao dólar (fonte: Bloomberg).

A nível das taxas de juro oficiais, o BCE baixou as taxas de juro para as principais operações de refinanciamento, em 25 pontos base, por duas ocasiões, para 0,5 por cento em maio e 0,25 por cento em novembro.

Em Portugal, a partir do segundo trimestre de 2013, verificou-se um aumento da atividade económica, interrompendo a tendência de queda verificada desde 2011.

O ano de 2013 ficou marcado pela continuação da ajuda financeira externa, através do Programa de Assistência Económica e Financeira – PAEF – acordado com a troika,

Comunidade Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), iniciada em abril de 2011.

O PIB diminuiu 1,4%, em termos médios anuais, mas representando uma melhoria face aos -3,2% registados em 2012. Apesar destes resultados a economia portuguesa contraiu pelo terceiro ano consecutivo. A taxa de desemprego atingiu o valor médio anual de 16,3% e a taxa média do índice de preços ao consumidor (IPC) foi de 0,4%.

Em 2014 Portugal sairá do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), encontrando-se em análise pelo Governo a estratégia de saída, prevista para maio.

De acordo com o Banco de Portugal “as projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação gradual da atividade ao longo do horizonte, projetando-se um crescimento de 1,2% para 2014. A recuperação da atividade económica deverá ser suportada por uma aceleração da procura interna privada e pela manutenção de um crescimento robusto das exportações. No setor público, a atividade deverá continuar a contrair, condicionada pelo processo de consolidação orçamental, embora a um ritmo progressivamente menor.

Neste quadro, antecipa-se alguma recuperação do emprego privado e uma redução gradual da taxa de desemprego.

A inflação deverá permanecer em níveis reduzidos, num contexto em que as pressões inflacionistas externas e internas deverão manter-se baixas. Os preços deverão crescer, em termos médios anuais em 2014, 0,5 por cento”.

## 5.2 BALANÇO DO ANO

### Evolução da Atividade

Com o total de 78,7 milhões de passageiros transportados a STCP manteve em 2013 o estatuto de maior operador de transportes da Área Metropolitana do Porto, pese embora as várias mudanças que se têm verificado no mercado de transportes desta área geográfica.

No início do ano foi descontinuado o tarifário monomodal, com exceção das assinaturas rede geral e do bilhete agente único, fomentando-se o uso do tarifário intermodal Andante e desta forma, contribuindo para uma maior transferência de passageiros entre os diferentes modos de transporte e para um aumento generalizado das condições de mobilidade.

A procura registou uma quebra de 7,5% relativamente a 2012. Mantiveram-se os trabalhos de otimização da adaptação da oferta à procura. Em fevereiro foi criada a linha 700, após celebração de acordo com operador privado, para a operação conjunta e articulada do percurso Bolhão-Campo, e que contou com o apoio da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP).

A produção própria da STCP atingiu os 22,7 milhões de veículos km, tendo tido uma redução de 0,8%, relativamente a 2012.

As tarifas aumentaram em janeiro, em média, 0,9% e a receita proveniente da venda de títulos de transporte, associada à produção própria, atingiu os 45,2 milhões de euros, +0,3% do que relativamente a 2012.

No ano, para além da continuação do processo de reestruturação e fusão com a Metro do Porto, a Empresa esteve empenhada na preparação das peças concursais para a concessão da operação da empresa, o que deverá efetivar-se em 2014.

## 5.3 INVESTIMENTO

O Investimento em 2013 foi de 67 mil euros, reflexo da decisão da tendência para investimento zero em 2013. Este investimento resultou essencialmente da aquisição de equipamento administrativo, informático e software.

Investimentos (m€)	2010	2011	2012	2013
Material Circulante	11.765	116	18	0
Infra Estruturas	220	650	1.057	0
Outros	270	183	1.266	67
<b>Total</b>	<b>12.255</b>	<b>949</b>	<b>2.341</b>	<b>67</b>

## 5.4 FINANCIAMENTO

A STCP terminou o ano de 2013 com uma dívida total remunerada de 395,9 milhões de euros, que compara com 370,7 milhões de euros de 2012.

O aumento de 6,8% do endividamento face a 2012 foi com recurso essencialmente à utilização de financiamentos de curto prazo.

O limite de endividamento de 4% para 2013, definido no Despacho nº 155/2011 do Ministro de Estado e das Finanças, de 28 de abril, foi excedido, essencialmente em resultado do Termination Agreement do swap do BNP Paribas e pelo pagamento do subsídio de férias decorrente do Acórdão nº187/2013 do Tribunal Constitucional. Excluindo estes dois efeitos, excecionais e não orçamentados, o aumento do endividamento seria de cerca 4%.

### 5.4.1 Conta no Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP)

Na sequência das orientações recebidas através do Ofício Circular 844 de 3 de fevereiro de 2011, a STCP procedeu em 2011 à abertura de conta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., onde passou a receber as participações e fundos, provenientes de Organismos Públicos.

Nos termos da Lei 66-B/2012, artigo nº 124, de 31 de dezembro, toda a movimentação de fundos deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E., salvo disposição legal em contrário, ou nas situações como tal reconhecidas por Despacho do membro do governo responsável pela área das finanças, em casos excecionais e devidamente fundamentados, após parecer prévio do IGCP, E.P.E..

Em 2013 a STCP dirigiu à Secretaria de Estado do Tesouro um pedido de regime de exceção ao princípio da unidade de tesouraria, tendo por base as relações com a banca comercial no que concerne a apoio financeiro à atividade, a operações de consolidação em médio/longo prazo, a operações de leasing financeiro ou de aluguer operacional, a operação de cobertura de risco de taxa de juro, a emissão de garantias bancárias, a transações por meio de cheque, ao uso de equipamentos ATM, entre outras.

Por Despacho nº 2429/13, da Secretaria de Estado do Tesouro, de 19 de dezembro de 2013, foi autorizado o regime de exceção ao cumprimento do princípio de unidade de tesouraria, atenta a relevância da banca comercial na atividade da empresa.

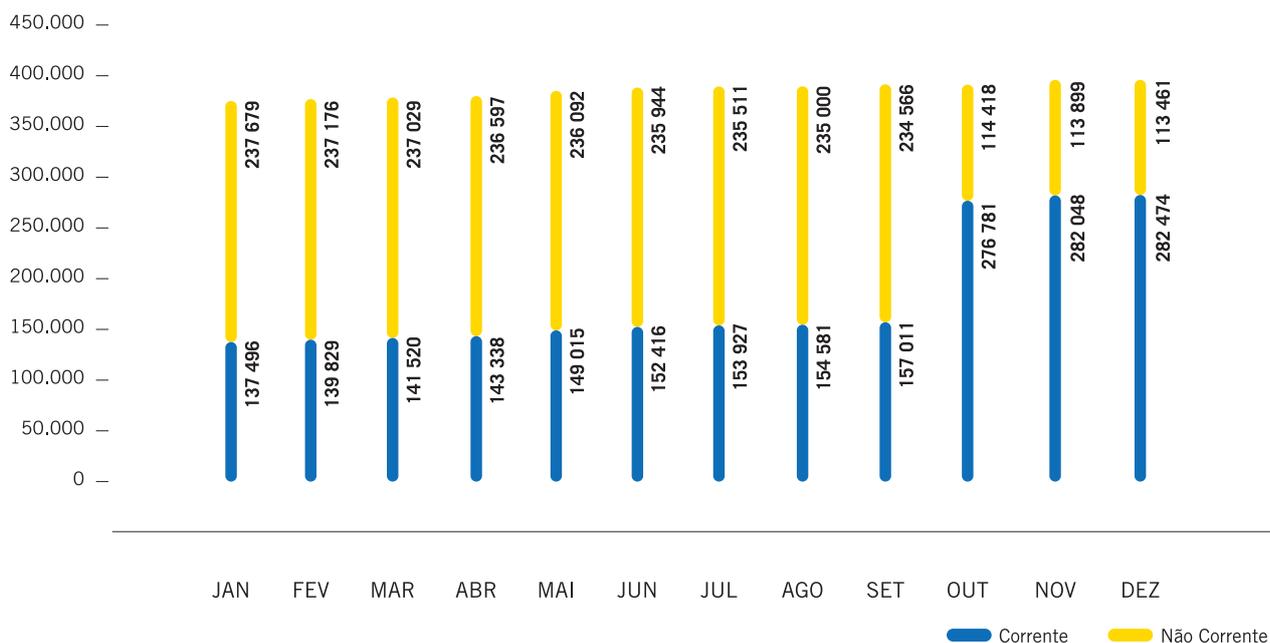
#### 5.4.2 Operações de Financiamento do ano

No âmbito da política de financiamento em curso para as empresas do Setor Empresarial do Estado, durante o ano de 2013, a STCP contratou e renovou várias operações de crédito, todas de curto prazo, e somente na estrita medida das suas necessidades de financiamento.

A empresa procurou modificar o perfil desta dívida com o intuito de alargar prazos de financiamento e aliviar a pressão sobre a liquidez, o que não foi conseguido.

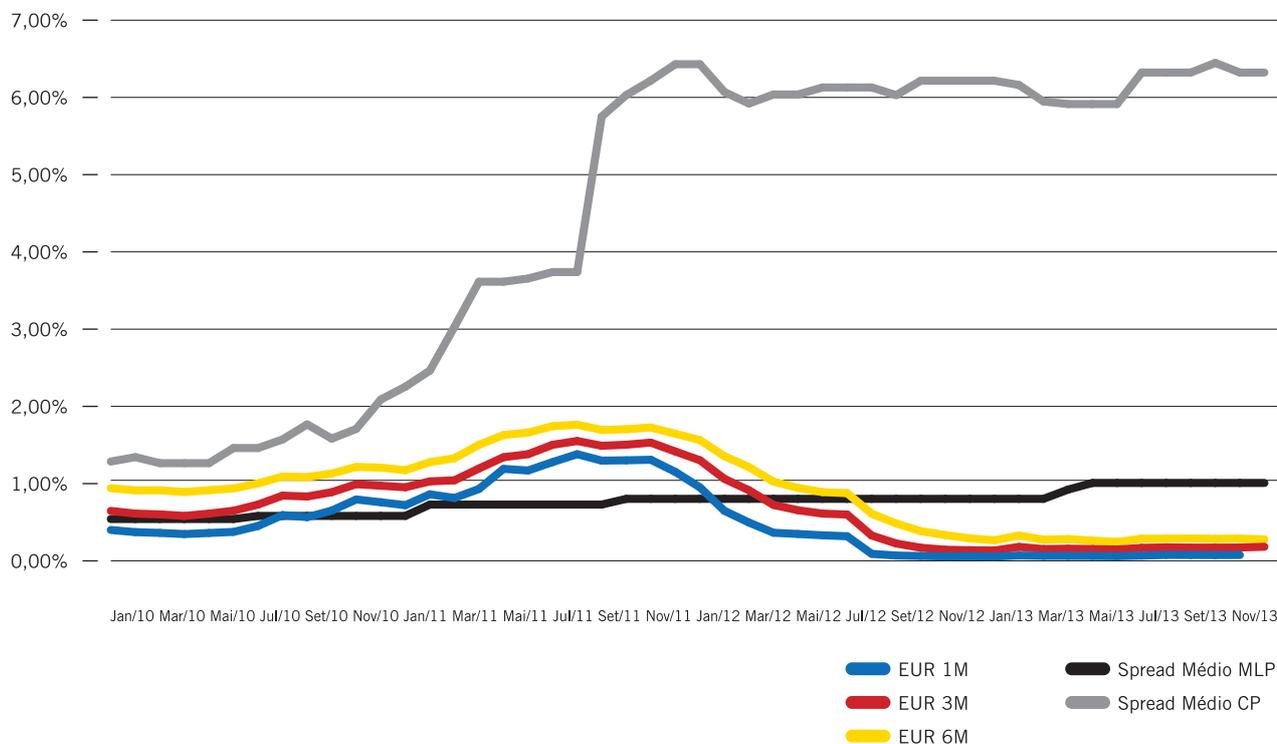
De referir que a alteração da estrutura da dívida entre médio e longo prazo e curto prazo foi originada pela aproximação do vencimento (outubro 2014) do empréstimo obrigacionista de 120 M€.

#### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EM 2013 (MILHARES DE EUROS)



Os juros suportados mantêm globalmente, o mesmo nível de 2012. No ano verificou-se uma ligeira melhoria de condições de financiamento ao nível de spreads e uma degradação dos custos em comissões bancárias nas contratações de curto prazo. Em termos de encargos com operações de médio/longo prazo, os níveis historicamente baixos da Euribor permitiram uma diminuição significativa em cada um dos cupões.

## EVOLUÇÃO TAXA DE JURO / SPREAD - 2010/2013



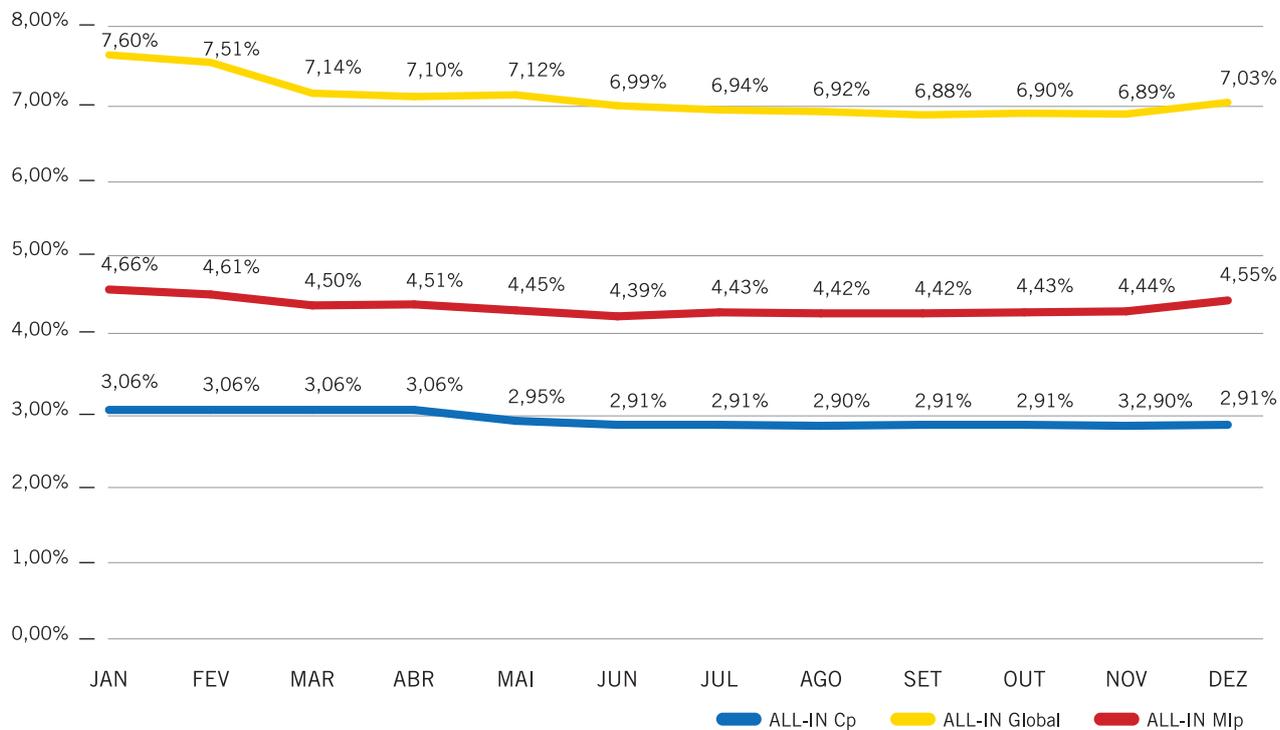
## Juros suportados com o passivo remunerado e outros encargos financeiros

(10 <sup>^3</sup> €)	2010	2011	2012	2013
Juros suportados	7.486	13.160	19.034	18.894
Outros encargos	832	1.278	1.918	2.456
<b>Total</b>	<b>8.318</b>	<b>14.438</b>	<b>20.952</b>	<b>21.350</b>

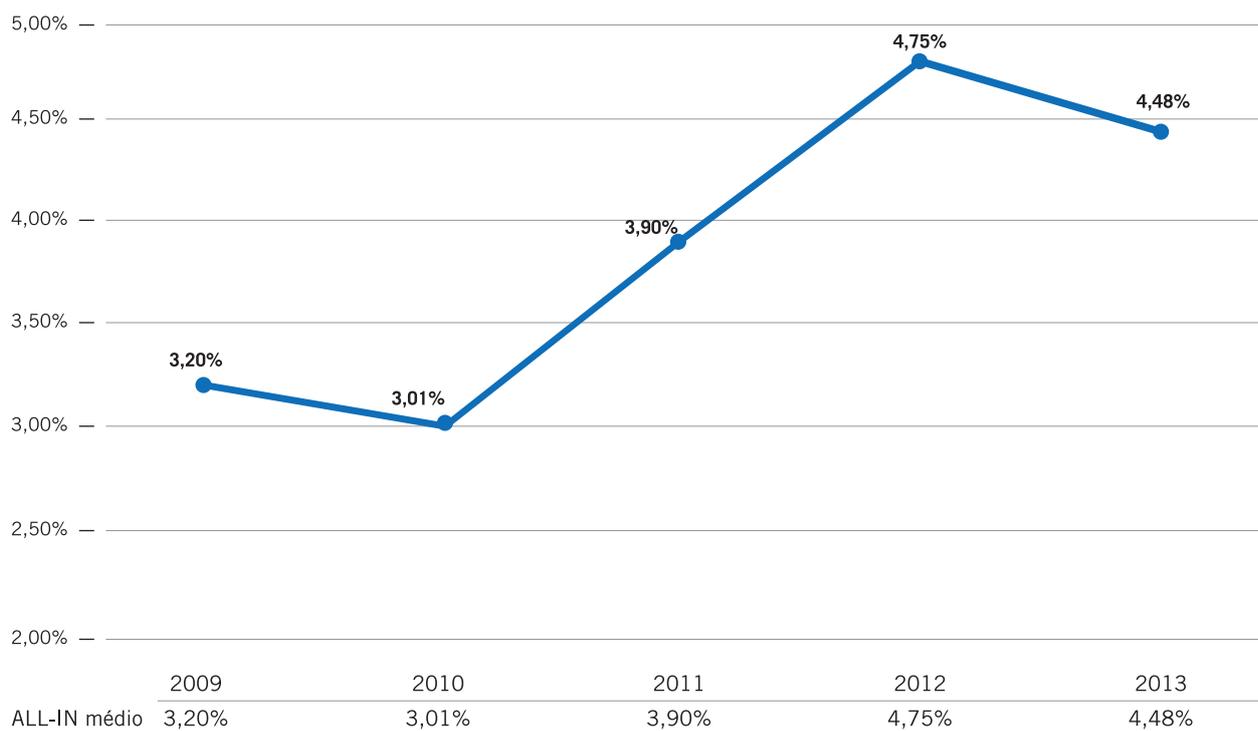
O valor de Juros suportados e Outros encargos atingiram em 2013 os 21,3 milhões de euros que comparam com 21 milhões de euros em igual período do ano transato, correspondendo a um aumento de 1,9%.

Os encargos com swap contabilizados na rubrica Juros suportados, representaram em 2013 cerca de 24% do total de Juros suportados, correspondendo a 4,5 milhões de euros, + 11% do que o montante atingido em 2012, de 4 milhões de euros. A partir de dezembro de 2013 e por aplicação do Decreto-Lei nº 133/2013, de 03 de outubro, sendo a STCP empresa pública não financeira do setor empresarial do Estado,

que anualmente apresenta capital próprio negativo, só pode aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a qual solicita parecer vinculativo à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, EPE, quanto às condições financeiras aplicáveis. A empresa passou a apresentar o pedido formal de autorização de cada uma das operações, novas ou renovações, previamente, negociando as melhores condições junto das instituições financeiras, tendentes à necessária aprovação.

**ALL-IN PONDERADO - EVOLUÇÃO MENSAL - 2013**

Evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos cinco anos:

**ALL-IN MÉDIO PONDERADO ANUAL (%)**

### 5.4.3 Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro – IGRF

A empresa detinha desde 2007 duas operações de cobertura de risco de taxa de juro, cada uma correspondendo a 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, emitido no mesmo ano, celebradas com o BNP Paribas e com o Banco Santander Totta, com maturidades em Junho de 2022.

Em 9 de maio de 2013, a STCP, tendo por base instruções recebidas da Tutela, procedeu ao cancelamento antecipado da operação existente com o BNP Paribas, pelo valor negociado entre as partes (IGCP, E.P.E. e BNP Paribas) de 7.865.000,00 de euros, tendo esta operação sido validada pelo Despacho nº 970/13-SET de 11 de maio.

Em 31 de dezembro de 2013 a empresa detinha em carteira a operação de cobertura de taxa de juro com o Banco Santander Totta, S.A. cujo justo valor era de -95.069.619,25 euros (este valor incluiu os juros vencidos e não pagos, no montante de 2.438.641,83 euros). Esta operação foi objeto de uma ação judicial interposta pela instituição de crédito através do

Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A.. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da Tutela, deliberou a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorrem. Assim, a STCP suspendeu o pagamento de todas as obrigações decorrentes do contrato em litígio.

## 5.5 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

### Resultados Líquidos

Em 2013 registou-se uma melhoria de 58 milhões de euros (79%) no Resultado Líquido do Exercício face ao ano anterior, tendo sido negativo em 15 milhões de euros.

A melhoria do Resultado Líquido do Exercício, quando comparado com o ano anterior, resulta da melhoria dos Resultados Financeiros em 86% e dos Resultados Operacionais em 37%.

Resultados (10 <sup>3</sup> €)	2010	2011	2012	2013	13/12
Rendimentos Operacionais	72.709	73.738	64.396	61.374	-4,7%
Gastos Operacionais	81.963	80.122	74.566	67.799	-9,1%
Resultados Operacionais	-9.254	-6.383	-10.170	-6.425	37%
Rendimentos Financeiros	0	341	6	12.592	205980%
Gastos Financeiros	28.383	48.469	63.221	21.350	-66%
Resultados Financeiros	-28.383	-48.128	-63.215	-8.758	86%
Imposto do exercício	40	34	53	41	-23%
Resultado Líquido (RL)	-37.677	-54.545	-73.439	-15.224	79%
RL antes de IC's	-56.653	-72.416	-83.650	-25.435	70%
RL antes Variação Justo Valor de SWAP's	-17.612	-20.514	-31.169	-27.815	11%

## Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros em 2013 cifraram-se nos -8,8 milhões de euros, representando uma melhoria de 86% face ao ano anterior. A contribuir para este resultado destaca-se 12,5 milhões de euros de variação positiva de justo valor de swap em 2013 que comparam com 42,3 milhões de euros de variação negativa de 2012.

Os Gastos Financeiros sem swap aumentaram 1,9% face a 2012, cifrando-se nos 21,3 milhões de euros. Apesar da diminuição do All-in médio de 2013 em 0,27 p.p., ficando este nos 4,48%, contribuiu negativamente para os Gastos Financeiros o aumento da dívida remunerada em 6,8%.

(10 <sup>3</sup> €)	2010	2011	2012	2013	13/12
Juros suportados	7.486	13.160	19.034	18.894	-0,7%
Outros encargos	832	1.278	1.918	2.456	28,0%
	<b>8.318</b>	<b>14.438</b>	<b>20.952</b>	<b>21.350</b>	<b>1,9%</b>
Varição justo valor Swap's	-20.065	-34.031	-42.269	12.592	129,8%
Endividamento Remunerado	335.403	352.970	370.665	395.935	6,8%
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
All-In Médio Financiamento Bancário	3,012%	3,902%	4,747%	4,481%	-0,27 pp

## Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais foram de -6,4 milhões de euros, representando uma melhoria de 37% face a 2012. Apesar da diminuição dos Rendimentos Operacionais em 3 milhões de euros (-4,7%) face ao período homólogo do ano anterior, registou-se uma compensação pela descida dos Gastos Operacionais em 6,7 milhões de euros (-9,1%).

## Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais foram de 67,8 milhões de euros (-9,1% face a 2012).

Gastos (10 <sup>3</sup> €)	2010	2011	2012	2013	13/12
<b>FSE+CMVMC</b>	<b>34.032</b>	<b>34.167</b>	<b>32.281</b>	<b>26.188</b>	<b>-18,9%</b>
Subcontratos	6.316	6.608	4.732	1.019	-78,5%
Combustíveis (gás + gasóleo)	10.396	10.164	10.302	9.458	-8,2%
gasóleo	5.539	6.373	6.173	5.247	-15,0%
gás	4.856	3.791	4.129	4.211	2,0%
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>39.999</b>	<b>36.934</b>	<b>30.954</b>	<b>31.638</b>	<b>2,2%</b>
Indemnizações	954	2.872	1.820	211	-88,4%
<b>Gastos/reversões depreciação, amortização, provisões e imparidades</b>	<b>6.531</b>	<b>8.225</b>	<b>9.715</b>	<b>9.067</b>	<b>-6,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>1.400</b>	<b>796</b>	<b>1.616</b>	<b>906</b>	<b>-43,9%</b>
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>81.963</b>	<b>80.122</b>	<b>74.566</b>	<b>67.799</b>	<b>-9,1%</b>

Destaca-se a diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos, em 6,1 milhões de euros (-20%) que se explica pela diminuição: 3,7 milhões de euros na rubrica subcontratos; 0,8 milhões de euros em combustíveis; 0,8 milhões de euros em serviços especializados; 0,4 milhões em rendas e alugueres e uma diminuição de 45% dos gastos com comunicações correspondendo a 164 mil euros.

Os Gastos com Pessoal registaram um aumento de 0,7 milhões de euros (+2,2%) face a 2012, em resultado do Acórdão nº187/2013 do Tribunal Constitucional, de 05 de Abril de 2013, que declarou como força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro, e determina o pagamento pela Empresa, do

subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês.

Os encargos associados ao referido acórdão ascenderam a cerca de 3,2 milhões de euros, relativos ao reconhecimento do gasto adicional com o subsídio de férias do ano de 2012 e 2013.

### Rendimentos Operacionais

Os Rendimentos Operacionais foram de 61,4 milhões de euros em 2013, registando uma diminuição de 3 milhões de euros (-4,7%), em resultado das alterações da oferta associadas à extinção dos acordos de produção contratada.

Rendimentos (10 <sup>3</sup> €)	2010	2011	2012	2013	13/12
Prestação de Serviços	49.346	50.783	50.072	46.321	-7,5%
Subsídios à Exploração	19.930	18.869	10.729	11.832	10,3%
Outros Rendimentos Operacionais	3.432	4.087	3.595	3.220	-10,4%
Rendimentos Operacionais	72.709	73.738	64.396	61.374	-4,7%

A variação de 1,1 milhões (+10,3%) registada na rubrica Subsídios à Exploração refere-se ao subsídio PAII - Programa de Apoio Integrado a Idosos, no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, pois em 2013 foi reconhecido o valor do ano e uma parcela adicional correspondente ao exercido de 2012.

### EBITDA

O EBITDA cifrou-se em 5,8 milhões de euros, representando uma variação positiva face ao ano anterior de 30%, refletindo a melhoria dos Resultados Operacionais de 37%.

EBITDA (10 <sup>3</sup> €)	2010	2011	2012	2013	13/12
Resultados Operacionais	-9.254	-6.383	-10.170	-6.425	37%
Amortizações, provisões, imparidades e var. justo valor	6.563	7.615	9.541	9.067	-5%
Rendas Leasing (componente financeira)	3.226	3.231	3.241	2.921	-10%
Indemnizações RH	954	2.872	1.820	211	-88%
EBITDA	1.489	7.335	4.432	5.774	30%

## 5.6 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

O Ativo sofreu uma redução de 3 milhões de euros (-3,2%) em 2013 face a 2012. Contribuiu para este resultado a diminuição do ativo não corrente, de 6,5 milhões de euros, explicada essencialmente pela diminuição da rubrica Ativos fixos tangíveis em 7,7 milhões de euros, atenuada pelo aumento do ativo corrente de 3,5 milhões de euros, explicada essencialmente pelo aumento das rubricas Outras Contas a

Receber, no montante de 3,3 milhões de euros.

O Passivo registou um aumento em 2013 de 12,3 milhões de euros (+2,5%) em comparação com 2012, destacando-se os aumentos de 25,3 milhões de euros correspondentes a Financiamentos Obtidos, sendo compensados pela diminuição de 17,9 milhões de euros referentes a Outros Passivos Financeiros. O aumento do endividamento remunerado foi de 6,8%, o que excede o limite de endividamento de 4%, estabelecido no Despacho nº 155/2011 do Ministro de Estado e das Finanças, de 28 de abril.

Em 2013 o Capital Próprio atingiu 423 milhões de euros negativos.

<b>Estrutura do Balanço (10<sup>3</sup> €)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Ativo	114.746	109.617	93.958	90.949	-3,2%
Não Corrente	102.624	95.881	87.070	80.541	-7,5%
Corrente	12.122	13.735	6.889	10.408	51,1%
Capital Próprio e Passivo	114.746	109.617	93.958	90.949	-3,2%
Capital Próprio	-275.747	-330.719	-407.639	-422.997	-3,8%
Passivo	390.493	440.336	501.598	513.946	2,5%
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Endividamento Remunerado (10 <sup>3</sup> €)	335.403	352.970	370.665	395.935	6,8%

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

## 5.7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor negativo de 15.223.813,01 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 24 de abril de 2014

O Conselho de Administração

### **Presidente não executivo:**

(João Velez Carvalho)

### **Vogais executivos:**

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)  
(Alfredo César Vasconcellos Navio)

### **Vogal não executivo:**

(António José Lopes)

## 5.8 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Acionistas em 31 de dezembro de 2013

Relação a que se refere o n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

<b>Acionista</b>	<b>Número de Ações</b>	<b>% do Capital Social</b>
Estado Português	15.929.800	100%

Porto, 24 de abril de 2014

O Conselho de Administração

### **Presidente não executivo:**

(João Velez Carvalho)

### **Vogais executivos:**

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)  
(Alfredo César Vasconcellos Navio)

### **Vogal não executivo:**

(António José Lopes)





# PERSPETIVAS PARA 2014

Para 2014, perspectiva-se a melhoria dos resultados operacionais e do EBITDA, através das seguintes medidas:

- > Inversão da tendência histórica da procura, prevendo-se um crescimento relativamente a 2013.
- > Manutenção dos esforços de ajustamento da oferta em 2014, face a 2013, e descontinuação dos serviços para os quais existam alternativas de transporte mais eficiente.
- > Redução dos custos com pessoal pela adequação do quadro de pessoal às necessidades de uma empresa eficiente e da atualização dos Acordos de Empresa concordantes com a situação da mesma e do país.
- > Eliminação das redundâncias nos serviços e aproveitamento de sinergias pela fusão da STCP com a Metro do Porto, S.A..
- > Obtenção de receitas extraexploração através da geração de receitas fora da atividade central da empresa e alienação de ativos não afetos à exploração.

Em 2014 será lançado o concurso de subconcessão da operação da STCP. A abertura à iniciativa privada será definida através do modelo de concessão da atividade de operação e exploração do serviço de transporte público e tem por objetivo introduzir no sector uma maior focagem da gestão empresarial, na contenção de custos e na atração de novos clientes.



N10

zona  
C4

zona  
C5

zona  
3

zona  
2

zona  
1

STA. CRUZ  
DO BISPO

Parque Meia

MOLEÇA

Araújo

Esposade

LIÇA DO BAIXO

MOLEÇA

guardas

Cândido dos Reis

Fonte do Cuco

Vasco da Gama

Estádio do Mar

Senhora da Hora

Sete Bicas

Capelo

Matosinhos Sul

Câmara Matosinhos

Pedro Hispano

Parque Real

Viso

Ramalde

RANZE

ALDORE

Francos

CASA DA MÚSICA

927 500 222 991  
927 500 222 991  
927 500 222 991

Casa da Música

CELOUTA

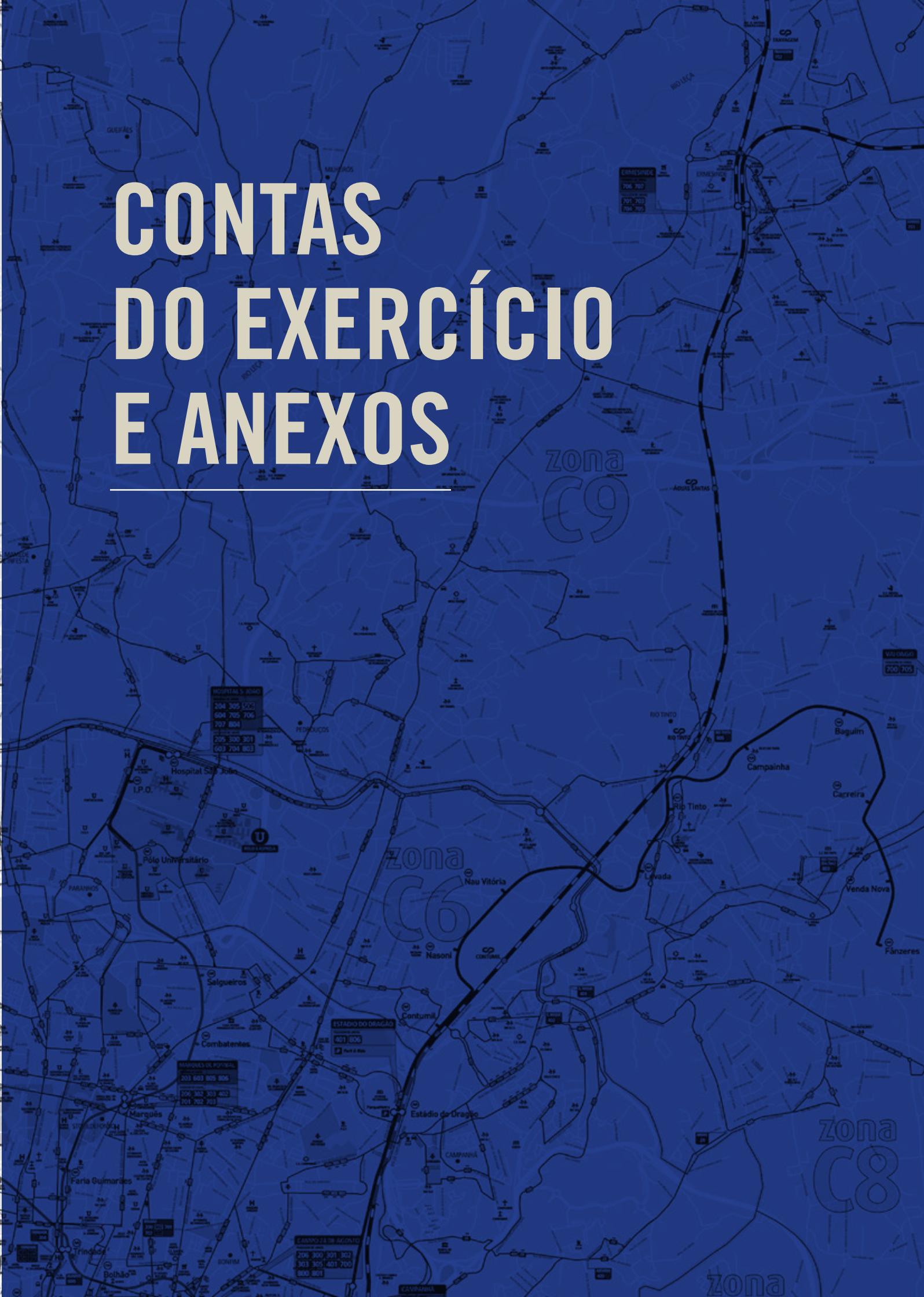
Carolina Michaelis

Lapa

MASSARELOS

LORDILO  
DO OURO

# CONTAS DO EXERCÍCIO E ANEXOS



HOSPITAL S. JOÃO  
204 305 503  
604 705 706  
707 804  
205 300 301  
603 704 803

Hospital São João  
L.P.O.

Polo Universitário

FARMÁCIAS DE POPULAR  
703 603 805 806  
706 303 303 403  
703 703 703

Marguês

ESTÁDIO DO DRAGÃO  
401 000  
Park & Ride

Estádio do Dragão

CARRÃO ZA 18-660000  
706 300 301 302  
703 305 401 700  
800 801

CAMPANIA

zona  
C9

zona  
C6

zona  
C8

zona





# CONTAS DO EXERCÍCIO 2013

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(montantes expressos em euros)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Ativo não corrente</b>		<b>80.540.636,41</b>	<b>87.069.673,10</b>
Ativos fixos tangíveis	8	74.069.749,39	81.806.758,57
Propriedades de investimento	12	5.253.226,00	3.589.026,00
Ativos intangíveis	7	1.020.512,89	1.338.692,95
Participações financeiras - método da equiv. patrimonial	6, 14	125.217,40	135.666,00
Participações financeiras - Outros métodos	6, 15	25.000,00	25.000,00
Outros ativos financeiros	28.1.2.1	46.930,73	174.529,58
<b>Ativo corrente</b>		<b>10.408.350,22</b>	<b>6.888.523,78</b>
Inventários	19	528.442,63	437.454,56
Clientes	28.2.1	2.110.957,37	1.677.976,56
Estado e outros entes públicos	32	1.424.446,55	1.616.858,26
Outras contas a receber	33	5.898.638,80	2.560.695,24
Diferimentos	34	305.898,23	249.672,25
Caixa e depósitos bancários	4	139.966,64	345.866,91
<b>Total do ativo</b>		<b>90.948.986,63</b>	<b>93.958.196,88</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	28.4.1	79.649.000,00	79.649.000,00
Reservas legais	28.4.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	28.4.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados		-528.216.966,77	-455.693.621,83
Ajustamentos em ativos financeiros	28.4.4	122.236,59	122.236,59
Excedentes de revalorização	28.4.3	39.867.800,83	40.808.346,13
Outras variações no capital próprio	28.4.5	704.529,03	812.649,32
Resultado líquido do período		-15.223.813,01	-73.438.560,24
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-422.996.578,11</b>	<b>-407.639.314,81</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>		<b>215.150.861,23</b>	<b>357.850.102,90</b>
Provisões	22	9.084.975,68	6.520.837,69
Financiamentos obtidos	28.1.1	113.460.608,13	237.825.729,23
Responsabilidades por benefícios pós-reforma	29	397.187,00	986.916,00
Outros passivos financeiros	28.1.3	92.208.090,42	112.516.619,98
<b>Passivo corrente</b>		<b>298.794.703,51</b>	<b>143.747.408,79</b>
Fornecedores	31	3.875.164,02	4.301.699,64
Estado e outros entes públicos	32	906.459,44	769.609,44
Financiamentos obtidos	28.1.1	282.474.434,92	132.838.862,53
Outras contas a pagar	33	6.364.129,03	3.877.228,89
Diferimentos	34	2.312.987,27	1.546.472,88
Outros passivos financeiros	28.1.3	2.861.528,83	413.535,41
<b>Total do passivo</b>		<b>513.945.564,74</b>	<b>501.597.511,69</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>90.948.986,63</b>	<b>93.958.196,88</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(montantes expressos em euros)

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Vendas e serviços prestados	21	46.321.490,66	50.071.866,26
Subsídios à exploração	23	11.832.310,39	10.728.612,45
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos	14	-10.448,60	-151,11
Variação nos inventários da produção	19	581,58	-443,01
Trabalhos para a própria entidade	7, 8	47,54	63.763,23
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-1.341.481,92	-1.259.898,26
Fornecimentos e serviços externos	35	-24.846.569,13	-31.021.265,99
Gastos com o pessoal (*)	36	-31.638.133,17	-30.953.527,57
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	19	-439.857,82	-632.639,79
Imparidade das dívidas a receber (Perdas / reversões)	28.2.1.5	-6.865,28	-10.590,00
Provisões (Aumentos / reduções)	22	-2.564.137,99	-2.537.235,14
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	28.1.2.1	-17.598,85	174.529,58
Aumentos/ reduções de justo valor	12	-236.570,00	-309.000,00
Outros rendimentos e ganhos	38	3.219.107,19	3.356.932,87
Outros gastos e perdas	37	-905.999,30	-1.615.439,47
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-634.124,70</b>	<b>-3.944.485,95</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7, 8	-5.791.033,87	-5.816.806,81
Imparidade de activos depreciáveis/amortiz. (perdas/reversões)	13		-409.041,43
<b>Resultados operac. (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-6.425.158,57</b>	<b>-10.170.334,19</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11	12.592.292,26	6.110,40
Juros e gastos similares suportados	11	-21.350.025,02	-63.221.088,30
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-15.182.891,33</b>	<b>-73.385.312,09</b>
Imposto sobre o rendimento do período	26	-40.921,68	-53.248,15
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>28.4.6</b>	<b>-15.223.813,01</b>	<b>-73.438.560,24</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(montantes expressos em euros)

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Rendimentos e gastos</b>		
Vendas e serviços prestados	58.153.801,05	60.800.478,71
Custo das vendas e dos serviços prestados	-56.340.407,30	-59.341.109,48
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.813.393,75</b>	<b>1.459.369,23</b>
Outros rendimentos	3.321.143,35	3.684.570,06
Gastos de distribuição	-2.018.931,34	-2.537.456,15
Gastos administrativos	-4.664.397,71	-6.359.713,44
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	-4.875.718,86	-6.410.995,26
<b>Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-6.424.510,81</b>	<b>-10.164.225,56</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-8.758.380,52	-63.221.086,53
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-15.182.891,33</b>	<b>-73.385.312,09</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-40.921,68	-53.248,15
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-15.223.813,01</b>	<b>-73.438.560,24</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2013</b>	<b>6</b>	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-455.693.621,83	122.236,59	40.808.346,13	812.649,32	-73.438.560,24	-407.639.314,81
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.4				915.215,30		-915.215,30			
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4						-25.330,00			-25.330,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-73.438.560,24			-108.120,29	73.438.560,24	-108.120,29
	<b>7</b>				<b>-72.523.344,94</b>		<b>-940.545,30</b>	<b>-108.120,29</b>	<b>73.438.560,24</b>	<b>-133.450,29</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>								<b>-15.223.813,01</b>	<b>-15.223.813,01</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>								<b>58.214.747,23</b>	<b>-15.357.263,30</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
	<b>10</b>									
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2013</b>	<b>6+7+8+10</b>	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-528.216.966,77	122.236,59	39.867.800,83	704.529,03	-15.223.813,01	-422.996.578,11

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2012</b>	<b>1</b>	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-401.882.431,67	122.236,59	44.857.408,98	979.268,60	-54.545.474,57	-330.719.356,85
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.4				734.284,41		-734.284,41			
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4						-3.314.778,44			-3.314.778,44
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-54.545.474,57			-166.619,28	54.545.474,57	-166.619,28
	<b>2</b>				<b>-53.811.190,16</b>		<b>-4.049.062,85</b>	<b>-166.619,28</b>	<b>54.545.474,57</b>	<b>-3.481.397,72</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>								<b>-73.438.560,24</b>	<b>-73.438.560,24</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>								<b>-18.893.085,67</b>	<b>69.957.162,52</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
	<b>5</b>									
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2012</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80	-455.693.621,83	122.236,59	40.808.346,13	812.649,32	-73.438.560,24	-407.639.314,81

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(montantes expressos em euros)

Notas	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto</b>		
Recebimentos de clientes	48.665.256,59	58.059.113,76
Pagamentos a fornecedores	-30.252.877,21	-37.403.015,62
Pagamentos ao pessoal	-25.015.601,44	-25.581.820,54
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-6.603.222,06</b>	<b>-4.925.722,40</b>
Pagamento/Recebimento do imp. sobre o rendimento	-73.393,94	-8.688,10
Outros recebimentos/pagamentos	8.708.418,00	9.315.632,04
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>2.031.802,00</b>	<b>4.381.221,54</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a :		
Ativos fixos tangíveis	-74.807,01	-1.186.065,83
Ativos intangíveis	-54.271,65	-69.946,03
Outros ativos	-35.059,01	-377.337,00
	<b>-164.137,67</b>	<b>-1.633.348,86</b>
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	17.700,69	354.901,21
Investimento financeiros	112.520,67	
Outros ativos		938,80
Subsídios ao investimento		3.560,60
Juros e rendimentos similares	237.823,44	265.618,07
	<b>368.044,80</b>	<b>625.018,68</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>203.907,13</b>	<b>-1.008.330,18</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	443.524.898,40	218.480.342,83
	<b>443.524.898,40</b>	<b>218.480.342,83</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-414.423.036,10	-170.536.342,83
Juros e gastos similares	-26.536.724,99	-21.224.663,71
Outras operações de financiamento	-5.276.725,96	-5.401.280,63
	<b>-446.236.487,05</b>	<b>-197.162.287,17</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-2.711.588,65</b>	<b>21.318.055,66</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-475.879,52</b>	<b>24.690.947,02</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	-7.249.081,73	-31.940.028,75
Caixa e seus equivalentes no final do período	4 -7.724.961,25	-7.249.081,73



TP 2956  
MAN  
71-LG-10

2168

## NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo decreto-lei nº 202/94 de 23 de julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto. Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

Durante o exercício de 2013 a empresa cumpriu as orientações preconizadas na Lei 66-B/2012 designadamente quanto à redução remuneratória dos trabalhadores e à contenção de despesas e do investimento.

Pelo despacho nº 2429/13-SET à STCP foi-lhe atribuída a autorização para a exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, atenta a relevância da banca comercial na sua atividade.

Em Outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei nº 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo estado, de natureza administrativa ou empresarial independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito sectorial de aplicação do sector público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

Em 2013, no âmbito da certificação obtida em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, foi realizada a 2ª auditoria de acompanhamento, após obtida a renovação da certificação em 2011, que veio a confirmar um desempenho adequado, atestado pelos níveis de eficácia refletidos nos resultados da revisão efetuada e pelo cumprimento dos objetivos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 3.8.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Normativo contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (retificado), e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto.

#### 2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adotado

Não aplicável.

#### 2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável.

#### 2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF: Divulgações transitórias

Não aplicável.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

#### 3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

#### 3.3. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária;
- e
- Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

#### 3.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada

for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

### 3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

### 3.6. Contratos de construção

Não aplicável.

### 3.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como;
- Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### **3.8. Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) são praticamente inexistentes e imateriais.

### **3.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### **3.10. Subsídios do governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo governo de indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

### **3.11. Benefícios pós-reforma**

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o montante da responsabilidade assumida é determinado anualmente, à data de 31 de dezembro, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas pelo BPI PENSÕES.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

### **3.12. Pagamentos com base em ações**

Não aplicável.

### **3.13. Imposto sobre rendimento**

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. No entanto, dado que a empresa não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

### **3.14. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) à data de 31 de dezembro de 2012 (a avaliação anterior reportava-se a 31 de dezembro de 2009) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período

de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado. As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo tangível	(anos de vida útil)				
	Até 1988	1989 e 90	1991 a 01	2002 a 11	2012 a 13
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	10 a 50	10 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 30
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 16
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como: Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

### 3.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.). As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de Ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

### 3.16. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa os puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;

- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual ou sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

### **3.17. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo *goodwill***

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender, e
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### **3.18. Inventários**

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para

efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

### 3.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.20. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os

pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações do mesmo registradas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.
- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.
- As perdas por imparidade são registradas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.
- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.
- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

### 3.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a swap's de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros;
- É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica Outras reservas. Tais ganhos ou perdas registados em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

### 3.22. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

### 3.23. Agricultura

Não aplicável.

### 3.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber;
- Provisões;
- Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis.

### 3.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*“adjusting events”*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*“non adjusting events”*) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Numerário	71.516,32	81.361,35
Depósitos bancários	68.450,32	264.505,56
<b>Caixa e equivalentes de caixa no Balanço</b>	<b>139.966,64</b>	<b>345.866,91</b>
Descobertos bancários	-7.864.927,89	-7.594.948,64
<b>Caixa e equivalentes na Demonstração de fluxos de caixa</b>	<b>-7.724.961,25</b>	<b>-7.249.081,73</b>

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores. Em 2012, procedeu-se à revisão da estimativa da vida útil dos carros elétricos, passando a sua vida útil de 16 para 30 anos. O impacto desta alteração nas contas de 2012 não é materialmente relevante.

## 6. PARTES RELACIONADAS

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

<b>Designação Social</b>	<b>Sede</b>	<b>% Part.</b>	<b>Atividade</b>
<b>Subsidiárias</b>			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
<b>Associadas</b>			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,3%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
<b>Outras participadas</b>			
Metro do Porto, S.A.	Porto	16,6%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2013 e 2012, encontram-se descritos no ponto 4.3. deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2013 e 2012, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Descrição das transações	2013				Total
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	
Compras de ativos fixos				41.250,00	41.250,00
Serviços obtidos	-499,06	1.141.511,85		144.719,96	1.285.732,75
Serviços prestados	132,68	37.416.441,76		252.833,65	37.669.408,09

Descrição das transações	2012				Total
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	
Compras de inventários	5.968,25				5.968,25
Compras de ativos fixos	25.349,41			41.250,00	66.599,41
Serviços obtidos	15.012,20	2.111.760,29		109.895,15	2.236.667,64
Serviços prestados	30.992,89	42.397.299,29		223.287,66	42.651.579,84

Saldos com partes relacionadas em 2013 e 2012:

Saldos	2013				Total
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	
Contas a receber correntes	163,19	2.469.119,50		62.577,50	2.531.860,19
Contas a pagar correntes	3.395,10	620.646,37		85.884,90	709.926,37

Saldos	2012				Total
	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	
Contas a receber correntes		1.821.168,81		24.281,96	1.845.450,77
Contas a pagar correntes	8.169,11	341.390,71		68.549,33	418.109,15

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

<b>Ativos intangíveis</b>	<b>Projetos de desenvolvimento</b>	<b>Programas de computador</b>	<b>Propriedade industrial</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Ativos intangíveis em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Valor líquido a 01.01.2013</b>		<b>318.243,10</b>	<b>1.776,50</b>	<b>977.423,35</b>	<b>41.250,00</b>	<b>1.338.692,95</b>
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo a 01.01.2013	88.749,10	5.022.563,50	98.439,49	1.106.517,00	41.250,00	6.357.519,09
Movimentos de 2013						
Adições					41.250,00	41.250,00
Abates/vendas						
Regular. e transferências						
Saldo a 31.12.2013	88.749,10	5.022.563,50	98.439,49	1.106.517,00	82.500,00	6.398.769,09
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Saldo a 01.01.2013	-88.749,10	-4.704.320,40	-96.662,99	-129.093,65		-5.018.826,14
Movimentos de 2013						
Gastos de amortização		-137.848,86	-277,80	-221.303,40		-359.430,06
Saldo a 31.12.2013	-88.749,10	-4.842.169,26	-96.940,79	-350.397,05		-5.378.256,20
<b>Valor líquido a 31.12.2013</b>		<b>180.394,24</b>	<b>1.498,70</b>	<b>756.119,95</b>	<b>82.500,00</b>	<b>1.020.512,89</b>

<b>Ativos intangíveis</b>	<b>Projetos de desenvolvimento</b>	<b>Programas de computador</b>	<b>Propriedade industrial</b>	<b>Outros ativos intangíveis</b>	<b>Ativos intangíveis em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Valor líquido a 01.01.2012</b>		<b>445.980,23</b>			<b>50.763,00</b>	<b>496.743,23</b>
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo a 01.01.2012	88.749,10	5.006.024,51	96.639,49		50.763,00	5.242.176,10
Movimentos de 2012						
Adições		16.538,99	1.800,00	1.106.517,00	41.250,00	1.166.105,99
Abates/vendas						
Regular. e transferências					-50.763,00	-50.763,00
Saldo a 31.12.2012	88.749,10	5.022.563,50	98.439,49	1.106.517,00	41.250,00	6.357.519,09
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Saldo a 01.01.2012	-88.749,10	-4.560.044,28	-96.639,49			-4.745.432,87
Movimentos de 2012						
Gastos de amortização		-144.276,12	-23,50	-129.093,65		-273.393,27
Saldo a 31.12.2012	-88.749,10	-4.704.320,40	-96.662,99	-129.093,65		-5.018.826,14
<b>Valor líquido a 31.12.2012</b>		<b>318.243,10</b>	<b>1.776,50</b>	<b>977.423,35</b>	<b>41.250,00</b>	<b>1.338.692,95</b>

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação e as despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

<b>Rubricas do ativo fixo intangível</b>	<b>anos de vida útil</b>
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 5
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

Movimentos ocorridos nos exercícios de 2013 e de 2012 nos ativos intangíveis em curso:

	<b>Saldo 01.01.2013</b>	<b>Aquisições</b>	<b>TPPE(*)</b>	<b>Regulariz. e Transferências</b>	<b>Abates/ Alienações</b>	<b>Saldo 31.12.2013</b>
Programas de computador	41.250,00	41.250,00				82.500,00
	<b>41.250,00</b>	<b>41.250,00</b>				<b>82.500,00</b>
	<b>Saldo 01.01.2012</b>	<b>Aquisições</b>	<b>TPPE(*)</b>	<b>Regulariz. e Transferências</b>	<b>Abates/ Alienações</b>	<b>Saldo 31.12.2012</b>
Programas de computador	50.763,00	41.250,00		-50.763,00		41.250,00
	<b>50.763,00</b>	<b>41.250,00</b>		<b>-50.763,00</b>		<b>41.250,00</b>

(\*) TPPE - Trabalhos para a própria entidade

No ano de 2013, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis no montante de 27.500 euros.

2956



## 8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Adiantamento		Total de ativos fixos tangíveis
							Ativos tangíveis em curso	por conta de ativos tangíveis	
<b>Valor líquido a 01.01.2013</b>	<b>32.509.561,00</b>	<b>19.819.174,92</b>	<b>27.588.488,00</b>	<b>103.847,11</b>	<b>170.702,73</b>	<b>1.091.193,11</b>	<b>523.791,70</b>		<b>81.806.758,57</b>
<b>Ativo bruto</b>									
Saldo a 01.01.2013	35.091.899,83	32.772.573,46	85.693.951,41	1.541.724,05	4.278.439,09	1.845.410,51	523.791,70		161.747.790,05
Movimentos de 2013									
Revalorizações									
Adições		47,54	3.608,65		22.527,89				26.184,08
Abates/vendas		-36.027,44	-1.378.723,89		-34.921,66		-51.552,91		-1.501.225,90
Regular. e transferências	-4.404.753,85	54.403,98	2.970,17				-387.614,21		-4.734.993,91
Saldo a 31.12.2013	30.687.145,98	32.790.997,54	84.321.806,34	1.541.724,05	4.266.045,32	1.845.410,51	84.624,58		155.537.754,32
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo a 01.01.2013		-12.821.902,68	-58.105.463,41	-1.437.876,94	-4.107.736,36	-754.217,40			-77.227.196,79
Movimentos de 2013									
Gastos de depreciação e amortização		-1.340.264,19	-3.981.567,67	-52.398,65	-57.106,84	-266,46			-5.431.603,81
Revalorizações									
Abates/vendas		19.707,00	1.371.705,67		34.563,84				1.425.976,51
Regular. e transferências									
Saldo a 31.12.2013		-14.142.459,87	-60.715.325,41	-1.490.275,59	-4.130.279,36	-754.483,86			-81.232.824,09
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>									
Saldo a 01.01.2013	-2.582.338,83	-131.495,86							-2.713.834,69
Transferências	2.478.653,85								2.478.653,85
Reversões									
Saldo a 31.12.2013	-103.684,98	-131.495,86							-235.180,84
<b>Valor líquido a 31.12.2013</b>	<b>30.583.461,00</b>	<b>18.517.041,81</b>	<b>23.606.480,93</b>	<b>51.448,46</b>	<b>135.765,96</b>	<b>1.090.926,65</b>	<b>84.624,58</b>		<b>74.069.749,39</b>

A coluna das adições de 2013, inclui 47,54 euros de trabalhos para a própria empresa em edifícios e outras construções

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transp.	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Adiantam.		Total de ativos fixos tangíveis
							Ativos tangíveis em curso	por conta de ativos tangíveis	
<b>Valor líquido a 01.01.2012</b>	<b>37.125.349,10</b>	<b>18.777.845,14</b>	<b>31.155.222,64</b>	<b>194.407,65</b>	<b>239.395,68</b>	<b>1.097.072,68</b>	<b>2.075.298,45</b>	<b>24.726,00</b>	<b>90.689.317,34</b>
<b>Ativo bruto</b>									
Saldo a 01.01.2012	39.246.902,95	28.968.601,69	87.851.436,05	1.842.987,24	4.305.217,80	1.332.854,01	2.075.298,45	24.726,00	165.648.024,19
Movimentos de 2012									
Revalorizações	-4.155.003,12	3.080.378,57							-1.074.624,55
Adições		379.847,74	708.876,52	2.063,33	19.673,33		64.539,15		1.175.000,07
Abates/vendas			-2.438.961,94	-303.296,53	-46.452,04				-2.788.710,51
Regular. e transferências		343.745,46	-427.399,22	-29,99		512.556,50	-1.616.045,90	-24.726,00	-1.211.899,15
Saldo a 31.12.2012	35.091.899,83	32.772.573,46	85.693.951,41	1.541.724,05	4.278.439,09	1.845.410,51	523.791,70		161.747.790,05
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo a 01.01.2012		-10.007.517,14	-56.696.213,41	-1.648.579,59	-4.065.822,12	-235.781,33			-72.653.913,59
Movimentos de 2012									
Gastos de deprec. e amortização		-1.145.331,12	-4.212.176,42	-92.623,87	-87.402,56	-5.879,57			-5.543.413,54
Revalorizações		-1.579.153,89							-1.579.153,89
Abates/vendas			2.200.499,38	303.296,53	45.488,32				2.549.284,23
Regular. e transferências		-89.900,53	602.427,04	29,99		-512.556,50			
Saldo a 31.12.2012		-12.821.902,68	-58.105.463,41	-1.437.876,94	-4.107.736,36	-754.217,40			-77.227.196,79
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>									
Saldo a 01.01.2012	-2.121.553,85	-183.239,41							-2.304.793,26
Aumentos	-460.784,98								-460.784,98
Reversões		51.743,55							51.743,55
Saldo a 31.12.2012	-2.582.338,83	-131.495,86							-2.713.834,69
<b>Valor líquido a 31.12.2012</b>	<b>32.509.561,00</b>	<b>19.819.174,92</b>	<b>27.588.488,00</b>	<b>103.847,11</b>	<b>170.702,73</b>	<b>1.091.193,11</b>	<b>523.791,70</b>		<b>81.806.758,57</b>

As linhas das adições e regularizações e transferências de 2012, incluem 63.763,23 euros de trabalhos para a própria empresa (20.083,05 euros para equipamento básico e 43.680,18 euros para ativos fixos tangíveis em curso).

À data de 31 de dezembro de 2012, a empresa solicitou uma avaliação independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à revalorização destes.

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2012.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento - Método de Capitalização Direta e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 7.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é geralmente o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido, exceto como parte integrante de um “negócio em continuidade”, pode-se atribuir o “Justo Valor” usando uma abordagem pelo “rendimento” ou pelo “Custo de Reposição Depreciado”.

Importa realçar que neste processo de avaliação - para os ativos fixos tangíveis e portanto na sua avaliação considerando o seu uso continuado, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

Para os restantes ativos fixos tangíveis, foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado, conforme já referido.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de reavaliação teve por base uma visita realizada ao exterior de alguns dos imóveis e visitas a dois imóveis (Francos e Massarelos) em que houve alteração das premissas; para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis. O relatório foi realizado com base no relatório de avaliação anterior (N-5168 de dezembro de 2009).
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais tomamos como corretos.
- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização global de cada imóvel.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

<b>Rubrica</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Terrenos e recursos naturais	2.416.292,84	4.342.392,84
Edifícios e outras construções	7.188.812,79	7.555.953,45
	<b>9.605.105,63</b>	<b>11.898.346,29</b>

Não se procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado que não existem situações que se enquadrem neste âmbito. Desta forma a alínea a) do parágrafo 73 da NCRF 7 não é aplicável.

No ano de 2013, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 59.760,40 euros (divulgação ao abrigo da alínea c) do parágrafo 73 da NCRF 7).

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2013 e de 2012, nos ativos tangíveis em curso:

	<b>Saldo 01.01.2013</b>	<b>Aquisições</b>	<b>TPPE(*)</b>	<b>Regularizações e Transferências</b>	<b>Abates/ Alienações</b>	<b>Saldo 31.12.2013</b>
Edifícios e outras construções	64.539,15			-64.539,15		
Equipamento básico	459.252,55			-323.075,06	-51.552,91	84.624,58
	<b>523.791,70</b>			<b>-387.614,21</b>	<b>-51.552,91</b>	<b>84.624,58</b>

	<b>Saldo 01.01.2012</b>	<b>Aquisições</b>	<b>TPPE(*)</b>	<b>Regularizações e Transferências</b>	<b>Abates/ Alienações</b>	<b>Saldo 31.12.2012</b>
Edifícios e outras construções	866.980,68	20.858,97	43.680,18	-866.980,68		64.539,15
Equipamento básico	1.208.317,77			-749.065,22		459.252,55
	<b>2.075.298,45</b>	<b>20.858,97</b>	<b>43.680,18</b>	<b>-1.616.045,90</b>		<b>523.791,70</b>

No exercício de 2013 não se verificaram movimentos nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

Movimento ocorrido no exercício de 2012, nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

	<b>Saldo 01.01.2012</b>	<b>Aquisições</b>	<b>TPPE(*)</b>	<b>Regularizações e Transferências</b>	<b>Abates/ Alienações</b>	<b>Saldo 31.12.2012</b>
Terrenos e recursos naturais	24.726,00			-24.726,00		
	<b>24.726,00</b>			<b>-24.726,00</b>		

(\*) TPPE - Trabalhos Para a Própria Entidade

## 9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

## 10. LOCAÇÕES

### 10.1. Locações financeiras – locatários

Nos exercícios de 2013 e 2012, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante de 5.823.486,02 euros (inclui 546.760,06 euros de juros) e de 6.265.775,72 euros (inclui 864.495,09 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 20.547.213,35 euros e 23.484.510,16 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

Anos	2013			2012		
	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2013				4.289.582,77	445.448,58	4.735.031,35
2014	4.392.918,14	337.438,15	4.730.356,29	4.393.303,77	336.264,59	4.729.568,36
2015	4.819.214,31	229.413,66	5.048.627,97	4.819.245,92	228.736,88	5.047.982,80
2016	1.855.598,35	115.414,65	1.971.013,00	1.855.769,72	115.022,48	1.970.792,20
2017	1.883.154,19	87.858,81	1.971.013,00	1.883.234,09	87.558,11	1.970.792,20
2018	1.911.119,29	59.893,72	1.971.013,01	1.911.104,87	59.687,30	1.970.792,17
Após 2018	3.023.070,35	36.824,34	3.059.894,69	3.022.854,60	36.696,48	3.059.551,08
<b>Total</b>	<b>17.885.074,63</b>	<b>866.843,33</b>	<b>18.751.917,96</b>	<b>22.175.095,74</b>	<b>1.309.414,42</b>	<b>23.484.510,16</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo em regime de locação financeira era a seguinte:

Descrição	2013			2012		
	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor Líquido	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
<b>Propriedades de investimento</b>						
Terrenos e recursos naturais	2.460.351,85		2.460.351,85	2.460.351,85		2.460.351,85
<b>Ativos fixos tangíveis</b>						
Equipamento Básico	33.858.200,00	14.233.241,18	19.624.958,82	34.131.350,78	11.785.206,51	22.346.144,27
<b>Total</b>	<b>36.318.551,85</b>	<b>14.233.241,18</b>	<b>22.085.310,67</b>	<b>36.591.702,63</b>	<b>11.785.206,51</b>	<b>24.806.496,12</b>

## 10.2 Locação operacional

Nos exercícios de 2013 e 2012, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 5.436.621,31 euros e 5.871.113,00 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2013	2012
2013		4.716.724,09
2014	3.091.673,14	3.103.644,93
2015	1.610.802,07	1.620.131,50
<b>Total</b>	<b>4.702.475,21</b>	<b>9.440.500,52</b>

## 11. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2013 e de 2012:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Juros de financiamentos obtidos	14.442.268,64	15.008.082,91
Juros de instituições crédito e financeiras	9.777.903,36	9.418.329,76
Empréstimos bancários	8.992.356,39	7.863.595,90
Descobertos bancários	346.500,39	861.751,51
Leasing	439.046,58	692.982,35
Juros de financiamentos por valores mobiliários - obrigações	4.664.365,28	5.589.753,15
Juros de outros instrumentos financeiros	4.452.006,61	4.025.429,67
Outros gastos e perdas de financiamento – relativos a financiamentos obtidos	2.455.749,77	1.918.183,34
Despesas e descontos c/emissão financiamentos	34.419,93	36.151,28
Taxa de aval	442.777,66	442.725,35
Comissões e outros encargos	1.259.792,27	870.880,30
Imp. selo utilização capital	718.759,91	568.426,41
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	<b>21.350.025,02</b>	<b>20.951.695,92</b>
<b>Perdas por reduções de justo valor - Em instrumentos financeiros</b>		<b>42.269.392,38</b>
<b>Juros e gastos similares suportados na demonstração resultados</b>	<b>21.350.025,02</b>	<b>63.221.088,30</b>

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2013 e de 2012:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Juros obtidos	652,98	6.108,96
De depósitos	5,22	0,33
De outros financiamentos concedidos	647,76	6.108,63
Outros rendimentos e ganhos de financiamento		1,44
<b>Juros e rendimentos similares obtidos por. Ditos</b>	<b>652,98</b>	<b>6.110,40</b>
<b>Ganhos por aumentos de justo valor - em instrumentos financeiros</b>	<b>12.591.639,28</b>	
<b>Juros e rendimentos similares obtidos na demonstração resultados</b>	<b>12.592.292,26</b>	<b>6.110,40</b>

Os ganhos por aumentos de justo valor com instrumentos financeiros derivados incluem o montante de 7.717 mil euros relativos ao gasto com a liquidação antecipada de uma das operações.

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

## 12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2013 e a 31 de dezembro de 2012, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por uma entidade especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida (CPU Consultores de Avaliação, Lda.)

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respetivamente para o ano de 2013 e ano de 2012. O valor de mercado a determinar para efeitos de reporte contabilístico, poderá ser equiparado ao definido no SNC como “Justo Valor”. No âmbito da avaliação, o Justo Valor será calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento - Método de Capitalização Direta ou Método de “Discounted Cash Flows” e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 11. Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho teve por base os relatórios de avaliação anteriores, tendo sido realizada uma visita ao exterior de alguns dos imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais tomamos como corretos.
- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.

A avaliação das propriedades de investimento foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível – correspondendo este valor ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a melhor utilização possível ou, caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e critério do rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 38, como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas.”

Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na rubrica das propriedades de investimento, foi o seguinte:

Propriedades investimento	2013			Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	
<b>Saldo a 01.01.2013</b>	<b>2.542.210,00</b>	<b>1.022.090,00</b>	<b>24.726,00</b>	<b>3.589.026,00</b>
Variação justo valor	-216.200,00	-20.370,00		-236.570,00
Variação justo valor /reversão excedente revalorização	-13.400,00	-11.930,00		-25.330,00
Transferências	1.926.100,00			1.926.100,00
<b>Saldo a 31.12.2013</b>	<b>4.238.710,00</b>	<b>989.790,00</b>	<b>24.726,00</b>	<b>5.253.226,00</b>

Propriedades investimento	2012			Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	
<b>Saldo a 01.01.2012</b>	<b>3.269.740,00</b>	<b>1.264.560,00</b>		<b>4.534.300,00</b>
Variação justo valor	-254.540,00	-54.460,00		-309.000,00
Variação justo valor /reversão excedente revalorização	-472.990,00	-188.010,00		-661.000,00
Transferências			24.726,00	24.726,00
<b>Saldo a 31.12.2012</b>	<b>2.542.210,00</b>	<b>1.022.090,00</b>	<b>24.726,00</b>	<b>3.589.026,00</b>

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2013 e 2012, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Propriedades investimento	2013		2012	
	Arrendados	Para valorização	Arrendados	Para valorização
Rendimentos				
Rendimentos de Rendas	247.442,64		252.517,56	
Gastos				
Gastos diretos	-29.832,02	-5.005,97	-29.737,57	12.184,90
<b>Resultado</b>	<b>217.610,62</b>	<b>-5.005,97</b>	<b>222.779,99</b>	<b>12.184,90</b>

### 13. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar, o que se espera venha a ficar clarificado com a contratualização do serviço público, cujo processo está em curso.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das atividades sociais que impõe.

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Adicionalmente, chama-se a atenção que para a classe de Edifícios e terrenos se obtiveram avaliações de mercado, efetuadas por avaliadores independentes, no exercício de 2012 e 2013, para a classe de ativos catalogada como propriedades de investimento, e no exercício de 2012, para a classe de ativos catalogados como ativos fixos tangíveis, tendo sido, nos casos identificados, registrada a correspondente perda por imparidade.

Em 2013 não se registaram movimentos nas perdas por imparidade dos ativos fixos tangíveis. Em 31 de dezembro de 2012, os movimentos nas perdas por imparidades, nos ativos fixos tangíveis, foram registrados por contrapartida das seguintes rubricas:

#### Ativos fixos tangíveis 2012

<b>Demonstração dos resultados – Perdas por imparidade ativos fixos tangíveis</b>		<b>409.041,43</b>
- Aumentos		460.784,98
- Reversões		-51.743,55
<b>Capital próprio - Excedentes de revalorização</b>		<b>4.216.621,53</b>
- Reversão do Excedentes de revalorização por perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis		4.216.621,53

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontra-se na nota 8.

## 14. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS VALORIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

<b>Ano de 2013</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Capital próprio</b>	<b>Rendimentos</b>	<b>Resultado líquido</b>	<b>% Detenção</b>
<b>Subsidiárias</b>						
STCP Serviços	74.994,80	28.064,07	46.930,73	39,43	-17.598,85	100,00%
<b>Empresas associadas</b>						
TIP, ACE	11.210.808,00	15.826.455,00	4.615.646,00	6.179.215,00	243.394,00	33,33%
Transpublicidade, S.A.	848.048,00	221.961,00	626.087,00	499.895,00	-52.182,00	20,00%
<b>Ano de 2012</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Capital próprio</b>	<b>Rendimentos</b>	<b>Resultado líquido</b>	<b>% Detenção</b>
<b>Subsidiárias</b>						
STCP Serviços	424.268,45	249.738,87	174.529,58	118.343,73	-18.101,34	100,00%
<b>Empresas associadas</b>						
TIP, ACE	10.491.115,00	14.826.402,00	-4.335.287,00	5.616.754,00	-729.486,00	33,33%
Transpublicidade, S.A.	1.027.305,00	349.036,00	678.269,00	471.101,00	-816,00	20,00%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

Em virtude de a proporção da empresa nos resultados negativos da STCP Serviços e TIP ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a aplicação do método de equivalência patrimonial foi interrompida em exercícios anteriores.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Participações financeiras		
Saldo inicial	135.666,00	135.817,11
Regularizações – método da equivalência patrimonial	-10.448,60	-151,11
Outras variações		
Saldo final	125.217,40	135.666,00
Perdas por imparidade		
<b>Ativos líquidos</b>	<b>125.217,40</b>	<b>135.666,00</b>

## 15. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS VALORIZADAS POR OUTROS MÉTODOS

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registradas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método de equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

	2013		2012	
	Justo valor	Ao custo	Justo valor	Ao custo
Participações financeiras				
Saldo inicial		25.000,00		25.000,00
Saldo final		25.000,00		25.000,00
Perdas por imparidade				
<b>Ativos líquidos</b>		<b>25.000,00</b>		<b>25.000,00</b>

## 16. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

## 17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

## 18. AGRICULTURA

Não aplicável.

## 19. INVENTÁRIOS

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013			2012		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia Líquida
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.728.566,14	-1.201.484,38	527.081,76	1.198.301,83	-761.626,56	436.675,27
Produtos e trabalhos em curso	1.360,87		1.360,87	779,29		779,29
	<b>1.729.927,01</b>	<b>-1.201.484,38</b>	<b>528.442,63</b>	<b>1.199.081,12</b>	<b>-761.626,56</b>	<b>437.454,56</b>

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Inventário Inicial	1.198.301,83	721.100,63
Compras	1.252.001,72	1.170.818,56
Regularizações (*)	619.744,51	566.280,90
Custo das matérias consumidas	-1.341.481,92	-1.259.898,26
Inventário final	<b>1.728.566,14</b>	<b>1.198.301,83</b>

(\*) Em 2013 e 2012, o montante de 572.768,76 euros e de 528.330,22 euros, respetivamente, dizem respeito à transferência de materiais, da via e rede e acessórios do carro elétrico, dos ativos tangíveis em curso para inventários, por já não serem necessários nas obras.

Varição dos Produtos e trabalhos em curso, nos exercícios de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Saldo Inicial	779,29	1.222,30
Regularizações		
Varição dos inventários da produção	581,58	-443,01
Saldo final	<b>1.360,87</b>	<b>779,29</b>

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2013 e de 2012:

Ano de 2013	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	761.626,56	439.857,82		1.201.484,38
Produtos e trabalhos em curso				

<b>Ano de 2012</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo Final</b>
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	128.986,77	632.639,79		761.626,56
Produtos e trabalhos em curso				

O aumento das imparidades de inventários deve-se essencialmente à descontinuação do tarifário monomodal ocasional sem contacto a partir de 1 de Janeiro de 2013 e materiais relativos à via e rede cujo valor realizável líquido é inferior ao seu custo de aquisição.

## 20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

## 21. RÉDITOS

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro de 2013 e 2012, todo realizado em território nacional:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prestação de Serviços	46.321.490,66	50.071.866,26
Transporte público de passageiros (*)	46.201.982,11	49.941.325,93
Aluguer de viaturas	121.459,25	130.540,33
Descontos e abatimentos	-1.950,70	
Rendimentos suplementares	1.941.082,46	2.054.908,69
Aluguer de equipamento	2.650,00	7.407,14
Royalties	170,73	2.313,82
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	12.325,00	59.677,56
Outros rendimentos suplementares	1.925.936,73	1.985.510,17
Serviços de manutenção	679.082,21	560.054,40
Publicidade	432.769,94	438.983,37
Cedências de trabalhadores	54.867,32	43.135,61
Renda e cedência espaço	212.614,25	342.369,43
Prestação de serviços de assessoria e outros	152.194,05	147.614,76
Venda sucata e outros bens	87.991,09	32.784,24
Vendas e serviços do museu	19.383,37	70.360,81
Outros	287.034,50	350.207,55
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	247.442,64	252.517,56
Juros obtidos	652,98	6.108,96
	<b>48.510.668,74</b>	<b>52.385.401,47</b>

(\*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral

(art.º 3º do Decreto-Lei nº 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado Decreto-Lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29/06/2006, o acordo para o tarifário 4\_18@escola.tp foi celebrado em 29/01/2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 01/09/2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal “Passe Social+”, destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

Assim, a empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rêdito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

## 22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2013. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2013, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data (nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas).

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2013 e de 2012:

	2013			Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	
Processos judiciais em curso	2.838.551,87	2.556.226,27		5.394.778,14
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	475.294,01		11.408,02	463.885,99
Outras Provisões	3.206.991,81	104.541,00	85.221,26	3.226.311,55
	<b>6.520.837,69</b>	<b>2.660.767,27</b>	<b>96.629,28</b>	<b>9.084.975,68</b>
<b>(Aumentos) e reduções de provisões</b>			<b>-2.564.137,99</b>	

	<b>2012</b>			<b>Saldo Final</b>
	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Reversões</b>	
Processos judiciais em curso	1.886.497,02	952.054,85		2.838.551,87
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	484.691,43		9.397,42	475.294,01
Outras Provisões (*)	1.612.414,10	1.617.115,50	22.537,79	3.206.991,81
	<b>3.983.602,55</b>	<b>2.569.170,35</b>	<b>31.935,21</b>	<b>6.520.837,69</b>
<b>(Aumentos) e reduções de provisões</b>			<b>-2.537.235,14</b>	

(\*) Foi constituída uma provisão para a associada TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE, no valor de 1.445.339 euros, a 31.12.2012, e reforçada, em 31.12.2013, para 1.538.549 euros, na proporção dos capitais próprios negativos da associada no final de cada exercício.

A empresa tem pendentes contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário da empresa.
- Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, S.A. e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros nº 52/2003, de 27 de março, que atribui àqueles operadores, nesse ano, determinados montantes de Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nestes dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respetivamente na sua qualidade de acionista e de responsável pela compensação do serviço público prestado.

O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores no que respeita aos processos judiciais referidos decorre do seu entendimento sobre a efetiva e legítima titularidade dos imóveis e, em segunda linha, sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio:

- No processo intentado pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português acerca da propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do então designado Serviço de Transportes Colectivos do Porto, tem a empresa a convicção que o desfecho deste processo judicial será a confirmação de que os ativos em causa lhe pertencem e que, na hipótese de diferente resultado, é ao Estado e não à empresa que incumbe a solução prevista também na petição inicial: eventual pagamento de uma indemnização ao Município equivalente ao valor que for atribuído ao(s) imóvel (imóveis) que eventualmente a sentença final viesse a decidir pertencer(em) a este último. Esta ação encontra-se ainda numa fase de avaliação sobre se o Tribunal tem competência para julgar este processo, não sendo expectável desfecho definitivo nos próximos anos.
- No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, o Estado já dispõe dos dados necessários para comprovar que a verba atribuída à STCP (única que nos compete saber) não foi sequer suficiente para cobrir os custos a mais suportados com o serviço de natureza social que lhe é imposto nas obrigações de serviço público cumpridas nesse ano. O montante que pudesse eventualmente ser objeto de devolução ao Estado Português deveria ser atribuído à STCP como aumento de capital, na sua qualidade de acionista único.

Do acima exposto, podemos concluir que estes passivos são contingentes porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

## 23. SUBSÍDIOS

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2013 e de 2012:

Subsídios	2013				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
<b>Subsídios à exploração:</b>	11.832.310,39	10.211.320,80	1.620.989,59	8.590.331,21	
Orçamento do estado	10.211.320,80	10.211.320,80		10.211.320,80	
Inst.Gest.Fin.Seg.Soc.- PAII	1.620.989,59		1.620.989,59	1.620.989,59	
<b>Subsídios relacionados com ativos</b>	6.859.378,57			108.120,29	6.435.898,17
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>6.771.309,63</b>			<b>107.963,62</b>	<b>6.355.990,37</b>
- Edifícios e outras construções	330.531,01			4.245,24	248.141,82
- Equipamento básico	6.240.585,54			102.859,72	5.979.974,53
- Equipamento administrativo	73.556,02			858,66	72.739,01
- Outros ativos fixos tangíveis	55.135,01				55.135,01
- Ativos tangíveis em curso	71.502,05				
<b>Propriedades investimento</b>	<b>15.397,52</b>				<b>7.236,38</b>
- Edifícios	15.397,52				7.236,38
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>72.671,42</b>			<b>156,67</b>	<b>72.671,42</b>
Programas de computador	72.671,42			156,67	72.671,42
	<b>4.972.931,82</b>	<b>10.211.320,80</b>	<b>1.620.989,59</b>	<b>8.482.210,92</b>	<b>6.435.898,17</b>

Subsídios	2012				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
<b>Subsídios à exploração:</b>	10.728.612,45	10.211.320,75	517.291,70	10.728.612,45	
Orçamento do estado	10.211.320,75	10.211.320,75		10.211.320,75	
Inst.Gest.Fin.Seg.Soc.- PAII	517.291,70		517.291,70	517.291,70	
<b>Subsídios relacionados com ativos</b>	6.925.105,90	3.560,60		170.179,88	6.393.505,21
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>6.837.036,96</b>	<b>3.560,60</b>		<b>169.875,92</b>	<b>6.313.754,08</b>
- Edifícios e outras construções	330.531,01			4.245,24	243.896,58
- Equipamento básico	6.305.516,04	3.560,60		161.607,35	5.942.045,31
- Equipamento administrativo	74.352,85			1.240,85	72.677,18
- Outros ativos fixos tangíveis	55.135,01			2.782,48	55.135,01
- Ativos tangíveis em curso	71.502,05				
<b>Propriedades investimento</b>	<b>15.397,52</b>				<b>7.236,38</b>
- Edifícios	15.397,52				7.236,38
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>72.671,42</b>			<b>303,96</b>	<b>72.514,75</b>
Programas de computador	72.671,42			303,96	72.514,75
	<b>17.653.718,35</b>	<b>10.214.881,35</b>	<b>517.291,70</b>	<b>10.898.792,33</b>	<b>6.393.505,21</b>

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

## 24. ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

No exercício de 2012 não ocorreram operações em moeda estrangeira. No exercício de 2013 ocorreram operações em libras esterlinas mas de montantes irrelevantes.

## 25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em 05 de abril, foi proferido o Acórdão nº187/2013 do Tribunal Constitucional que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Essa decisão determinou o pagamento pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês. Assim, o exercício de 2013 viu os seus gastos com pessoal agravados em 1.651.445,25 euros relativos ao subsídio de férias do exercício de 2012.

## 26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua situação deficitária, suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e efetua o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

A 31 de dezembro de 2013, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 119.128.994,79 euros, conforme detalhe abaixo:

Anos	Prejuízos fiscais
2007	24.714.364,80
2008	22.643.194,03
2009	19.864.827,20
2010	6.223.946,09
2011	18.614.042,09
2012	27.068.620,58
	<b>119.128.994,79</b>

## 27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No exercício de 2013 e 2012 não temos informação relevante a relatar.



906

OBRIGADO  
POR CADER  
A PASSAGEM

SAIDA DE EMERGENCIA

OPERAÇÕES

OPERAÇÕES

P 32-36-LZ

115

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 28.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

<b>Ativos Financeiros - Ano de 2013</b>	<b>Empréstimos concedidos e Contas a receber</b>	<b>Disponíveis para venda</b>	<b>Não abrangidos IFRS7</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos não correntes</b>	<b>46.930,73</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.930,73</b>
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Outros ativos financeiros	46.930,73			46.930,73
<b>Ativos correntes</b>	<b>3.874.526,92</b>	<b>0,00</b>	<b>4.275.035,89</b>	<b>8.149.562,81</b>
Clientes	2.110.957,37			2.110.957,37
Outras contas a receber	1.623.602,91		4.275.035,89	5.898.638,80
Caixa e depósitos bancários	139.966,64			139.966,64
	<b>3.921.457,65</b>	<b>25.000,00</b>	<b>4.275.035,89</b>	<b>8.221.493,54</b>

<b>Passivos financeiros - Ano de 2013</b>	<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados</b>	<b>Não abrangidos IFRS7</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos não correntes</b>	<b>99.968.451,64</b>	<b>92.208.090,42</b>	<b>13.492.156,49</b>	<b>205.668.698,55</b>
Financiamentos obtidos	99.968.451,64		13.492.156,49	113.460.608,13
Outros passivos financeiros		92.208.090,42		92.208.090,42
<b>Passivos correntes</b>	<b>282.325.713,33</b>	<b>2.861.528,83</b>	<b>10.388.014,64</b>	<b>295.575.256,80</b>
Fornecedores	3.875.164,02			3.875.164,02
Financiamentos obtidos	278.066.072,43		4.408.362,49	282.474.434,92
Outras contas a pagar	384.476,88		5.979.652,15	6.364.129,03
Outros passivos financeiros		2.861.528,83		2.861.528,83
	<b>382.294.164,97</b>	<b>95.069.619,25</b>	<b>23.880.171,13</b>	<b>501.243.955,35</b>

<b>Ativos Financeiros - Ano de 2012</b>	<b>Empréstimos concedidos e Contas a receber</b>	<b>Disponíveis para venda</b>	<b>Não abrangidos IFRS7</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos não correntes</b>	<b>174.529,58</b>	<b>25.000,00</b>		<b>199.529,58</b>
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Outros ativos financeiros	174.529,58			174.529,58
<b>Ativos correntes</b>	<b>3.576.802,56</b>		<b>1.007.736,15</b>	<b>4.584.538,71</b>
Clientes	1.677.976,56			1.677.976,56
Outras contas a receber	1.552.959,09		1.007.736,15	2.560.695,24
Caixa e depósitos bancários	345.866,91			345.866,91
	<b>3.751.332,14</b>	<b>25.000,00</b>	<b>1.007.736,15</b>	<b>4.784.068,29</b>

<b>Passivos Financeiros - Ano de 2012</b>	<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados</b>	<b>Não abrangidos IFRS7</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos não correntes</b>	<b>219.940.216,26</b>	<b>112.516.619,98</b>	<b>17.885.512,97</b>	<b>350.342.349,21</b>
Financiamentos obtidos	219.940.216,26		17.885.512,97	237.825.729,23
Outros passivos financeiros		112.516.619,98		112.516.619,98
<b>Passivos correntes</b>	<b>133.270.224,39</b>	<b>413.535,41</b>	<b>7.747.566,67</b>	<b>141.431.326,47</b>
Fornecedores	4.301.699,64			4.301.699,64
Financiamentos obtidos	128.528.361,67		4.310.500,86	132.838.862,53
Outras contas a pagar	440.163,08		3.437.065,81	3.877.228,89
Outros passivos financeiros		413.535,41		413.535,41
	<b>353.210.440,65</b>	<b>112.930.155,39</b>	<b>25.633.079,64</b>	<b>491.773.675,68</b>

Em 2013 e 2012, a STCP apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- Empréstimos concedidos e contas a receber;
- Disponíveis para venda;
- Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2013 e 2012, encontram-se nesta situação as rubricas de clientes, outras contas a receber, caixa e depósitos bancários e outras contas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade (exceção prevista no ponto 29 alínea b) da IFRS7). Assim, não procedemos à sua divulgação.

Restam os instrumentos financeiros derivados, incluídos na rubrica Outros passivos financeiros, já escriturados ao justo valor.

### 28.1.1. Financiamentos obtidos

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Financiamentos obtidos	Ano de 2013					
	Total	Custo amortizado Corrente	Não Corrente	Total	Montante nominal Corrente	Não Corrente
Inst. Crédito e sociedades financeiras	174.811.448,14	161.319.291,65	13.492.156,49	174.295.864,82	160.803.708,33	13.492.156,49
Emprést. Bancários	149.046.001,27	149.046.001,27		148.545.862,30	148.545.862,30	
Emprést. Descobertos bancários	7.864.927,89	7.864.927,89		7.864.927,89	7.864.927,89	
Locação Financeira	17.900.518,98	4.408.362,49	13.492.156,49	17.885.074,63	4.392.918,14	13.492.156,49
Mercado de Valores Mobiliários	221.123.594,91	121.155.143,27	99.968.451,64	220.000.000,00	120.000.000,00	100.000.000,00
Emprést. Obrigacion. não convertíveis	221.123.594,91	121.155.143,27	99.968.451,64	220.000.000,00	120.000.000,00	100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 07	100.104.865,41	136.413,77	99.968.451,64	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 09	121.018.729,50	121.018.729,50		120.000.000,00	120.000.000,00	
	<b>395.935.043,05</b>	<b>282.474.434,92</b>	<b>113.460.608,13</b>	<b>394.295.864,82</b>	<b>280.803.708,33</b>	<b>113.492.156,49</b>

Financiamentos obtidos	Ano de 2012					
	Total	Custo amortizado Corrente	Não Corrente	Total	Montante nominal Corrente	Não Corrente
Inst. Crédito e sociedades financeiras	149.676.361,11	131.790.848,14	17.885.512,97	149.214.044,38	131.328.531,41	17.885.512,97
Emprést. Bancários	119.885.398,64	119.885.398,64		119.444.000,00	119.444.000,00	
Emprést. Descobertos bancários	7.594.948,64	7.594.948,64		7.594.948,64	7.594.948,64	
Locação Financeira	22.196.013,83	4.310.500,86	17.885.512,97	22.175.095,74	4.289.582,77	17.885.512,97
Mercado de Valores Mobiliários	220.988.230,65	1.048.014,39	219.940.216,26	220.000.000,00		220.000.000,00
Emprést. Obrigacion. não convertíveis	220.988.230,65	1.048.014,39	219.940.216,26	220.000.000,00		220.000.000,00
Emp. Obrigacionista 07	99.999.733,91	35.457,10	99.964.276,81	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 09	120.988.496,74	1.012.557,29	119.975.939,45	120.000.000,00		120.000.000,00
	<b>370.664.591,76</b>	<b>132.838.862,53</b>	<b>237.825.729,23</b>	<b>369.214.044,38</b>	<b>131.328.531,41</b>	<b>237.885.512,97</b>

Todos os empréstimos estão denominados em euros.

Os empréstimos denominados correntes são compostos por contratos de linhas de contas correntes, descoberto autorizado e operações de mútuo e de hot-money, num total de 12 linhas de apoio à tesouraria, em 31 de dezembro de 2013, nas seguintes condições: taxas de juro indexadas à Euribor de 1, 3 e 6 meses, e vencimentos, ou renovações, mensais ou trimestrais.

A partir de 2 de dezembro de 2013 e por aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 29.º do decreto-lei nº 133/2013, de 03 de outubro, que determina que as empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado, não abrangidas pelo disposto no n.º 1 do mesmo diploma, que numa base anual, apresentem capital próprio negativo, só podem aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a qual solicita parecer da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, EPE, quanto às condições financeiras aplicáveis. A STCP, enquadrada no regime previsto no referido decreto-lei, passou a apresentar previamente o pedido formal de autorização de cada uma das operações.

Em outubro de 2013, o empréstimo obrigacionista, com emissão colocada em 2009, no montante de 120 milhões de euros, com garantia pessoal do Estado Português, passou a ser catalogado como empréstimo corrente dado que o seu vencimento ocorrerá em Outubro de 2014, ao seu valor nominal.

O empréstimo não corrente, em vigor a 31 de dezembro de 2013, caracteriza-se como se segue:

Em junho de 2007, foi emitido um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe Call-Option, a partir do 5º ano, total ou parcial. As obrigações foram admitidas à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011. Tem a Garantia do Estado Português.

Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.

As condições de financiamento dos empréstimos não correntes vigentes, em 2013, são as seguintes:

<b>Empréstimo</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa juro</b>	<b>Periodicidade</b>
Empréstimos obrigacionistas não convertíveis			
Obrigacionista 2007	05-Jun-22	Euribor6M+0,0069%	Semestral
Obrigacionista 2009	09-Out-14	3,61%	Semestral

A 31 de dezembro de 2013 a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

## 28.1.2. Outros ativos financeiros

### 28.1.2.1. Não corrente

A rubrica Outros ativos financeiros não correntes, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, inclui os empréstimos concedidos, sob a forma de prestações acessórias, à participada STCP Serviços.

<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.400.000,00	1.510.000,00
<b>Quantia bruta</b>	<b>1.400.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.353.069,27	-1.335.470,42
<b>Quantia escriturada</b>	<b>46.930,73</b>	<b>174.529,58</b>
<b>Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (Perdas/reversões)</b>	<b>-17.598,85</b>	<b>174.529,58</b>

Em final de 2013 foram restituídos 110.000 euros de prestações acessórias pela participada.

Esta rubrica encontra-se em imparidade atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária.

### 28.1.2.2. Corrente

Nada a referir.

## 28.1.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o justo valor destes instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

<b>Financiamento coberto</b>	<b>2013</b>				
	<b>Montante nocional</b>	<b>Maturidade</b>	<b>Justo valor</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>
Obrigacionista 2007	25.000.000,00	05-jun-22	-95.069.619,25	-2.861.528,83	-92.208.090,42
<b>Outros passivos financeiros</b>			<b>-95.069.619,25</b>	<b>-2.861.528,83</b>	<b>-92.208.090,42</b>
<b>Financiamento coberto</b>	<b>2012</b>				
	<b>Montante nocional</b>	<b>Maturidade</b>	<b>Justo valor</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>
Obrigacionista 2007	25.000.000,00	05-Jun-22	-101.433.437,41	-265.425,69	-101.168.011,72
Obrigacionista 2007	25.000.000,00	05-Jun-22	-11.496.717,98	-148.109,72	-11.348.608,26
<b>Outros passivos financeiros</b>			<b>-112.930.155,39</b>	<b>-413.535,41</b>	<b>-112.516.619,98</b>

Terminou em 9 de Maio de 2013, mediante acordo assinado entre as partes, uma das operações de cobertura de risco de taxa de juro que a empresa detinha, a 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, a empresa detém em carteira, uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. A maturidade desta operação atinge-se em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal de Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo a empresa contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, a STCP desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorra.

Na pendência do litígio, a STCP informou a Instituição que suspendeu o pagamento do cupão devido no dia 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação.

Do exposto, em 31 de dezembro de 2013, o justo valor, do instrumento derivado em carteira, inclui, na parte catalogada como corrente, 2.438.641,83 euros relativos a juros vencidos e não pagos.

A empresa não procedeu à constituição de nenhuma provisão por eventuais juros de mora face à incerteza na sua determinação. Apenas foi constituída provisão para os encargos judiciais com o processo.

Detalhe das variações de justo valor, em 2013 e 2012:

<b>Financiamento coberto</b>	<b>Montante nominal</b>	<b>Maturidade</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Obrigacionista 2007	25.000.000,00	05-jun-22	8.959.921,30	-39.030.426,77
Obrigacionista 2007	25.000.000,00	05-jun-22	3.631.717,98	-3.238.965,61
			<b>12.591.639,28</b>	<b>-42.269.392,38</b>

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Assim, as variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2013 e 2012, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros/Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 11), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares recebidos/obtidos.

De referir ainda que as variações de justo valor de 2013 incluem o montante de 7.717 mil euros relativos ao gasto com a liquidação antecipada, por acordo das partes em 9 de Maio de 2013, de uma das operação de cobertura de risco de taxa de juro que a empresa detinha.

Esta matéria é abordada no ponto 5.4.3 deste Relatório e Contas.

## **28.2. Gestão de riscos**

### **28.2.1. Riscos de mercado**

#### **28.2.1.1. Risco de taxa de juro**

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo o controlo e a minimização do custo da dívida dentro das contingências da negociação e da concessão do crédito.

A dívida da empresa a instituições financeiras encontra-se na sua maioria diretamente exposta ao risco de variação de taxa de juro, estando apenas uma operação de financiamento, de médio longo prazo, a taxa fixa.

Os financiamentos contratados pela STCP estão essencialmente expostos à variação da Euribor 1M e 3M, nas operações de curto prazo, e, Euribor 6M, no que se refere ao financiamento de médio e longo prazo.

## **Análise de sensibilidade**

### **a) Operações não correntes**

Efetuada uma análise de sensibilidade à exposição do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, estima-se que os encargos apresentariam, face à previsão de 2014, um aumento de 371 mil euros, para um incremento de 1% na taxa de juro.

### **b) Operações correntes**

A dívida corrente está exposta a variações da taxa Euribor. A carteira, já atrás descrita, comporta 12 linhas cujo montante a 31 de dezembro de 2013 ascendia a cerca de 154 milhões de euros.

Efetuada uma análise de sensibilidade, uma variação do nível de taxa de +1% na taxa de juro implicaria um aumento de 1,62 milhões de euros face aos encargos previstos para o ano de 2014, tendo por base de cálculo a dívida existente utilizada em 31 de dezembro de 2013.

#### **28.2.1.2. Risco de subida do preço do crédito**

A empresa, pela parcela de dívida de curto prazo que gere, está exposta ao comportamento dos preços de crédito de mercado.

#### **28.2.1.3. Risco de taxa de câmbio**

Pela sua natureza a empresa não está exposta a este risco.

#### **28.2.1.4. Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez é de importância capital numa empresa que gera um cash-flow de tesouraria insuficiente para se auto-sustentar.

O modelo de financiamento assenta em capitais alheios e a política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos com todos os parceiros de atividade.

Com a finalidade de mitigar este risco a empresa:

1. Procede ao planeamento da tesouraria da empresa para um horizonte temporal alargado, reportando mensalmente à Tutela;
2. Procura dispor de um leque de apoios de curto prazo com as melhores condições que o mercado oferece, dentro dos limites de segurança adequada à tesouraria;
3. Sempre que possível procura diversificar fontes de financiamento e também maturidades, procedendo igualmente a consolidações de passivo dentro das condicionantes conjunturais e de mercado;
4. Tem presente os princípios orientadores para o sector, tentando antecipar contingências e reportando às Tutelas as previsões e execuções em curso;
5. E, por último, contrata com contrapartes credíveis, numa ótica de continuidade.

As responsabilidades com os cash flows futuros relativos aos empréstimos não correntes, são os seguintes:

Anos	Juros	Reembolso	Cash-flow
2014	4.675.865,56	120.000.000,00	124.675.865,56
2015	342.665,56		342.665,56
2016	342.665,56		342.665,56
2017	342.665,56		342.665,56
2018	342.665,56		342.665,56
2019	342.665,56		342.665,56
2020	342.665,56		342.665,56
2021	342.665,56		342.665,56
2022	171.332,78	100.000.000,00	100.171.332,78
	<b>7.245.857,22</b>	<b>220.000.000,00</b>	<b>227.245.857,22</b>

Reportado a 31 de dezembro de 2013, a empresa possuía cerca de 174 milhões de euros de linhas de curto prazo, disponíveis para utilização.

#### 28.2.1.5. Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se que o crédito seja liquidado em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar este risco a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Entende-se que, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as perdas por imparidade registadas, resultantes de dívidas a receber, refletem a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

Detalhe da rubrica de Clientes e Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2013	2012
<b>Sem registo de imparidade</b>		
<b>Clientes c/c</b>	<b>2.110.957,37</b>	<b>1.677.976,56</b>
<b>Não vencido</b>	<b>2.027.786,78</b>	<b>1.604.253,15</b>
<b>Vencido</b>	<b>83.170,59</b>	<b>73.723,41</b>
<30	1.594,50	6.065,75
<60	2.492,95	5.321,05
<90	2.096,58	2.842,35
<120	3.429,70	20.839,32
<180	4.312,95	1.333,34
>=180	69.243,91	37.321,60
<b>Com registo de imparidade</b>		
<b>Clientes c/c</b>	<b>10.315,12</b>	<b>6.890,00</b>
<b>Vencido</b>	<b>10.315,12</b>	<b>6.890,00</b>
>=180	10.315,12	6.890,00

	2013	2012
<b>Sem registo de imparidade</b>		
<b>Outros devedores</b>	<b>1.238.832,25</b>	<b>1.249.870,59</b>
<b>Não vencido</b>	<b>256.524,68</b>	<b>179.914,42</b>
<b>Vencido</b>	<b>982.307,57</b>	<b>1.069.956,17</b>
<30	174.559,98	235.589,30
<60	110.560,18	95.932,91
<90	94.600,36	102.300,73
<120	174.807,23	133.241,56
<180	32.662,81	268.571,12
>=180	395.117,01	234.320,55
<b>Com registo de imparidade</b>		
<b>Outros devedores</b>	<b>916.782,70</b>	<b>913.342,54</b>
<b>Não vencido</b>	<b>384,37</b>	
<b>Vencido</b>	<b>916.398,33</b>	<b>913.342,54</b>
<90	307,50	
<180	230,62	
>=180	915.860,21	913.342,54

As dívidas em mora há mais de 90 dias são essencialmente de entidades de capitais exclusivamente públicos. As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas, tendo sido reforçadas as imparidades, no exercício de 2013 e 2012, em 6.865,28 euros e 10.590,00 euros, respetivamente, para dívidas de clientes e outros devedores. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013, as imparidades clientes e outros devedores ascendem a 927.097,82 euros. A imparidade acumulada mais relevante que transita de exercícios anteriores refere-se à dívida a seguir indicada:

- 910 milhares de euros relativos à indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

### 28.2.2. Covenants

Na contratação das operações financeiras, a empresa diligencia no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao standard de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de “covenants” habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de default, cross default, negative pledge e pari passu, acordadas e aceites pelas contrapartes.

Há a assinalar também a existência de cláusulas de ownership do Estado Português.

Os “covenants” acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de ownership que obrigam à detenção do capital da empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

### 28.3. Gastos, rendimentos, perdas e ganhos

Os gastos e perdas, bem como os ganhos e rendimentos, relativos aos empréstimos obtidos e aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 11.

## 28.4. Instrumentos de capital próprio

### 28.4.1. Capital social

Em 2013 e 2012, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa corresponde apenas à rubrica Capital social, no montante de 79.649 milhares de euros, e encontra-se totalmente realizada. O capital social é representado por 15.929.800 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada.

Nos dois exercícios não ocorreram quaisquer movimentos no capital social da empresa, de que o Estado Português é detentor de 100%.

### 28.4.2. Reservas

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

<b>Reservas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85

### 28.4.3. Excedente de revalorização

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, em 2013 e 2012

	<b>Ativos fixos tangíveis</b>
<b>Saldo a 01.01.2012</b>	<b>44.857.408,98</b>
Amortizações	-734.284,41
Reversão da Revalorização (*)	-4.877.621,53
Aumento da Revalorização	1.562.843,09
<b>Saldo a 31.12.2012</b>	<b>40.808.346,13</b>
<b>Saldo a 01.01.2013</b>	<b>40.808.346,13</b>
Amortizações	-915.215,30
Reversão da Revalorização (*)	-25.330,00
Aumento da Revalorização	0,00
<b>Saldo a 31.12.2013</b>	<b>39.867.800,83</b>

(\*) Em 2013, o montante de 25.330 euros diz respeito à reversão de perdas com imparidade de propriedades de investimento que transitaram de ativos fixos tangíveis com reserva de revalorização constituída. Em 2012, este valor foi de 661.000 euros.

#### 28.4.4. Ajustamentos em ativos financeiros

Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Ajustamentos de transição	-32.560,03	-32.560,03
STCP Serviços	-5.000,00	-5.000,00
Transpublicidade	-27.560,03	-27.560,03
Lucros não atribuídos	154.796,62	154.796,62
Transpublicidade	154.796,62	154.796,62
<b>Ajust. em activos financeiros - relativos ao método de equiv. patrimonial</b>	<b>122.236,59</b>	<b>122.236,59</b>

#### 28.4.5. Outras variações nos capitais próprios

Outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Subsídios relacionados com ativos	423.480,40	531.600,69
Bens amortizáveis - Valor atribuído	6.859.378,57	6.925.105,90
Bens amortizáveis - Transferido para resultados	-6.435.898,17	-6.393.505,21
Doações	281.048,63	281.048,63
<b>Outras Variações no capital próprio</b>	<b>704.529,03</b>	<b>812.649,32</b>

#### 28.4.6. Resultado por ação

Resultado por ação nos anos de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Resultados líquidos do período	-15.223.813,01	-73.438.560,24
Nº médio ponderado de ações	15.929.800	15.929.800
<b>Resultado por ação básico</b>	<b>-0,96</b>	<b>-4,61</b>

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

## 29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A empresa possuía, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, no seu artigo 75º, veio consagrar novas regras a aplicar ao pagamento de complementos de pensões por parte das empresas do sector público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios, apurados a 1 de janeiro do corrente ano. Estas novas regras impõem que unicamente poderão continuar a ser pagos os complementos de reforma que somados às pensões auferidas pelo beneficiário (da Segurança Social ou da Caixa

Geral de Aposentações ou de outro sistema de proteção social) sejam iguais ou inferiores a 600 euros, e apenas será admissível o pagamento de complementos de pensão em relação a situações já constituídas a 31 de Dezembro de 2013.

Por força do seu capital ser exclusivamente público, a STCP é considerada uma empresa pública do sector público empresarial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro. Cumulativamente tem vindo a apresentar resultados líquidos negativos nos últimos 3 anos. Assim, o regime previsto no art.º 75 da lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplica-se à STCP.

Pelos motivos expostos, à data de 31 de dezembro de 2013, o cálculo das responsabilidades assumidas pela empresa com o plano de benefícios definidos foi ajustado tendo por base as alterações impostas pela lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI - Aberto, procedendo com a assinatura do contrato de adesão a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2013	2012
Custo com serviços passados de reformados	1.983.302,00	2.989.571,00
Custo com serviços passados ativos		
<b>Responsabilidade do fundo</b>	<b>1.983.302,00</b>	<b>2.989.571,00</b>

A avaliação atuarial das responsabilidades, em 2013 e 2012, utilizou o método da unidade de crédito projetada e teve por base os seguintes pressupostos atuariais:

Principais pressupostos	2013	2012
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxa de desconto	2,50%	2,50%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%
Taxa de rendimento	5,10%	5,30%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (*)	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Pela Lei 83-C/2013, a taxa de crescimento passa a ser nula	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social
Taxa de crescimento do teto (**)	Sem crescimento, valor fixo de 600,00 Euros	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros
<b>Pressupostos demográficos</b>		
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável

(\*) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

(\*\*) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548, 68 euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 euros. De 2007 até 31-12-2013, o teto era de 650 euros. Em 31-12-2013, pelo art.º 75 da Lei 83-C/2013, passou a 600 euros.

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Valor dos ativos no fundo no início do exercício	2.002.655,00	2.110.582,00
Contribuições empresa		238.288,00
Pensões pagas	-478.415,00	-497.949,00
Rendimento efetivo	61.875,00	151.734,00
Valor dos ativos no fundo no final do exercício	1.586.115,00	2.002.655,00

À data do encerramento das contas, de acordo com o atual nível de financiamento, não se estima contribuições para o fundo no ano de 2014.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Responsabilidades no início do exercício	2.989.571,00	2.932.811,00
Custo com serviços correntes		
Custo dos juros sobre as responsabilidades	68.578,00	126.812,00
Pensões pagas	-478.415,00	-497.949,00
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	152.251,00	95.914,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto		331.983,00
Perdas e (Ganhos) de cortes/alterações no plano	-748.683,00	
Responsabilidades no final do exercício	1.983.302,00	2.989.571,00

Uma alteração na taxa de desconto para menos 1% resultaria num aumento das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 111.895 euros, e uma alteração na taxa de desconto para mais 1% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 100.165 euros.

Uma alteração na taxa de crescimento das pensões para mais 1% resultaria num aumento das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 415.055 euros, e uma alteração na taxa de crescimento das pensões para menos 1% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 347.623 euros.

No decurso dos exercícios de 2013 e de 2012, as responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, reconhecidos na rubrica Gastos com o pessoal foram as seguintes:

	2013	2012
Custos com serviços correntes		
Custo dos juros	68.578,00	126.812,00
Rentabilidade esperada	-89.567,00	-97.917,00
Perdas e (Ganhos) de alterações no plano de benefícios definidos	-748.683,00	
Perdas e (Ganhos) atuarias:		
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	152.251,00	95.914,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	27.692,00	-53.817,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto		331.983,00
	<b>-589.729,00</b>	<b>402.975,00</b>

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

Ano	Responsabilidades do fundo	Valor dos ativos no fundo	Défice/Superavit do fundo	Taxa de cobertura do fundo
2009	3.491.295,00	2.626.274,00	-865.021,00	75%
2010	3.267.798,00	2.338.541,00	-929.257,00	72%
2011	2.932.811,00	2.110.582,00	-822.229,00	72%
2012	2.989.571,00	2.002.655,00	-986.916,00	67%
2013	1.983.302,00	1.586.115,00	-397.187,00	80%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Composição	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Ações	571.001	36,0%	696.924	34,8%
Imobiliário	682.029	43,0%	34.045	1,7%
Obrigações Taxa Indexada	95.167	6,0%	152.202	7,6%
Obrigações Taxa Fixa	31.722	2,0%	875.160	43,7%
Retorno Absoluto	31.722	2,0%	10.013	0,5%
Liquidez	174.473	11,0%	234.311	11,7%
	<b>1.586.115</b>		<b>2.002.655</b>	

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o valor patrimonial da adesão da STCP ao Fundo de Pensões BPI Aberto BPI Valorização era respetivamente de 1.586.115 euros e de 2.002.655 euros, representando 1,1 % e 1,4% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem, na sua composição, ativos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

### 30. DIVULGAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Nada a relatar.

## 31. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
<b>Fornecedores c/c</b>	<b>3.875.164,02</b>	<b>4.301.699,64</b>
<b>Não vencido</b>	<b>2.817.722,01</b>	<b>3.571.012,56</b>
<b>Vencido</b>	<b>690.519,09</b>	<b>359.408,22</b>
<30	192.348,83	206.637,57
<60	53.311,25	29.245,84
<90	18.308,33	32.236,81
<120	17.328,03	8.728,16
<180	58.292,66	30.769,45
>=180	350.929,99	51.790,39
<b>Em receção e conferência</b>	<b>366.922,92</b>	<b>371.278,86</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Fornecedores de investimento</b>	<b>28.801,74</b>	<b>77.244,00</b>
<b>Não vencido</b>	<b>12.207,36</b>	
<b>Vencido</b>	<b>16.594,38</b>	<b>77.244,00</b>
<30	16.594,38	77.244,00
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Outros credores</b>	<b>232.245,92</b>	<b>238.872,19</b>
<b>Não vencido</b>	<b>110.284,68</b>	<b>110.433,92</b>
<b>Vencido</b>	<b>121.961,24</b>	<b>128.438,27</b>
<30	94.278,20	648,85
<60	354,47	557,97
<90	12.566,47	4,47
<120	66,47	0,64
<180	132,94	1,28
>=180	14.562,69	127.225,06

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

## 32. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	579.899,58		490.000,00	5.142,18
IRC - pagamento por conta	560.000,00		490.000,00	
IRC -A pagar				5.142,18
IRC -A recuperar	19.899,58			
Retenção de impostos sobre rendimentos		286.176,27		177.484,50
Imposto sobre o valor acrescentado	844.546,97		1.126.858,26	
IVA- A recuperar/reembolsos pedidos	844.546,97		1.126.858,26	
Contribuições para a Segurança Social		608.014,37		583.915,56
Outras tributações		12.268,80		3.067,20
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>1.424.446,55</b>	<b>906.459,44</b>	<b>1.616.858,26</b>	<b>769.609,44</b>

## 33. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

Detalhe das outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

<b>Outras contas a pagar</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fornecedores de investimento c/c	28.801,74	77.244,00
Credores por acréscimos de gastos	5.979.652,15	3.437.065,81
Pessoal	121.012,15	122.068,56
Clientes e outros devedores - saldos credores	2.417,07	1.978,33
Credores diversos	232.245,92	238.872,19
	<b>6.364.129,03</b>	<b>3.877.228,89</b>

<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fornecimento e serviços externos	2.383.917,69	1.311.222,37
Subcontratos	72.737,99	36.941,34
Trabalhos especializados	1.371.291,61	798.145,05
Energia e outros fluidos	67.069,18	16.320,82
Serviços diversos	872.818,91	459.815,16
Custos com pessoal	3.481.740,31	2.033.160,84
Outros gastos e perdas	113.994,15	88.210,60
Encargos financeiros		4.472,00
	<b>5.979.652,15</b>	<b>3.437.065,81</b>

Detalhe das outras contas a receber em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Devedores por acréscimos de rendimentos	4.275.035,89	1.007.736,15
Pessoal	380.431,01	302.157,59
Fornecedores e outros credores - saldos devedores	4.339,65	930,91
Devedores diversos	2.155.614,95	2.163.213,13
<b>Quantia bruta</b>	<b>6.815.421,50</b>	<b>3.474.037,78</b>
Perdas por Imparidade acumuladas	-916.782,70	-913.342,54
<b>Quantia escriturada</b>	<b>5.898.638,80</b>	<b>2.560.695,24</b>

<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prestações de serviços	1.535.653,70	425.430,37
Subsídios à exploração	2.138.281,29	517.291,70
Outros rendimentos e ganhos - Proveitos suplementares	97.793,98	20.602,89
Outros rendimentos e ganhos - Outros	503.292,04	43.975,34
Juros a receber	14,88	435,85
	<b>4.275.035,89</b>	<b>1.007.736,15</b>

## 34. DIFERIMENTOS

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

<b>Diferimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Ativo - Gastos a reconhecer</b>	<b>305.898,23</b>	<b>249.672,25</b>
Fornecimento e serviços externos	270.596,79	182.281,92
Outros gastos e perdas	35.301,44	67.390,33
Encargos financeiros		
<b>Passivo - Rendimentos a reconhecer</b>	<b>2.312.987,27</b>	<b>1.546.472,88</b>
Prestações de serviços	401.476,87	322.832,08
Subsídios à exploração	1.032.931,06	
Outros rendimentos e ganhos	878.579,34	1.223.640,80

## 35. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Subcontratos	1.018.689,22	4.731.920,57
Serviços especializados	6.231.223,28	7.038.530,31
Trabalhos especializados	320.374,97	884.604,84
Publicidade e propaganda	13.593,56	27.581,70
Vigilância e segurança	259.394,02	300.533,15
Honorários	76.405,03	75.348,54
Comissões	1.939.998,02	1.990.587,74
Conservação e reparação	3.218.566,73	3.328.314,76
Comunicação e informação Público	18.281,66	24.272,02
Fiscalização da receita	380.160,00	380.160,00
Outros	4.449,29	27.127,56
Materiais	44.820,11	67.009,43
Energia e fluidos	10.026.036,05	10.870.143,97
Eletricidade	520.133,65	519.369,55
Combustíveis	9.479.264,93	10.323.685,78
Outros	26.637,47	27.088,64
Deslocações, estadas e transportes	2.281,16	1.941,72
Serviços diversos	7.523.519,31	8.311.719,99
Rendas e alugueres	5.513.331,27	5.943.139,82
Comunicação	197.148,37	360.685,66
Seguros	493.847,54	578.712,28
Royalties	130.482,03	120.406,83
Contencioso e notariado	11.508,57	22.786,53
Despesas de representação	2.705,83	4.903,19
Limpeza, higiene e conforto	1.015.151,84	1.105.397,00
Outros serviços	159.343,86	175.688,68
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>24.846.569,13</b>	<b>31.021.265,99</b>

## 36. GASTOS COM PESSOAL

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	166.973,70	271.331,23
Remunerações do pessoal	25.462.607,47	22.728.952,22
Benefícios pós emprego	-541.606,73	450.514,29
Indemnizações	211.222,77	1.819.838,16
Encargos com remunerações	5.770.092,81	5.038.829,89
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	262.061,72	279.232,88
Gastos com ação social	229.085,97	276.419,69
Outros gastos com o pessoal	77.695,46	88.409,21
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>31.638.133,17</b>	<b>30.953.527,57</b>

Mantém-se as medidas de contenção remuneratória aplicadas às empresas do setor empresarial do estado, que se verifica desde 2010, decorrentes da aplicação das leis nº 55-A/2010 e nº 64-B/2011 e 66-B/2012, que obrigam e regulamentam a redução remuneratória a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida seja superior a 1.500 euros, o congelamento das progressões na carreira em termos remuneratórios, e a redução do efetivo.

No exercício de 2013, não é possível verificar esta tendência de redução devido ao impacto do reconhecimento em 2013 dos efeitos da aplicação do acórdão nº187/2013, de 5 de abril, do Tribunal Constitucional, que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro, e determinou o pagamento pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês, bem como da aplicação da lei n.º 66-B/2012, que repôs o pagamento integral do subsídio de natal desde 01.01.2013.

Assim, o exercício de 2013 sofreu um agravamento no montante de 3.161 milhares euros, relativos ao reconhecimento do gasto adicional com o subsídio de férias do ano de 2012 e 2013, bem como do gasto adicional com subsídio de natal relativo a 2013, no montante 1.600 milhares de euros.

### 37. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas operacionais, a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
Outros gastos e perdas	890.203,45	1.594.995,85
Impostos	170.373,59	100.808,29
Impostos diretos	88.602,35	58.057,41
Impostos indiretos	29.765,96	8.699,88
Taxas	52.005,28	34.051,00
Perdas em inventários	5.629,59	6.448,22
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	110.087,38	37.055,02
Outros gastos e perdas	604.112,89	1.450.684,32
Donativos	74.734,00	82.616,76
Quotizações	9.869,00	49.740,75
Insuficiência estimativa para impostos		32.946,38
Indemnizações por sinistros	454.393,97	886.983,73
Outros Gastos e Perdas Operacionais	65.115,92	398.396,70
Ganhos e perdas de financiamento operacionais	15.795,85	20.443,62
Juros suportados -outros juros	538,53	13,68
Outros gastos e perdas de financiamento – outros	15.257,32	20.429,94
<b>Outros gastos e perdas operacionais</b>	<b>905.999,30</b>	<b>1.615.439,47</b>

## 38. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe de outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Rendimentos suplementares	1.941.082,46	2.054.908,69
Descontos de pronto pagamento obtidos	573,07	11.281,88
Ganhos em inventários	52.605,34	44.398,90
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	520.027,14	323.950,73
Outros rendimentos e ganhos	704.819,18	922.392,67
Excesso da estimativa para impostos	582,47	
Imputação de subsídios para investimentos	108.120,29	170.179,88
Sinistros	233.898,19	288.937,20
Outros subsídios	12.850,46	146.457,13
Benefícios e penalidades contratuais	242.144,38	240.547,25
Outros não especificados	107.223,39	76.271,21
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>3.219.107,19</b>	<b>3.356.932,87</b>

## 39. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

<b>Beneficiário da Garantia</b>	<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.430,41	447.430,41
		<b>447.430,41</b>	<b>447.430,41</b>

## 40. NÚMERO DE TRABALHADORES

Durante os exercícios de 2013 e de 2012 o efetivo médio ao serviço da empresa foi respetivamente de 1.245 e 1.287 trabalhadores. Em 31 de dezembro de 2013 o efetivo era de 1.231 trabalhadores e de 1.262 em 31 de dezembro de 2012.

## 41. CAPITAL PRÓPRIO NEGATIVO

No exercício de 2013 a empresa incorreu num prejuízo de 15.223.813,01 euros verificando-se que, nessa data, o passivo total excede o ativo total em 422.996.578,11 euros.

Apesar de a empresa apresentar continuamente resultados negativos, é entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantido dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

Porto, 24 de abril de 2014

O técnico oficial de contas n.º 6622

**O Conselho de Administração**

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo



1

PASSEIO ALEGRE

TRIPLE  
DESTILADO  
DUPLA  
SUAVIDADE

TRIPLE  
DESTILADO  
DUPLA  
SUAVIDADE

zona  
3.5t



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS**

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53  
Registada na CMVM com o nº.1975  
Contribuinte nº.502 138 394*

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA****INTRODUÇÃO**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da "SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A." (Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 90 949 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 422 997 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 15 224 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados; e
- f) a informação financeira prospetiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

**ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Página 1 de 2

## ANTÓNIO MAGALHÃES &amp; CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53  
Registada na CMVM com o n.º 1975  
Contribuinte n.º 502 138 394*

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da "SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A." em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

**ÊNFASES**

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 - A Empresa mantém a situação de incumprimento do estipulado no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O aviso convocatório da próxima Assembleia Geral Anual, preparado pelo Conselho de Administração, propõe, no ponto 4, da Ordem de Trabalhos deliberação sobre este assunto.

9.2 - A Empresa mantém sucessivos resultados negativos de exercício, os quais contribuem para o crescente avolumar da situação de capitais próprios negativos. Não obstante essa circunstância, em nosso entendimento, a continuidade das operações não está em causa, atendendo ao facto do capital realizado pertencer integralmente ao Estado, a Empresa prestar um serviço público que incorpora uma quota parte de serviço de cariz social significativa e imprescindível e, tal como descrito no ponto 6 do Relatório de Gestão, estarem previstas para 2014 alterações significativas no modelo organizacional da Empresa que permitirão minimizar esta situação.

Porto, 7 de maio de 2014

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada  
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

Página 2 de 2

RESERVADO

11 Lugares na Retaguarda

1





# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

*RELATÓRIO ANUAL DO  
CONSELHO FISCAL  
SOBRE O  
O RELATÓRIO E CONTAS DE 2013  
DA  
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO,  
S.A.*

i 

## 1. Introdução

No cumprimento do estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de Julho, que rege a STCP, S.A. e aprovou os respetivos Estatutos, e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2013, o qual contempla, igualmente, nos termos do ofício circular da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 832, de 14 de fevereiro de 2014:

- i) a avaliação do grau e das condições de cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- ii) a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como, dos princípios do governo societário, conforme disposto no n.º 2, do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

O Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas a 7 de maio de 2014, que se anexa.

Na realização do seu trabalho o Conselho Fiscal obteve toda a cooperação necessária por parte dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, e dos respetivos colaboradores, indispensável à elaboração do presente Relatório.

## 2. Análise do Relatório de Gestão e Contas de 2013

Do Relatório e Contas de 2013 parece-nos de salientar o seguinte:

- Em termos de atividade constatou-se que o volume de negócios da STCP, em 2013, correspondeu a cerca de EUR 49,5 milhões, com um decréscimo de 7%, face ao ano transato;

▪ Em 2013, a STCP disponibilizou aos clientes uma Rede de Transportes com 72 linhas de serviço público, 69 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico, e prestou um serviço 24h por dia, nos 365 dias do ano;

▪ A Procura registou, em 2013, uma quebra de -7,5% face a 2012, que poderá ser explicada por três causas principais:

1. A integração global na rede intermodal Andante veio permitir uma maior transferência de passageiros entre os diferentes modos de transporte na Área Metropolitana do Porto (AMP), contribuindo, assim, para um aumento generalizado das condições de mobilidade, situação essa que afetou negativamente a procura da STCP;

2. De referir ainda, que ao longo de 2013 foi prosseguida uma política de racionalização da oferta, com ajustamentos adicionais de horários e frequências, para rentabilização dos recursos disponíveis; e

3. Acrescente-se a difícil conjuntura económica registada na AMP, com elevado índice de desemprego que, para além de contribuir para a redução de deslocações, poderá potenciar também a fraude.

O carro elétrico, assumindo claramente uma vertente turística, registou um aumento de passageiros de 6,9% (+25 mil passageiros), representando 0,5% da procura total em 2013;

▪ Apesar da procura em 2013 ter apresentado uma variação de -7,5%, a receita registou um ligeiro aumento de 0,3%, explicado pelo aumento tarifário que ocorreu no início de 2013, mas sobretudo pelo incremento da utilização do tarifário intermodal por parte dos clientes em detrimento do tarifário monomodal;

▪ A oferta da STCP atingiu 22,7 milhões de veículos km em 2013, apresentando uma redução de 171 mil veículos km face a 2012, i.e. menos 0,8%. Considerando a produção contratada residual em 2013, no montante de 802 mil veículos km, a oferta global da STCP atingiu os 23,5 milhões de veículos km.

A STCP continua a proceder à reestruturação da sua rede de transportes tendo como pressuposto o princípio da complementaridade com a rede da Metro do Porto, tendo efetuado ajustamentos na sua oferta, quer em termos de alteração de percursos, quer em termos de horários, quer em termos de localização de paragens, no sentido de fomentar a intermodalidade.

Também o Plano Estratégico dos Transportes (RCM n.º 45/2011, publicada no D.R. 1ª série n.º 216, de 10 de novembro de 2011) define como objetivo a complementaridade entre as redes da STCP e Metro do Porto. No capítulo 4.5.4.3 — Metro do Porto e STCP, está referido: "As redes da Metro do Porto, STCP e outros operadores de transportes públicos deverão ser complementares e não concorrentes." Apesar da reformulação de oferta realizada em 2007, a rede da STCP mantém uma parte da sua oferta concorrente com outros operadores e com a Metro do Porto;

- A taxa de ocupação global (Passageiros.km/Lugares.km) foi de 13,9% em 2013, apresentando uma diminuição de 0,9 p.p. em comparação com o ano anterior, resultado da diminuição de 7,4% dos passageiros km e de 1,2% dos lugares km.
- No final de 2013 a frota da STCP era constituída por 474 autocarros, com uma idade média de 11 anos e 6 carros elétricos de serviço público.

A STCP poupou em 2013 cerca de 3,8 milhões de euros em combustível e evitou a emissão de 527 toneladas de CO<sub>2</sub>, com a utilização da frota a gás natural quando equiparado com a mesma solução a gasóleo. Desde 2001, ano de início da utilização das viaturas a gás natural, a poupança devida à diversificação energética — utilização de gás em vez de gasóleo — foi de cerca de 25,8 milhões de euros e de 6.225 toneladas emissões de CO<sub>2</sub>.

Durante o ano de 2013 a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos e verificou-se o abate de um veículo, reduzindo cerca de 2% ao total da frota não afeta ao serviço público, sendo de 55 veículos em 31 de dezembro, incluindo camiões grua, carro torre e furgões;

▪ Em 31 de dezembro de 2013, a STCP contava com 1.231 trabalhadores, tendo reduzido 31 efetivos (-2,5%) relativamente a igual período de 2012. No ano em apreço, 20 das 31 saídas foram por motivo de reforma e não se registaram quaisquer entradas. O efetivo médio da Empresa em 2013 foi de 1.245 trabalhadores. O pessoal tripulante, motoristas e guarda-freios, representava, no final do ano, 70% dos trabalhadores. Cerca de 91% dos trabalhadores têm contrato laboral sem termo.

O número de horas de trabalho suplementar aumentou cerca de 2% (+2,3 mil horas) concentrando-se na sua quase totalidade (97,3%) no pessoal tripulante. O custo com o trabalho suplementar reduziu 0,4% face ao ano anterior. A antiguidade média dos trabalhadores da STCP é de 22,2 anos e a idade média destes é de 48,3 anos, encontrando-se 20% na faixa etária inferior a 40 anos.

Da aplicação do artigo 63.º da Lei nº 66-B/2012 (OE2013) ao efetivo em 31 de dezembro de 2013, constata-se que as metas são largamente ultrapassadas no que respeita à redução do pessoal dirigente, já no que respeita à totalidade dos recursos humanos, situam-se ligeiramente abaixo, atingindo a redução de 2,5% face a 2012 e cerca de 17,7% face a 1 de janeiro de 2011. De realçar que a STCP desde há vários anos vem procedendo à redução do seu efetivo, que diminuiu em mais de 50% (1.550 trabalhadores), nos últimos 15 anos;

▪ Os Resultados Operacionais foram de cerca de -6,4 milhões de euros, representando uma melhoria de 37% face a 2012. Apesar da diminuição dos Rendimentos Operacionais em 3 milhões de euros (-4,7%) face ao período homólogo do ano anterior, registou-se uma compensação pela descida dos Gastos Operacionais em 6,7 milhões de euros (-9,1%);

▪ Os Rendimentos Operacionais foram de 61,4 milhões de euros em 2013, registando uma diminuição de 3 milhões de euros (-4,7%), em resultado das alterações da oferta associados à extinção dos acordos de produção contratada;

A variação de 1,1 milhões (+10,3%) registada na rubrica Subsídios à Exploração, refere-se ao subsídio PAII - Programa de Apoio Integrado a Idosos, no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, pois em 2013 foi reconhecido o valor do ano e uma parcela adicional correspondente ao exercido de 2012;

▪ Os Gastos Operacionais foram de 67,8 milhões de euros (-9,1% face a 2012). Destaca-se a diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos, em 6,1 milhões de euros (-20%) que se explica pela diminuição: de 3,7 milhões de euros na rubrica subcontratos; de 0,8 milhões de euros em combustíveis; de 0,8 milhões de euros em trabalhos especializados; de 0,4 milhões em rendas e alugueres e uma diminuição de 45% dos gastos com comunicações correspondendo a 164 mil euros.

Os Gastos com Pessoal registaram um aumento de 0,7 milhões de euros (+2,2%) face a 2012, em resultado do Acórdão n.º187/2013 do Tribunal Constitucional, de 05 de Abril de 2013, que declarou como força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e determina o pagamento pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14.º mês.

Os encargos associados ao referido acórdão ascenderam a cerca de 3,2 milhões de euros, relativos ao reconhecimento do gasto adicional com o subsídio de férias do ano de 2012 e 2013;

▪ O EBITDA cifrou-se em cerca de 5,8 milhões de euros, representando uma variação positiva (30%) face ao ano anterior, refletindo a melhoria dos Resultados Operacionais de 37%;

▪ Mais uma vez se constata que o financiamento da atividade da empresa decorreu essencialmente do recurso a capitais alheios, fixando-se o aumento do endividamento em 6,8% face a 2012, com recurso essencialmente à utilização de financiamentos de curto prazo. A STCP terminou o ano de 2013 com uma dívida total remunerada de 395,9 milhões de euros, que compara com 370,7 milhões de euros de 2012.

O limite de endividamento de 4% para 2013, definido no Despacho n.º 155/2011 do Ministro de Estado e das Finanças, de 28 de abril, foi excedido, essencialmente em resultado do *Termination Agreement* do *swap* do BNP Paribas e pelo pagamento do subsídio de férias decorrente do Acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional. Excluindo estes dois efeitos, excecionais e não orçamentados, o aumento do endividamento seria de cerca 4%;

▪ No âmbito da política de financiamento em curso para as empresas do Setor Empresarial do Estado, durante o ano de 2013, a STCP contratou e renovou várias operações de crédito, todas de curto prazo, e somente na estrita medida das suas necessidades de financiamento.

A empresa procurou modificar o perfil desta dívida com o intuito de alargar prazos de financiamento e aliviar a pressão sobre a liquidez, o que não foi conseguido.

De referir que a alteração da estrutura da dívida entre médio e longo prazo e curto prazo foi originada pela aproximação do vencimento (em outubro 2014) do empréstimo obrigacionista de 120 M€.

Os juros remuneratórios suportados e outros encargos em 2013, de 21,3 milhões de euros, mantêm globalmente, o mesmo nível de 2012, de 21 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 1,9%. No ano verificou-se uma ligeira melhoria de condições de financiamento ao nível de *spreads* e uma degradação dos custos em comissões bancárias nas contratações de curto prazo. Em termos de encargos com operações de medio/longo prazo, os níveis historicamente baixos da Euribor permitiram uma diminuição significativa em cada um dos cupões.

Os encargos com *swaps* contabilizados na rubrica Juros suportados, representaram, em 2013, cerca de 24% do total de juros suportados, correspondendo a 4,5 milhões de euros, + 11% do que o montante atingido em 2012, de 4 milhões de euros.

A partir de dezembro de 2013 e por aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, sendo a STCP uma empresa pública não financeira do setor empresarial do Estado, que anualmente apresenta capital próprio negativo, só pode aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a qual solicita parecer vinculativo à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, EPE, quanto às condições financeiras aplicáveis. A empresa passou a apresentar o pedido formal de autorização de cada uma das operações, novas ou renovações, previamente, negociando as melhores condições junto das instituições financeiras, tendentes à necessária aprovação;

- Os Resultados Financeiros, em 2013, cifraram-se nos -8,8 milhões de euros, representando uma melhoria de 86% face ao ano anterior. A contribuir para este resultado destaca-se 12,5 milhões de euros de variação positiva de justo valor de *swap* em 2013, que comparam com 42,3 milhões de euros de variação negativa de 2012.

A STCP detinha desde 2007 duas operações de cobertura de risco de taxa de juro, cada uma correspondendo a 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, celebradas com o BNP Paribas e com o Banco Santander Totta, com maturidades de junho de 2022. Em maio de 2013 foram canceladas, com apoio da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., as operações de *swap* de cobertura de taxa de juro, celebradas com o BNP Paribas, liquidadas com um valor negativo de cerca de 7,9 milhões de euros;

Em 31 de dezembro de 2013, a STCP detinha, assim, em carteira a operação de cobertura de taxa de juro com o Banco Santander Totta, S.A. cujo justo valor era de -95.069.619,25 euros (este valor incluiu os juros vencidos e não pagos, no montante de 2.438.641,83 euros). Esta operação foi objeto de uma ação judicial interposta pela instituição de crédito através do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A.. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da Tutela, deliberou a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorrem. Assim, a STCP suspendeu o pagamento de todas as obrigações decorrentes do contrato em litígio.

Tal como já referimos, os Gastos Financeiros sem *swap* aumentaram 1,9% face a 2012, cifrando-se nos 21,3 milhões de euros. Apesar da diminuição do *All-in* médio de 2013 em 0,27 p.p., ficando este nos 4,48%, contribuiu negativamente para os Gastos Financeiros o aumento da dívida remunerada em 6,8%;

- Em 2013 registou-se uma melhoria de 58 milhões de euros (79%) no Resultado Líquido do Exercício face ao ano anterior, tendo sido negativo em cerca de 15.223,8 milhares de euros.

Esta melhoria resulta da melhoria dos Resultados Financeiros, em 86%, e dos Resultados Operacionais, em 37% face a 2012;

- O Ativo sofreu uma redução de 3 milhões de euros (-3,2%) em 2013 face a 2012. Contribuiu para este resultado a diminuição do ativo não corrente, de 6,5 milhões de euros, explicada essencialmente pela diminuição da rubrica Ativos fixos tangíveis em 7,7 milhões de euros, atenuada pelo aumento do ativo corrente de 3,5 milhões de euros, explicada essencialmente pelo aumento das rubricas Outras Contas a Receber, no montante de 3,3 milhões de euros;
- O Passivo registou um aumento em 2013 de 12,3 milhões de euros (+2,5%) em comparação com 2012, destacando-se os aumentos de 25,3 milhões de euros correspondentes a Financiamentos Obtidos, sendo compensados pela diminuição de 17,9 milhões de euros referentes a Outros Passivos Financeiros;
- O investimento em 2013, foi de 67 mil euros, reflexo da decisão da tendência para investimento zero em 2013. Este investimento resultou essencialmente da aquisição de equipamento administrativo, informático e *software*;
- O Capital Próprio da STCP, S.A. é crescentemente negativo, por via dos sucessivos aumentos da rubrica Resultados Transitados, atingindo em 2013, cerca de 422.997 milhares de euros negativos, ou seja, o passivo da empresa excede o seu ativo por este mesmo valor;
- Por fim, reiteramos as ênfases assinaladas na certificação legal das contas e no relatório de auditoria emitida pelo ROC da sociedade, nomeadamente quanto ao incumprimento do disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais e aos sucessivos resultados negativos de exercício, os quais contribuem para o crescente avolumar da situação de capitais próprios negativos.

### **3. Avaliação do grau e das condições de cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 24º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro**

Considerando a inexistência de contratos de gestão aprovados, conforme exposto no ponto 4.4 da página 61 do Relatório e Contas 2013 e considerando o descrito no Anexo I do ofício circular da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 832, de 14 de fevereiro de 2014, entende-se de relevar os objetivos propostos pelo Conselho de Administração e aprovados pelo acionista, em sede de Plano de Atividades e Orçamento de 2013.

Neste contexto e considerando a análise dos indicadores financeiros constante da página 61 do Relatório e Contas 2013, destaca-se o seguinte:

1. O cumprimento dos indicadores relativos aos Gastos Operacionais, EBITDAR e Taxa de Cobertura foi prejudicado pelo facto de os objetivos assentarem na não reposição dos subsídios de férias; por não ter sido reconhecido em 2012 o custo com o direito a subsídio de férias adquirido nesse ano e o mesmo ter acrescido aos Gastos de 2013. Estes efeitos são agravados pela não concretização do plano de redução de efetivos.
  2. O índice de qualidade de oferta foi penalizado devido ao aumento de reclamações.
  3. Procedeu-se à alteração de metodologia de cálculo do objetivo de emissão de poluentes e onde está referido 91,0 deverá ser considerado 115,1.
  4. O concurso de operação e manutenção encontra-se em estudo na Tutela, integrado no processo mais geral da abertura à iniciativa privada dos sistemas de transportes de Lisboa e do Porto, o que não permitiu o seu lançamento em 2013.
  5. No que respeita à reestruturação/fusão a mesma só será realizável a 100% quando estiver definida pela Tutela quais as funções e responsabilidades a imputar à empresa/entidade resultante da referida reestruturação/fusão.
- 4. Avaliação do cumprimento das instruções emanadas pelo acionista, através do ofício circular n.º 843, de 30 de janeiro de 2013, da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças Aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como, dos princípios do governo societário, conforme disposto no n.º 2, do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.**

- Enquadrado no âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, declaramos que, tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a STCP deu cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias e não atribuição de prémios previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, quer ao nível dos órgãos de gestão e fiscalização, quer ao nível dos trabalhadores;

- Em relação ao cumprimento das demais orientações legais vigentes para o SEE, salientam-se apenas as seguintes situações:

- No final do 4.º trimestre de 2013 o PMP foi de 54 dias, quando em igual período de 2012, era de 46 dias, registando-se, assim, um aumento de 18%, face ao ano anterior. O PMP é calculado pelo rácio dívida a fornecedores e credores diversos e aquisições de bens e serviços. Registou-se em 2013 face a 2012, uma diminuição dos valores em dívida a fornecedores em 8%, enquanto as aquisições de bens e serviços tiveram uma redução de 22%. Em consequência o PMP aumentou em cerca de 8 dias.

As dívidas vencidas, de acordo com o Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, ascendem a 426,6 mil euros. No entanto, cerca de 369 m€ (86%) destas dívidas respeitam a transações entre empresas participadas da STCP, nomeadamente entre a TIP (77%), a Metro do Porto (9%) e a STCP Serviços (1%). Estas entidades são simultaneamente devedoras e credoras da STCP. O montante restante refere-se a faturas em conferência e a regularização de faturas;

- O limite estabelecido para os gastos com comunicações em 2013 - i.e. 50% da média dos gastos relativos a 2010 - foi cumprido, registando-se -55,3%;

- Verificou-se uma redução do número de trabalhadores em 2013, face aos existentes em 31 de dezembro de 2012, conforme exposto na página 63 do Relatório e Contas 2013. Da aplicação do artigo 63º da Lei nº 66-B/2012 (OE), ao efetivo em 31 de dezembro de 2013, constata-se que as metas são largamente ultrapassadas no que respeita à redução do pessoal dirigente, já no que respeita à totalidade dos recursos humanos, situam-se ligeiramente abaixo, atingindo a redução de 2,5% face a 2012 e cerca de 17,7% face a 1

de janeiro de 2011. De realçar que a STCP desde há vários anos vem procedendo à redução do seu efetivo, que diminuiu em mais de 50% (1.550 trabalhadores), nos últimos 15 anos;

- Em conformidade com as disposições legais, a STCP apresentou o Relatório de Governo Societário 2013 que contém as matérias reguladas pelos Princípios do Governo Societário de acordo com o modelo constante do anexo II, do citado ofício circular da DGTF de 14 de fevereiro de 2014, constando da página 81 do Relatório e Contas 2013 o quadro com as respetivas correspondências relativas às matérias divulgadas naquele Relatório;

- No que respeita ao cumprimento dos deveres especiais de informação, e relativamente aos documentos acompanhados diretamente pelo Conselho Fiscal, a STCP remeteu à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-Geral de Finanças a informação exigida nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, através dos Sistemas de Recolha de informação Económica e Financeira (SIRIEF), os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das atas das Assembleias Gerais (AG);

- Em matéria de contratação pública Em 2013 foram lançados os concursos públicos: n.º 1/2013 – Concurso Público Internacional para o Fomecimento contínuo de Gás Natural para a Frota da STCP e Manutenção do Equipamento da Estação de Enchimento e n.º CO/2013/158 – Concurso Público com Publicitação Internacional para Contratação de Apólices e Serviços de Seguro. Não ocorreram quaisquer atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€;

- No âmbito das Grandes Opções do Plano para 2013, previstas na Lei n.º 66-A/2012 de 31 de dezembro, no que respeita a:

- a) Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), a STCP aderiu ao SNCP em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agencia Nacional de Compras Públicas, E.P.E.. Em 2013, não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste Sistema;

b) Parque de Veículos do Estado – durante o ano de 2013 a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos. Verificou-se o abate de um veículo, reduzindo 2% ao total da frota não afeta ao serviço público, sendo de 55 veículos em 31 de dezembro, incluindo camiões grua, carro torre e furgões.

- No âmbito do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício-circular nº 7896 de 8 de Outubro de 2013, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2013, destaca-se o cumprimento integral de todas as metas impostas para redução dos gastos operacionais em 2013 em comparação com 2010. O somatório das rubricas Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com Pessoal deduzidos das Indemnizações por Cessação de Contrato de Trabalho (ICCT) atingiram em 2013 o montante de 57,6 milhões de euros, tendo uma redução de 21,2% face a 2010, cujo montante foi cerca de 73 milhões de euros. O peso dos Gastos no Volume de Negócios foi reduzido em 22% de 2010 para 2013.

- Em 2012 a STCP gastou 9.597 euros em publicidade institucional, apresentando, no seu relatório e contas, uma informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional no ano de 2013, nos termos do nº 10 da RCM nº 47/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho, e de acordo com o Anexo 1 ao Despacho nº 1246/2011 do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, publicada na 2ª série do Diário da República de 14 de janeiro, tendo as respetivas normas e especificações técnicas sido definidas através da Portaria da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e Administração Pública nº 1297/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho. O Relatório e Contas da Empresa e a *Newsletter Itinerarium* neste âmbito, de acordo com a definição de publicidade institucional incluída no ponto 2 da RCM nº 47/2010, de 25 de junho. No ano de 2013 não houve nenhuma ação de valor superior a 15 mil euros.

- Sublinha-se que, na sequência das orientações recebidas através do Ofício Circular 844 de 3 de fevereiro de 2011, a STCP procedeu em 2011 à abertura de conta junto do ex-Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP), atual Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., no estrito cumprimento do previsto no artigo 77.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou o Princípio da Unidade de Tesouraria. Dado o

carácter centralizador de gestão integrada de tesouraria e de dívida pública desta Agência, a STCP passou a receber nesta conta as participações e fundos, provenientes de Organismos Públicos.

Nos termos da Lei 66-B/2012, artigo nº 124, de 31 de dezembro, toda a movimentação de fundos deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E., salvo disposição legal em contrário, ou nas situações como tal reconhecidas por Despacho do membro do governo responsável pela área das finanças, em casos excecionais e devidamente fundamentados, após parecer prévio do IGCP, E.P.E.. Em 2013 a STCP dirigiu à Secretaria de Estado do Tesouro um pedido de regime de exceção ao princípio da unidade de tesouraria, tendo por base as relações com a banca comercial no que concerne a apoio financeiro à atividade, a operações de consolidação em médio/longo prazo, a operações de leasing financeiro ou de aluguer operacional, a operação de cobertura de risco de taxa de juro, a emissão de garantias bancárias, a transações por meio de cheque, ao uso de equipamentos ATM, entre outras. Por Despacho nº 2429/13, da Secretaria de Estado do Tesouro, de 19 de dezembro de 2013, foi autorizado o regime de exceção ao cumprimento do princípio de unidade de tesouraria, atenta a relevância da banca comercial na atividade da empresa.

- A STCP está classificada como uma empresa com elevado grau de cumprimento dos PBG no relatório "Princípios de Bom Governo", datado de agosto de 2013, da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

- A STCP tem desde 2012 órgãos não executivos, pelo que, a avaliação do desempenho individual dos os membros do Conselho de Administração Executivos é efetuada pelos membros do Conselho de Administração Não Executivos, em cumprimento do ponto 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série—N.º 62—28 de Março de 2007, que aprova os Princípios de Bom Governo (PBG);

## 5. Proposta

Face ao exposto e considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2013 cumpre as

exigências legais aplicáveis, revelando a situação da Sociedade, pelo que, somos de parecer que seja:

- Aprovado o Relatório de Contas de 2013 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A, atentas as ênfases expressas na CLC; e,

- Apreciada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Porto, 13 de Maio de 2014

O Presidente do Conselho Fiscal,



Os Vogais do Conselho Fiscal,



P. ALEGRI

500

17







# OUTRAS INFORMAÇÕES

## 10.1 Painel de Indicadores de Atividade

### REDE

	2010	2011	2012	2013	13/12
Linhas em Exploração	85	81	73	72	-1,4%
Rodoviárias	82	78	70	69	-1,4%
Tração Elétrica	3	3	3	3	0,0%
Concelhos Servidos	6	6	6	6	0,0%
Freguesias Servidas	53	51	51	51	0,0%
Paragens	2.720	2.651	2.458	2.461	0,1%
Extensão (km)	545,6	522,0	484,7	480,2	-0,9%
Rodoviária	543,2	519,5	482,1	477,7	-0,9%
Tração Elétrica	8,9	8,9	8,9	8,9	0,0%
Corredores BUS	24,7	23,9	24,0	23,3	-2,7%

### PROCURA

	2010	2011	2012	2013	13/12
(valores em milhares)					
<b>Passageiros</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Autocarros (AC)	108.830	107.960	93.399	80.035	-14,3%
Produção Própria	95.515	94.978	84.700	78.288	-7,6%
Operadores Privados (OP)	13.315	12.982	8.699	1.746	-79,9%
Tração Elétrica	390	429	362	387	6,9%
<b>Passageiros</b>	<b>109.220</b>	<b>108.389</b>	<b>93.761</b>	<b>80.421</b>	<b>-14,2%</b>
<b>Passageiros.km</b>	<b>388.666</b>	<b>384.609</b>	<b>348.413</b>	<b>294.081</b>	<b>-15,6%</b>

### Estrutura de títulos utilizados

	2010	2011	2012	2013	13/12
<b>passageiros monomodais</b>	<b>63,2%</b>	<b>59,0%</b>	<b>50,3%</b>	<b>18,0%</b>	<b>-32,3 pp</b>
- assinaturas	50,8%	48,0%	39,8%	13,8%	-26,0 pp
- títulos ocasionais	7,9%	7,0%	7,0%	0,6%	-6,4 pp
- bilhetes avulso + diários	4,4%	4,0%	3,5%	3,6%	0,2 pp
<b>passageiros intermodais</b>	<b>36,8%</b>	<b>41,0%</b>	<b>49,7%</b>	<b>82,0%</b>	<b>32,3 pp</b>
- assinaturas	29,6%	33,2%	40,1%	65,5%	25,4 pp
- títulos ocasionais	6,6%	7,3%	9,2%	16,1%	6,8 pp
- títulos diários	0,7%	0,6%	0,4%	0,4%	0,0 pp

## RECEITA

(valores em milhares de euros)

<b>Receita líquida por tipo de tarifário</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Receita Monomodal	31.121	29.689	26.240	10.154	-61%
Receita Andante	18.045	20.928	23.652	36.048	52%
<b>Total</b>	<b>49.166</b>	<b>50.617</b>	<b>49.892</b>	<b>46.202</b>	<b>-7,4%</b>

## REDE DE VENDAS

<b>Canais de venda</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Agentes <i>Payshop</i>	495	500	514	527	3%
Estações CTT	85	67	0	0	0%
Postos STCP	3	2	2	2	0%
Lojas e Pontos de Venda Andante	17	17	17	17	0%
Bilheteiras da CP	5	5	5	5	0%
MVA's Metro Porto e CP	179	232	232	232	0%
<b>Total</b>	<b>784</b>	<b>823</b>	<b>770</b>	<b>783</b>	<b>2%</b>

## RECLAMAÇÕES DE CLIENTES

<b>Por Canal de Entrada</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Provedoria	487	445	0	0	0%
Linha Azul	1.011	521	901	2.103	133%
Livro de Reclamações	210	102	118	131	11%
Outros Canais	362	178	211	195	-8%
<b>Total</b>	<b>2.070</b>	<b>1.246</b>	<b>1.230</b>	<b>2.429</b>	<b>97%</b>

<b>Tipo Reclamações</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Rede e Percursos	61	83	30	35	17%
Horários	932	435	571	1.675	193%
Sistema Bilhética	213	118	156	132	-15%
Comportamento Pessoal	406	370	323	414	28%
Informação ao Público	144	63	30	33	10%
Paragens e Abrigos	64	39	18	19	6%
Outros	208	107	74	81	9%
Viaturas	42	31	28	40	43%
<b>Total</b>	<b>2.070</b>	<b>1.246</b>	<b>1.230</b>	<b>2.429</b>	<b>97%</b>

## OFERTA

(valores em milhares de kms)

<b>Produção Global</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Autocarros	29.740	28.553	25.616	23.341	-9%
Tração Elétrica	108	110	115	116	0,3%
<b>Veículos.km</b>	<b>29.848</b>	<b>28.663</b>	<b>25.731</b>	<b>23.457</b>	<b>-9%</b>
Autocarros	2.602.705	2.534.268	2.300.922	2.114.507	-8%
Tração Elétrica	4.538	4.602	4.846	4.863	0,3%
<b>Lugares.km</b>	<b>2.607.242</b>	<b>2.538.869</b>	<b>2.305.768</b>	<b>2.119.370</b>	<b>-8,1%</b>

<b>Taxa de Ocupação Global</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Autocarros	14,9%	15,1%	15,1%	13,9%	-1,2 pp
Tração Elétrica	15,9%	19,2%	12,0%	12,4%	0,4 pp

<b>Velocidade Comercial Global</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Autocarros	16,1	15,9	15,8	15,8	0%
Tração Elétrica	7,6	7,1	7,4	7,3	-1%

(valores em milhares)

<b>Produção da Frota Própria AC</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Nº Médio Veículos (un.)	401	390	368	380	3%
Veículos.km	25.724	24.507	22.711	22.539	-1%
Lugares.km	2.296.833	2.225.859	2.075.308	2.049.536	-1%
Veículos.hora	1.613	1.555	1.452	1.430	-2%

<b>Indicadores da Oferta Frota Própria AC</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Taxa de Ocupação (%)	14,5%	14,8%	14,8%	13,9%	-0,9 pp
Velocidade Comercial (km/h)	15,9	15,8	15,6	15,8	1%
Taxa de Acidentes p/embate (por milhão km)	39	40	37	36	-2%

(valores em milhares)

<b>Produção da Frota Operadores Privados</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Veículos.km	4.016	4.046	2.905	802	-72%
Lugares.km	305.872	308.409	225.614	64.971	-71%
Veículos.hora	238	239	172	47	-72%

<b>Indicadores da Oferta Frota OP</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Taxa de Ocupação (%)	18,2%	17,4%	18,1%	14,2%	-3,9 pp
Velocidade Comercial (km/h)	16,9	16,9	16,9	16,9	0%

(valores em milhares)

<b>Produção da Frota Carros Elétricos</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
N.º Médio Veículos (un.)	4	4	6	6	0,0%
Veículos.km	108	110	115	116	0,3%
Lugares.km	4.538	4.602	4.846	4.863	0,3%
Veículos.hora	14	15	16	16	1,9%

<b>Indicadores da Oferta Carros Elétricos</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Taxa de Ocupação (%)	15,9%	19,2%	12,0%	12,4%	0,4 pp
Velocidade Comercial (km/h)	7,6	7,1	7,4	7,3	-1%

<b>Indicadores de Desvios</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Nº de Desvios	278	291	250	266	6%
Por Obras	187	204	170	169	-1%
Por Eventos	91	87	80	97	21%
Duração Média dos Desvios (dias)	21	19	16	12	-25%

## RECURSOS HUMANOS

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Efetivo Total em 31/12	1.496	1.318	1.262	1.231	-2%
Pessoal Tripulante em 31/12	988	891	886	860	-3%
Pessoal tripulante (% total)	66,7%	67,6%	70,2%	69,9%	-0,3 pp
<b>Efetivo Total Médio</b>	<b>1.512</b>	<b>1.438</b>	<b>1.287</b>	<b>1.245</b>	<b>-3%</b>

<b>Distribuição Efetivo</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Efetivo Homem	1.401	1.226	1.173	1.144	-2,5%
Efetivo Mulher	95	92	89	87	-2,2%

<b>Absentismo</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Taxa Global em 31/12 (%)	7,2%	6,8%	7,0%	6,7%	-0,3 pp
Pessoal Tripulante (%)	7,5%	6,9%	7,8%	7,2%	-0,6 pp
Outros (%)	6,6%	6,7%	5,2%	5,6%	0,4 pp

<b>Trabalho Suplementar</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Horas	79.188	81.189	99.594	101.882	2%
Pessoal Tripulante	77.642	80.700	98.109	99.123	1%
Valor (milhares de euros)	597	583	589	587	0%
Pessoal Tripulante	579	579	579	568	-2%

<b>Estrutura Etária</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
18-29	16	15	12	10	-17%
30-49	735	694	691	668	-3%
> 49	745	609	559	553	-1%
<b>Total</b>	<b>1.496</b>	<b>1.318</b>	<b>1.262</b>	<b>1.231</b>	<b>-2%</b>

<b>Formação</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
<b>Horas</b>	<b>20.518</b>	<b>13.472</b>	<b>16.743</b>	<b>12.022</b>	<b>-28%</b>
Pessoal Tripulante	16.023	8.625	14.368	8.548	-41%
Formação Contínua	3.175	8.625	10.140	8.548	-16%
<b>Trabalhadores</b>	<b>783</b>	<b>526</b>	<b>464</b>	<b>402</b>	<b>-13%</b>
Pessoal Tripulante	571	263	305	237	-22%
Formação Contínua	75	263	283	237	-16%

## FROTA

<b>Composição de Frota</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Autocarros	489	468	475	474	-0,2%
Carros Elétricos	5	5	6	6	0,0%
<b>Total</b>	<b>494</b>	<b>473</b>	<b>481</b>	<b>480</b>	<b>-0,2%</b>

<b>Composição da frota de autocarros</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Viaturas a gasóleo	234	213	221	220	-0,5%
Standard	209	173	173	172	-0,6%
Articulados	20	20	20	20	0,0%
Minis	5	5	13	13	0,0%
2 Pisos		15	15	15	0,0%
Viaturas a gás natural	255	255	254	254	0,0%
Standard	225	225	225	225	0,0%
Articulados	30	30	29	29	0,0%
<b>Frota autocarros</b>	<b>489</b>	<b>468</b>	<b>475</b>	<b>474</b>	<b>-0,2%</b>

<b>Características da Frota</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Gás natural	52,1%	54,5%	53,5%	53,6%	0,1 pp
Ar condicionado	74,2%	80,8%	81,1%	81,2%	0,2 pp
Piso rebaixado	92,6%	100,0%	98,3%	98,3%	0,0 pp
Rampa rebatível	58,9%	64,7%	65,3%	65,4%	0,1 pp

Idade Média	(anos)				
	2010	2011	2012	2013	13/12
Carros Elétricos	72,55	73,55	74,55	75,55	1,0 abs
Autocarros	9,04	9,19	10,04	11,03	1,0 abs
Gasóleo	10,71	10,07	10,69	11,68	1,0 abs
Gás natural	7,46	8,46	9,47	10,47	1,0 abs

Consumo viaturas p/ tipo combustível utilizado	2010	2011	2012	2013	13/12
Gasóleo (l/100 km)	52,78	54,90	55,02	54,13	-2%
Custo Total (m€)	5.364	6.195	6.085	5.201	-15%
Custo por 100 km	46,00	58,25	62,49	59,17	-5%
Custo Médio (€/por litro)	0,87	1,06	1,14	1,09	-4%
Gás Natural (m <sup>3</sup> /100 km)	68,61	67,66	69,68	70,45	1%
Custo Total (m€)	4.842	4.199	4.536	4.636	2%
Custo por 100 km	32,62	28,86	33,32	32,45	-3%
Custo Médio (€/m <sup>3</sup> )	0,48	0,43	0,48	0,46	-4%
Energia Tração (kWh/100 km)	268,92	287,75	309,96	340,65	10%
Custo Total (m€)	36,61	47,29	55,77	65,23	17%
Custo por 100 km	33,03	42,04	46,76	54,62	17%
Custo Médio (€/kW)	0,12	0,15	0,15	0,16	6%

Operacionalidade da Frota	2010	2011	2012	2013	13/12
Taxa de Imobilização	7,9%	7,4%	8,9%	10,9%	1,9 pp
Taxa de Avarias (por mil km)	1,19	1,15	1,13	1,17	4,0%

## ECONÓMICA E FINANCEIRA

Gastos	(milhares de euros)				
	2010	2011	2012	2013	13/12
FSE+CMVMC	34.032	34.167	32.281	26.188	-18,9%
Gastos com Pessoal	39.999	36.934	30.954	31.638	2,2%
Gastos/reversões depreciação amort. e provis.	6.531	8.225	9.715	9.067	-6,7%
<b>Operacionais</b>	<b>81.963</b>	<b>80.122</b>	<b>74.566</b>	<b>67.799</b>	<b>-9,1%</b>
Juros e gastos similares suportados	28.383	48.469	63.221	21.350	-66,2%
<b>Gastos Totais</b>	<b>110.386</b>	<b>128.625</b>	<b>137.840</b>	<b>89.190</b>	<b>-35,3%</b>

% Gastos com Pessoal	2010	2011	2012	2013	13/12
Gastos com Pessoal / Gastos Operacionais	48,8%	46,1%	41,5%	46,7%	5,15 pp
Gastos com Pessoal / Gastos Totais	36,2%	28,7%	22,5%	35,5%	13,02 pp
Receita títulos transporte /Gastos com Pessoal	1,23	1,37	1,61	1,46	-9,4%

	(milhares de euros)				
<b>Rendimentos</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Títulos de transporte	49.166	50.617	49.892	46.202	-7,4%
Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)	955	998	517	1.621	213,4%
Indemnizações Compensatórias (IC's)	18.975	17.871	10.211	10.211	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	3.612	4.593	3.781	15.932	321,4%
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>72.709</b>	<b>74.080</b>	<b>64.402</b>	<b>73.966</b>	<b>14,9%</b>

	(milhares de euros)				
<b>Esforço Financeiro do Estado</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Indemnizações Compensatórias (IC's)	18.975	17.871	10.211	10.211	0,0%
Compensação do Tarifário Social Andante	1.970	2.162	1.244	3.073	147,1%
PAII	955	998	517	1.621	213,4%
<b>Total</b>	<b>21.900</b>	<b>21.031</b>	<b>11.972</b>	<b>14.905</b>	<b>24,5%</b>

	(milhares de euros)				
<b>Resultados</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Resultados Operacionais	-9.254	-6.383	-10.170	-6.425	36,8%
Antes de IC's	-28.230	-24.254	-20.382	-16.636	18,4%
Resultados Financeiros	-28.383	-48.128	-63.215	-8.758	86,1%
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>-37.677</b>	<b>-54.545</b>	<b>-73.439</b>	<b>-15.224</b>	<b>79,3%</b>
<b>Antes de Swap</b>	<b>-17.612</b>	<b>-20.514</b>	<b>-31.169</b>	<b>-27.815</b>	<b>10,8%</b>
Antes de IC's	-56.653	-72.416	-83.650	-25.435	69,6%

	(valores em euros por milhar de km)				
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Rendimentos Operacionais / Passageiro.km	187,07	192,61	184,83	208,70	12,9%
Antes de IC's	138,25	146,15	155,52	173,97	11,9%
Gastos Operacionais / Passageiro.km	183,24	208,32	214,02	230,54	7,7%
Antes de Amortizações	194,09	190,88	197,32	210,85	6,9%
Rendimentos Operacionais / Lugar.km	27,89	29,18	27,93	28,96	3,7%
Antes de IC's	20,61	22,14	23,50	24,14	2,7%
Gastos Operacionais / Lugar.km	27,32	31,56	32,34	31,99	-1,1%
Antes de Amortizações	28,93	28,92	29,82	29,26	-1,9%

<b>% gastos operacionais</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Prestação de Serviços	60,2%	63,4%	67,2%	68,3%	1,2 pp
Subsídios à Exploração	24,3%	23,6%	14,4%	17,5%	3,1 pp
Rendimentos Operacionais	88,7%	92,5%	86,4%	90,5%	4,2 pp

(milhares de euros)

<b>Indicadores de Atividade</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Produção	69.310	69.691	60.864	58.154	-4,5%
Por efetivo médio	45,8	48,5	47,3	46,7	-1,3%
Antes de IC's	50.334	51.820	50.652	47.943	-5,3%
Valor Acrescentado Bruto	37.309	38.165	30.324	34.279	13,0%
Por efetivo médio	24,7	26,5	23,6	27,5	16,8%
Antes de IC's	18.333	20.294	20.113	24.068	19,7%

(valores em dias)

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Prazo Médio Pagamento	54,4	52,2	45,62	53,9	18,1%
Prazo Médio Recebimento	10,6	33,8	12,1	16,4	36,0%

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Rácio de Liquidez Geral	11,3%	11,2%	4,8%	3,5%	-1,3 pp
Rácio de Liquidez Reduzida	10,6%	10,7%	4,5%	3,3%	-1,2 pp
Rácio de Liquidez Imediata	1,0%	0,9%	0,2%	0,05%	-0,2 pp

(milhares de euros)

<b>Estrutura do Balanço</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
<b>Ativo</b>	<b>114.746</b>	<b>109.617</b>	<b>93.958</b>	<b>90.949</b>	<b>-3,2%</b>
Não Corrente	102.624	95.881	87.070	80.541	-7,5%
Corrente	12.122	13.735	6.889	10.408	51,1%
<b>Capital Próprio e Passivo</b>	<b>114.746</b>	<b>109.617</b>	<b>93.958</b>	<b>90.949</b>	<b>-3,2%</b>
Capital Próprio	-275.747	-330.719	-407.639	-422.997	-3,8%
Passivo	390.493	440.336	501.598	513.946	2,5%

(milhares de euros)

<b>Financiamentos Obtidos</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Não corrente	241.259	242.346	237.826	113.461	-52,3%
Corrente	94.144	110.624	132.839	282.474	112,6%
<b>Total</b>	<b>335.403</b>	<b>352.970</b>	<b>370.665</b>	<b>395.935</b>	<b>6,8%</b>

(milhares de euros)

<b>Investimentos</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>13/12</b>
Material Circulante	11.765	116	18	0	-100%
Infraestruturas	220	650	1.057	0	-100%
Outros	270	183	1.266	67	-95%
<b>Total</b>	<b>12.255</b>	<b>949</b>	<b>2.341</b>	<b>67</b>	<b>-97%</b>

## OUTROS INDICADORES DE ATIVIDADE

	2010	2011	2012	2013	13/12
Varição Ponderada do Tarifário (Monomodal)	0,8%	11,9%	22,0%	0,9%	-21,1 pp
Taxa Inflação Anual	1,4%	3,7%	2,8%	0,3%	-2,5 pp
Varição Custo Médio Unitário do Gasóleo	19,3%	21,7%	7,0%	-3,8%	-10,8 pp
Varição Custo Médio Unitário do Gás Natural	1,8%	-10,3%	15,8%	-3,7%	-19,5 pp

<b>Produtividade</b>	2010	2011	2012	2013	13/12
Veiculo.km (10 <sup>^3</sup> ) / Efetivo Médio	19,7	19,9	20,0	18,8	-5,8%
Lugar.km (10 <sup>^3</sup> ) / Efetivo Médio	1.724,4	1.765,6	1.792,2	1.702,0	-5,0%
Passageiros (10 <sup>^3</sup> ) / Efetivo Médio	72,2	75,4	72,9	64,6	-11,4%
Passageiro.km (10 <sup>^3</sup> ) / Efetivo Médio	257,1	267,5	270,8	236,2	-12,8%
Extensão Rede (Km) / Efetivo Médio	0,36	0,36	0,38	0,39	2,4%

(milhares de euros)

<b>Evolução do Complemento de Pensões</b>	2010	2011	2012	2013	13/12
Complemento Pensões pago no ano	575	540	498	478	-4%
Nº médio de pensionistas	307	288	256	219	-14%

<b>Consumo de energia</b>	2010	2011	2012	2013	13/12
<b>Eletricidade CE</b>					
(kWh)	297.652	323.693	369.670	406.806	10,0%
kWh/100km	271	288	310	341	9,9%
<b>Tep</b>	<b>86</b>	<b>94</b>	<b>107</b>	<b>118</b>	<b>10,0%</b>
<b>Eletricidade Instalações Fixas</b>					
(kWh)	4.940.201	4.724.391	4.465.817	3.959.143	-11,3%
<b>Tep</b>	<b>1.433</b>	<b>1.370</b>	<b>1.295</b>	<b>1.148</b>	<b>-11,3%</b>
<b>Gasóleo</b>					
Litros	6.154.613	5.838.263	5.357.625	4.758.484	-11,2%
litros/100km	52,78	54,90	55,02	54,13	-1,6%
<b>Tep</b>	<b>5.370</b>	<b>5.094</b>	<b>4.675</b>	<b>4.152</b>	<b>-11,2%</b>
<b>Gás Natural (1)</b>					
Metros cúbicos	10.184.235	9.844.229	9.484.226	10.066.228	6,1%
m <sup>3</sup> /100km	68,61	68,71	69,68	70,45	1,1%
<b>Tep</b>	<b>8.351</b>	<b>8.072</b>	<b>7.777</b>	<b>8.254</b>	<b>6,1%</b>
<b>Total Tep</b>	<b>15.240</b>	<b>14.631</b>	<b>13.854</b>	<b>13.673</b>	<b>-1,3%</b>

Tep - toneladas equivalentes de petróleo

Cálculo efectuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de março

(1) Fonte: valores obtidos através do medidor no Ponto de Entrega da Estação de Francos

## 10.2 Índice Global Reporting Initiative (GRI)

O desempenho de sustentabilidade da STCP e a seleção e definição dos principais indicadores tiveram como linhas orientadoras as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative*).

	<b>PÁGINAS</b>
<b>1. Estratégia e Análise</b>	
1.1 Declaração da Presidente do Conselho de Administração	7
1.1 Impactos sobre a sustentabilidade, riscos e oportunidades resultantes da tendência de sustentabilidade	21-47
<b>2. Perfil Organizacional</b>	
2.1 Nome da organização	198-199
2.2 Principais produtos e/ou serviços	50
2.3 Estrutura operacional da organização	51-56
2.4 Localização da sede social da organização	199
2.5 Países em que opera	50
2.6 Tipo e natureza jurídica da propriedade	50
2.7 Mercados abrangidos	50
2.8 Dimensão da organização	9, 184-192
2.9 Principais alterações ocorridas durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, estrutura organizacional ou estrutura acionista	10-19
2.10 Prémios recebidos durante período abrangido pelo relatório	NR
<b>3. Parâmetros para o Relatório</b>	
3.1 Período abrangido pelo relatório	2, 7, 9
3.2 Data do último relatório publicado	ND
3.3 Ciclo de publicação de relatórios	CAPA, 9
3.4 Contactos para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	198
3.5 Processo para a definição do conteúdo do relatório	2-3, 21-23
3.6 Limite do relatório	9, 50
3.7 Limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório	9, 50
3.8 Base de elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	119-120, 132-133
3.9 Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes, estimativas aplicadas e à compilação dos indicadores e outras informações contidas no relatório	108-159
3.10 Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	108-159
3.11 Alterações significativas em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	108-159
3.12 Sumário do conteúdo do GRI	193-198
3.13 Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente da garantia de fiabilidade para o relatório	ND

## PÁGINAS

**4. Governação, Compromissos e Envolvimento**

<b>Governação</b>		
4.1	Estrutura de governação da organização , incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como, a definição da estratégia ou a supervisão da organização	53-58
4.2	Indicação se Presidente do Conselho de Administração é membro executivo	54
4.3	Número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou não executivos	54
4.4	Mecanismos que permitem a acionistas e funcionários transmitir recomendações/orientações ao Conselho de Administração	52, 57
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, diretores de topo e executivos e o desempenho da organização	57-61
4.6	Processos ao dispor ao Conselho de Administração para evitar conflitos de interesse	67, 77-78
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	50-56
4.8	Missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	50, 77
4.9	Processos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos relevantes e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	21-22, 50, 77-78
4.10	Processos para avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social	9-49, 63-66, 80-84, 87-95
<b>Compromissos com iniciativas externas</b>		
4.11	Explicação sobre se o princípio de precaução é abordado pela organização e de que forma	49-52
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a empresa subscreve ou defende	21-47, 49-50, 63-66
4.13	Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais	36
<b>Envolvimento das Partes Interessadas</b>		
4.14	Relação dos grupos que constituem as Partes Interessadas envolvidas pela organização	21-47, 51-62, 67-69
4.15	Base para identificação e seleção Partes Interessadas a serem envolvidas	49-52
4.16	Abordagem utilizadas para envolver as Partes Interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos das partes interessadas	21-47, 77-84
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através das Partes Interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	21-47, 49-52, 77-84

**5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho**

<b>Indicadores de Desempenho Económico</b>		
<b>Aspeto: Desempenho Económico</b>		
EC1	E Valor económico direto gerado e distribuído	88-95, 103, 159
EC2	E Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas	38-41
EC3	E Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	26-44, 112
EC4	E Apoio financeiro significativo recebidos pelo governo	94, 103, 111-112, 134-135, 137-139, 190

## PÁGINAS

<b>Aspeto: Presença no Mercado</b>			
EC5	C	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	ND
EC6	E	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais	69
EC7	E	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes na comunidade local	ND
<b>Aspeto: Impactes Económicos Indiretos</b>			
EC8	E	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial em géneros ou <i>pro bono</i>	34-38
EC9	C	Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão	7, 9, 87-95, 145-147
<b>Indicadores de Desempenho Ambiental</b>			
<b>Aspeto: Materiais</b>			
EN1	E	Consumo total de materiais por peso ou volume	38-41, 192
EN2	E	Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem	ND
<b>Aspeto: Energia</b>			
EN3	E	Consumo direto de energia, discriminado por fonte primária	38-41, 192
EN4	E	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária	ND
EN5	C	Total de poupança de energia devido a melhorias em conservação e na eficiência	39-40
EN6	C	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e energias renováveis e reduções de consumo de energia em resultado dessas iniciativas	39-40
EN7	C	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e a reduções alcançadas	38-40
<b>Aspeto: Água</b>			
EN8	E	Consumo total de água por fonte	41
EN9	C	Recursos hídricos significativamente afetadas pelo consumo de água	41
EN10	C	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	ND
<b>Aspeto: Biodiversidade</b>			
EN11	E	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	NR
EN12	E	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	NR
EN13	C	Habitats protegidos ou recuperados	NR
EN14	C	Estratégias e programas atuais e futuros para a gestão dos impactes na biodiversidade	NR
EN15	C	Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN e da lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas pelas operações, pelo nível de risco de extinção	NR
<b>Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos</b>			
EN16	E	Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa, por peso	39-40
EN17	E	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND
EN18	C	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a reduções alcançadas	38-40
EN19	E	Emissão de substâncias destruidoras camada de ozono, por peso	39-40
EN20	E	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	ND
EN21	E	Descarga total de água por qualidade e destino	ND
EN22	E	Quantidade total de resíduos por tipo e método de eliminação	41
EN23	E	Número e volume total de derrames significativos	NR
EN24	C	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados nos termos da Convenção de Basileia, e a percentagem de resíduos transportados internacionalmente	ND
EN25	C	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor de biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats afetados de forma significativa pela descarga e escoamento superficial	NR

## PÁGINAS

<b>Aspeto: Produtos e Serviços</b>			
EN26	E	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	38-41
EN27	E	Percentagem recuperada de produtos vendidos respetivas embalagens, por categoria	NR
<b>Aspeto: Conformidade</b>			
EN28	E	Montante envolvidos no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	NR
<b>Aspeto: Transporte</b>			
EN29	C	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como no transporte de pessoal	ND
<b>Aspeto: Geral</b>			
EN30	C	Total de custos e investimentos em proteção ambiental, por tipo	ND
<b>Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>			
<b>Aspeto: Emprego</b>			
LA1	E	Total de mão-de-obra por tipo de emprego, por contrato de trabalho e região	42-44, 187-188
LA2	E	Número total de trabalhadores e taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	42-44, 187-188
LA3	C	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	NR
<b>Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração</b>			
LA4	E	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva	ND
LA5	E	Prazo mínimo de aviso prévio em caso de alterações operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva	ND
<b>Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho</b>			
LA6	C	Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas e saúde ocupacionais	45
LA7	E	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região	46, 187
LA8	E	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco em curso para garantir assistência aos trabalhadores, as suas famílias ou membros da comunidade, afetados por doenças graves	45-46
LA9	C	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	ND
<b>Aspeto: Formação e Educação</b>			
LA10	E	Média de horas de formação por ano, por trabalhador e discriminadas por categoria de funções	45, 188
LA11	C	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiem a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	45
LA12	C	Percentagem de funcionários que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	45
<b>Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>			
LA13	E	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	42-44, 51
LA14	E	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	44
<b>Indicadores de Desempenho Social</b>			
<b>Direitos Humanos</b>			
<b>Aspeto: Práticas de Investimento e de Aquisições</b>			
HR1	E	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram submetidos a análise sobre direitos humanos	NR
HR2	E	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativamente ao seu desempenho em direitos humanos e as medidas tomadas	ND

## PÁGINAS

HR3	C	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação	NR
<b>Aspeto: Não-Discriminação</b>			
HR4	E	Número total de casos de discriminação e ações tomadas	NR
<b>Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva</b>			
HR5	E	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
<b>Aspeto: Trabalho Infantil</b>			
HR6	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
<b>Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo</b>			
HR7	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
<b>Aspeto: Práticas de Segurança</b>			
HR8	C	Percentagem de pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que não são relevantes para as operações	NR
<b>Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas</b>			
HR9	C	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas	NR
<b>Sociedade</b>			
<b>Aspeto: Comunidade</b>			
SO1	E	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada	ND
<b>Aspeto: Corrupção</b>			
SO2	E	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	72, 76-84
SO3	E	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	NR
SO4	E	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	NR
<b>Aspeto: Políticas Públicas</b>			
SO5	E	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupo de pressão	NR
SO6	C	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país	NR
<b>Aspeto: Concorrência Desleal</b>			
SO7	C	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	137
<b>Aspeto: Conformidade</b>			
SO8	E	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais	NR
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>			
<b>Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente</b>			
PR1	E	Ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos	ND
PR2	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND
<b>Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços</b>			
PR3	E	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	NR

## PÁGINAS

PR4	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado	NR
PR5	C	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação	27, 185
		<b>Aspeto: Comunicações de Marketing</b>	
PR6	E	Programas observância das leis, normas e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	NR
PR7	C	Número total de incidentes resultantes de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	NR
		<b>Aspeto: Privacidade do Cliente</b>	
PR8	C	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	NR
		<b>Aspeto: Conformidade</b>	
PR9	E	Montante de coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	NR

Fonte: GRI (2006) - "G3: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade"

C - Indicador complementar

E - Indicador essencial

NR - Indicador "não relevante" ou "não aplicável"

ND - Indicador "não disponível" ou apenas "disponível parcialmente"

Para mais informações por favor contactar:

Gabinete Controlo de Gestão e Auditoria

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA

Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º

4350-158 Porto

e-mail: geral@stcp.pt



**STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.**

**Av. Fernão Magalhães 1862, 13º · 4350-158 Porto**

**Tel: +351 225 071 000**

**Fax: +351 225 071 150**

**e-mail: geral@stcp.pt**

**www.stcp.pt**

**Capital Social: 79.649.000 euros**

**Capital Próprio: (422.996.578,11) euros**

**Contribuinte: 500246467**

**Registada na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto  
com o nº 51372**

**Edição e Propriedade: STCP Sociedade de Transportes  
Colectivos do Porto, S.A.**

**Design e Produção: Atelier Nunes e Pã**

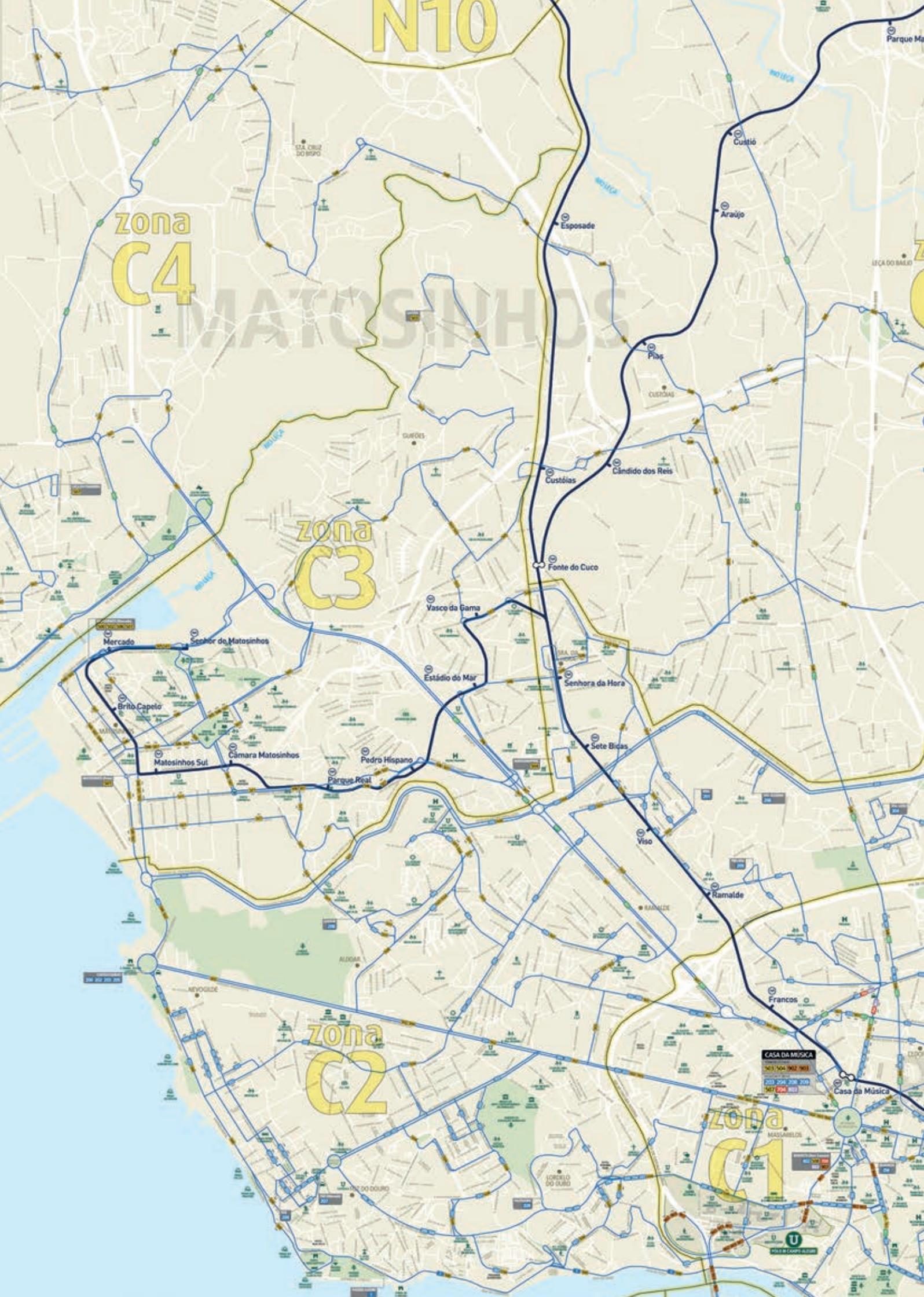
**Impressão: Gráfica Vilar do Pinheiro**

**Exemplares: 200**

**Ano de Edição: 2014**

**Depósito Legal nº 225450/05**

**ISSN: ????????????????**



N10

zona  
C4

zona  
C3

zona  
C2

zona  
C1

CASA DA MÚSICA  
961 544 962 963  
233 298 298 299  
967 968 969

zona  
C5

zona  
C9

zona  
C6

zona  
C7

**HOSPITAL S. JOÃO**  
206 305 506  
604 705 706  
707 804  
205 300 301  
603 704 803

**MARQUÊS DE POMBAL**  
203 403 805 808  
206 302 303 402  
701 802 703

**CAMPO 24 DE AGOSTO**  
206 300 301 302  
303 305 401 700  
800 801

**CAMPAINHA**  
205 206 207  
400

**ESTÁDIO DO DRAGÃO**  
401 505  
Pav. A-D

**ERMESINDE**  
206 707  
300 301  
302 303

